

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



O brexit e os imigrantes portugueses no Reino Unido

Raquel Xavier Rocha

Dissertação de Mestrado orientada
pela Prof.^a Doutora Jennifer McGarrigle e Prof.^a Doutora Alina Esteves

Mestrado em Políticas Europeias: Desenvolvimento e Coesão Socioterritorial

2018

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



O brexit e os imigrantes portugueses no Reino Unido

Raquel Xavier Rocha

Dissertação de Mestrado orientada
pela Prof.^a Doutora Jennifer McGarrigle e Prof.^a Doutora Alina Esteves

Júri:

Presidente: Professora Doutora Maria Lucinda Cruz dos Santos Fonseca do
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de
Lisboa;

Vogais:

- Professora Doutora Cláudia Patrícia da Cruz Pereira do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa
- Professora Doutora Jennifer Leigh McGarrigle Montezuma de Carvalho do
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de
Lisboa

2018

Ao meu avô Victor, aos meus cães e à minha família.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação apenas foi possível com a ajuda e total apoio das minhas orientadoras, a Prof.^a Doutora Jennifer McGarrigle e a Prof.^a Doutora Alina Esteves, que foram incansáveis. Estar-lhes-ei eternamente grata.

Resumo

Esta investigação visa explorar as representações que os emigrantes portugueses residentes no Reino Unido fizeram acerca da saída do país da União Europeia e a forma como o *brexít* alterou as aspirações migratórias destes cidadãos. Para este estudo, foram inquiridos 1012 portugueses residentes no RU, de forma *online*. Sendo os efeitos do *brexít* na comunidade portuguesa residente no RU uma questão ainda pouco estudada, em consequência da atualidade e incerteza do processo, este é um assunto de extrema importância para uma comunidade que se encontra em franco crescimento. A imigração europeia foi o mote do *brexít*, num contexto de crescente mobilidade europeia e de progressiva insatisfação britânica com as instituições europeias. Os portugueses, à semelhança dos restantes europeus residentes no país, mostraram-se chocados com o resultado do referendo mas, acima de tudo, desiludidos com a forma como o país encarou a imigração europeia, omitindo a sua contribuição para uma das maiores economias mundiais, e inseguros relativamente ao seu estatuto. Neste sentido, muitos europeus delinearam os seus planos futuros num contexto de falta de garantia acerca dos direitos futuros de residência no país e os portugueses não foram exceção. Os rendimentos anuais, o grau de instrução e o tempo de residência dos respondentes portugueses residentes no RU são determinantes na forma como experienciam e reagem ao *brexít*. Consequentemente, são os menos instruídos e remunerados os que vão sentir mais os efeitos do *brexít* nas suas vidas, assim como os que residem há um maior número de anos no país. O *brexít*, inclusivamente, não afetou os sentimentos de pertença nem alterou as aspirações migratórias e planos de vida futura dos emigrados no RU, apesar de ser responsável por um sentimento de insegurança no seio desta comunidade. A maioria dos respondentes pretende, assim, permanecer no RU, tanto até ao fim das negociações e saída oficial do RU da UE em março de 2019, como até ao término do período de transição projetado para março de 2021, independentemente do *brexít*. A pouca interferência da saída do RU da UE nos planos migratórios dos emigrantes portugueses inquiridos revela que esta é uma mobilidade líquida, caracterizada pela natureza temporária, imprevisível, legal, individualizada, fluída e espontânea dos fluxos intraeuropeus.

Conceitos-chave: *brexít*; emigrantes portugueses; imigração europeia; mobilidade líquida; Reino Unido.

Abstract

This research project aims to explore the opinions that Portuguese emigrants settled in the United Kingdom (UK) have regarding the exit of the UK from the European Union (EU). It explores the effects of Brexit and the impact it has on their migrant aspirations. In this project, 1012 Portuguese emigrants were surveyed online. The impacts of Brexit on the Portuguese community resident in the UK are not yet well studied, due to the uncertainty of the process and the fact that it is still in course. European immigration was the main trigger of Brexit, in a context of growing European mobility and progressive British dissatisfaction with European institutions. As the results of this project demonstrate, the Portuguese, as well as the other Europeans settled in the country, were shocked with the results of the referendum. However, above all they expressed disappointment with the way the country viewed European immigration, overlooking their contribution to one of the most powerful world economies and creating insecurity regarding their status. According to this, many Europeans, including the Portuguese, face uncertainty regarding their plans and future rights of residence in the country. The survey results show that annual income, education level and the duration of stay of Portuguese emigrants in the UK are very important factors in shaping the way they experience and react to Brexit. Consequently, those with lower levels of education and longer lengths of stay will feel the effects of Brexit more intensively in their lives. Brexit, inclusively, neither affects feelings of belonging nor changes migrant expectations and future plans of the emigrants studied. However, it is responsible for a sense of insecurity within this community. Most of the participants wish to stay in the UK until the end of negotiations when Brexit becomes official in March 2019, and then until the end of the transitory period projected to March 2021. The low level of interference that Brexit has on the future plans of the Portuguese living in the UK is in line with the idea of liquid mobility characterized by temporariness, unpredictability, legality, individuality, fluidity and spontaneity of the intra-European flows.

Keywords: Brexit; European immigration; liquid mobility; Portuguese emigrants; United Kingdom.

Índice

1.	Introdução.....	1
2.	O contexto migratório britânico e a comunidade portuguesa no Reino Unido	5
2.1.	A relação Reino Unido – União Europeia.....	5
2.2.	A imigração em números	7
2.3.	A distribuição geográfica da população imigrante europeia no Reino Unido.	11
2.4.	A política migratória britânica	14
2.4.1.	Os cidadãos europeus	14
2.4.2.	Os cidadãos não europeus	18
2.5.	As motivações migratórias	20
2.6.	Caracterização da população imigrante residente no Reino Unido.....	21
2.7.	Tentativas de redução da imigração não europeia.....	23
2.8.	A emigração portuguesa para o Reino Unido e a comunidade portuguesa	24
2.8.1.	Tendências gerais da emigração portuguesa	24
2.8.2.	A emigração portuguesa para o Reino Unido em números	26
2.8.3.	A comunidade portuguesa residente no Reino Unido	28
3.	Metodologia	35
4.	<i>Brexit</i> : o momento de rutura.....	39
4.1.	Os antecedentes do referendo.....	39
4.1.1.	Os antecedentes políticos	41
4.1.2.	O ressurgimento do UKIP: origens, motivações, ambições e perfil dos militantes	42
4.1.3.	As preocupações dos britânicos	43
4.2.	A problemática da imigração	44
4.2.1.	As perceções públicas	48
4.2.2.	Os efeitos da redução da imigração europeia	52
4.3.	O referendo: o momento da decisão.....	53
4.3.1.	As campanhas eleitorais	53
4.3.2.	A imprevisibilidade da vitória do Leave	56

4.3.3.	A geografia e o comportamento eleitoral	56
4.3.4.	Fatores justificativos do voto	60
4.4.	O rescaldo do referendo	66
4.4.1.	O problema da redução da imigração europeia	67
4.4.2.	O problema da definição do estatuto dos imigrantes europeus	69
4.4.3.	O problema da economia e sua atratividade.....	69
5.	O momento migratório pós-referendo: desafios políticos no período de transição.	71
5.1.	As negociações com a União Europeia	71
5.2.	Recomendações para o novo regime migratório pós-referendo	73
5.2.1.	Limitações e desafios da política migratória	73
5.2.2.	Alternativas para o novo regime migratório pós-brexit	76
5.3.	Recomendações e desafios para os cidadãos europeus no momento pós-referendo	77
5.3.1.	O sistema de atribuição de residência permanente	78
5.3.2.	A lei da cidadania	79
5.4.	Alterações nos estatutos e direitos: o novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido	79
5.5.	As representações do <i>brexit</i>	81
5.5.1.	As perceções e motivações dos cidadãos europeus acerca do Reino Unido e da União Europeia	82
5.5.2.	A perceção do futuro no Reino Unido e os planos futuros dos cidadãos europeus	84
6.	Análise e redação/discussão das representações acerca do <i>brexit</i>	89
6.1.	Caracterização da amostra.....	89
6.2.	Trajetórias e motivações migratórias	99
6.2.1.	Trajetórias migratórias	99
6.2.2.	Motivações migratórias	100
6.3.	As representações dos portugueses emigrados no Reino Unido acerca do <i>brexit</i>	103
6.4.	Os planos futuros.....	111

6.4.1.	Obstáculos à saída	111
6.4.2.	Planos futuros até 2019	113
6.4.3.	Planos futuros até 2021	117
6.4.4.	Novo estatuto para cidadãos europeus	119
7.	Conclusões	125
	Bibliografia	129
	Anexos	137

Índice de figuras

Figura 1 - Evolução do euroceticismo no Reino Unido, 1992-2015.....	6
Figura 2 - Migração internacional no Reino Unido (estimativas do Identity and Passport Service - IPS)	7
Figura 3 - Imigração para o Reino Unido por nacionalidade, dezembro de 2007 a junho 2017.....	8
Figura 4 – Saldo migratório do Reino Unido, dezembro 2007 a junho 2017	8
Figura 5 - Saldo migratório europeu para o Reino Unido, por nacionalidade, 2013-2016.	9
Figura 6 - Emigração europeia a longo prazo para o Reino Unido, dezembro de 2009 a junho de 2017.....	9
Figura 7 – Pedidos de NINOs, Q1 2004 - Q1 2017	10
Figura 8 - Cidadãos europeus por país e região do Reino Unido, 2016.....	11
Figura 9 - Cidadãos europeus a residir no Reino Unido por nacionalidade, 2016.....	12
Figura 10 - Pedidos de PR processados 2015-2017, por nacionalidade (anos terminados em junho)	16
Figura 11 - Pedidos de cidadania britânica por cidadãos europeus, 2015-2017 (anos terminados em junho).....	18
Figura 12 - Principal razão da imigração para o Reino Unido, 1992-2017	20
Figura 13 - Trabalhadores europeus por secção da indústria, Q1 2017	22
Figura 14 - Entradas de portugueses, por principais destinos da emigração, 2016.....	27
Figura 15 - Registos consulares de portugueses residentes no estrangeiro, principais países de destino da emigração, 2016	34
Figura 16 - Resultados do referendo do brexit no Reino Unido (vermelho - Leave; azul - Remain).....	57
Figura 17 - Resultados por regiões do referendo de 1975	58
Figura 18 - Fatores citados como os mais importantes na decisão do referendo	61
Figura 19 - Ilustração da política do governo em relação à continuidade dos direitos de imigração para os cidadãos da UE e suas famílias após a saída do Reino Unido da UE- Procedimentos necessários de acordo com a data de chegada	80
Figura 20 - Caracterização da amostra por faixa etária (%).....	90
Figura 21 - Caracterização da amostra por país de residência (%)	91
Figura 22 - Caracterização da amostra por regiões de Inglaterra (%).....	92
Figura 23 - Caracterização da amostra por habilitações literárias (%)	93
Figura 24 - Caracterização da amostra por rendimento anual (%).....	93
Figura 25 - Importância dada pelos inquiridos ao PR (%).....	98
Figura 26 – Importância dada pelos inquiridos à aquisição de cidadania britânica (%) ...	98

Figura 27 - Importância dada pelos inquiridos ao registo no Consulado português (%) ..	98
Figura 28 – Estadias dos inquiridos noutros países	99
Figura 29 - Trajetórias migratórias dos inquiridos.....	100
Figura 30 - Planos futuros até março de 2019 (%).	114
Figura 31 – Destino migratório dos respondentes que pretendem sair do Reino Unido até março de 2019 (%).	117
Figura 32 – Destino migratório dos inquiridos que vão sair o Reino Unido até março de 2021 (%).	119
Figura 33 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido (%).	122

Índice de tabelas

Tabela 1 - Estimativa da população do Reino Unido por nacionalidade, 2016	13
Tabela 2 - Estimativa da população do Reino Unido por país de nascença/naturalidade, 2016.....	13
Tabela 3 - Entradas de portugueses no Reino Unido, 2000-2016.....	28
Tabela 4 - Nascidos em Portugal residentes no Reino Unido, 2000-2016.....	28
Tabela 5 - Seleção de indicadores sociais de contexto, 2016	30
Tabela 6 - Aquisições de nacionalidade por portugueses residentes no Reino Unido, 2000-2016.....	33
Tabela 7 - Características do mercado de trabalho do Reino Unido, por origem da população	47
Tabela 8 - Tempo de residência no Reino Unido, em anos	91
Tabela 9 - Comparação dos rendimentos médios anuais dos inquiridos e dos britânicos (em £)	94
Tabela 10 - Classificação de Atividades Económicas (por secção) dos últimos empregos dos respondentes em Portugal.....	95
Tabela 11 - Fatores de atração do Reino Unido (%).....	102
Tabela 12 - Decisão do brexit, por habilitações literárias (%).....	104
Tabela 13 - A forma como o <i>brexit</i> afetou os sentimentos de pertença para com o Reino Unido, por tempo de residência no país (%)	105
Tabela 14 - Concordância com o discurso anti-imigratório de Nigel Farage, por habilitações literárias (%).....	106
Tabela 15 - Impacto do brexit na vida dos respondentes em 2018, por rendimentos anuais (%).....	107
Tabela 16 - Impacto do <i>brexit</i> na vida dos respondentes em 2018, por habilitações literárias (%).....	107
Tabela 17 - Adoção de medidas de resistência, por tempo de residência no Reino Unido (%).....	109
Tabela 18 - O efeito do brexit na atratividade do Reino Unido, por tempo de residência no país (%)	110
Tabela 19 - Concordância com a sua saída, enquanto imigrante, do Reino Unido, por rendimentos anuais (%).....	110
Tabela 20 - Concordância com a sua saída, enquanto imigrante, do Reino Unido, por habilitações literárias (%).....	111
Tabela 21 - Obstáculos à saída, por respondentes com PR (%).....	112
Tabela 22 - Obstáculos à saída, por respondentes com cidadania britânica (%)	112

Tabela 23 - Planos futuros até março de 2019, por rendimentos anuais dos respondentes (%).....	114
Tabela 24 - Adoção de estratégias de integração até março de 2019, por rendimentos anuais dos inquiridos (%).....	116
Tabela 25 - Adoção de estratégias de integração até março de 2019, por inquiridos com cidadania britânica (%).....	116
Tabela 26 - Planos futuros até março de 2021, por faixa etária dos inquiridos (%)	117
Tabela 27 - Adoção de estratégias de integração até março de 2021, por rendimentos anuais dos inquiridos (%).....	118
Tabela 28 - Adoção de estratégias de integração até março de 2021, por respondentes com cidadania britânica (%).....	118
Tabela 29 - Conhecimento acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por habilitações literárias (%).....	121
Tabela 30 - Conhecimento acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por rendimentos anuais (%)	121
Tabela 31 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por tempo de residência no país (%)	122
Tabela 32 - Importância dos esforços do governo nas perceções dos respondentes, por tempo de residência, em anos (%).....	123
Tabela 33 - Naturalidade dos respondentes	137
Tabela 34 - Nacionalidade dos respondentes, por naturalidade	138
Tabela 35 - Caracterização da amostra por regiões da Escócia	138
Tabela 36 - Caracterização da amostra por regiões do País de Gales	139
Tabela 37 - Caracterização da amostra por regiões da Irlanda do Norte	139
Tabela 38 - Média de rendimentos anuais dos respondentes, por habilitações literárias	139
Tabela 39 - Meio de vida dos respondentes no Reino Unido	139
Tabela 40 - Decisão do <i>brexit</i> , por rendimentos anuais (%)	140
Tabela 41 - Decisão do <i>brexit</i> , por importância da cidadania europeia (%)	140
Tabela 42 - Adoção de medidas de resistência, por faixa etária (%)	140
Tabela 43 - Adoção de medidas de resistência, por importância da cidadania europeia (%)	140
Tabela 44 - Atratividade do Reino Unido, por rendimentos anuais (%).....	140
Tabela 45 - Existência de obstáculos à saída, por faixa etária (%)	141
Tabela 46 - Conhecimento acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por faixa etária (%)	141
Tabela 47 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por habilitações literárias (%).....	141

Tabela 48 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por rendimentos anuais (%).....	141
---	-----

Tabela 49 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por respostas com PR (%)	142
--	-----

Lista de Acrónimos e Siglas

CAE – Classificação de Atividades Económicas

CEE – Comunidade Económica Europeia

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CSI – *Comprehensive Sickness Insurance*

CTA – *Common Travel Area*

EHIC – *European Health Insurance Card*

EUA – Estados Unidos da América

NHS – *National Health Service*

NINo – *National Insurance Number*

PAC – Política Agrícola Comum

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PR – *Permanent Residence*

RU – Reino Unido

UE – União Europeia

UKIP – *UK Independence Party*

1. Introdução

Este projeto surge num contexto de incerteza relativamente, por um lado, ao real significado do *brexite* e, por outro, aos seus efeitos nos cidadãos portugueses residentes no Reino Unido. Este impacto ainda incerto do *brexite* nos portugueses emigrados no RU não foi, até agora, aprofundado, sendo que os projetos mais recentes apenas apontam para o possível efeito do *brexite* na redução dos fluxos migratórios portugueses para o país (Pires *et al.*, 2017), omitindo o seu significado para a grande comunidade portuguesa residente no RU. Neste sentido, esta investigação visa essencialmente explorar as representações que estes emigrantes portugueses fazem do *brexite* e a forma como os seus planos futuros e aspirações migratórias serão afetados em consequência do *brexite*.

O *brexite* é o resultado do referendo realizado a 23 de junho de 2016 no RU acerca da sua permanência na União Europeia. Os resultados do referendo mostraram um RU profundamente dividido entre a saída – 51,9% - e a permanência – 48,1% - na UE destacando-se Londres, no seio de uma Inglaterra apoiante da saída. A insatisfação dos britânicos com a UE esteve sempre presente desde a adesão em 1973, fator que se relaciona com a própria identidade inglesa, no entanto, foi a imigração a principal justificação do *brexite*. Com efeito, o referendo e o seu resultado mostraram-se iminentes e inevitáveis, partindo do princípio de que os motivos que justificaram o *brexite* operavam no RU há mais de dez anos. O RU encara diferentemente dois tipos de imigrantes, consoante a sua nacionalidade – os imigrantes europeus e os não europeus. É na imigração europeia que incide o debate do *brexite* e são esses cidadãos europeus que aparentam vir a ser os mais prejudicados com esta conjuntura sociopolítica pois, num contexto pós-referendo, o estatuto de cidadão europeu deixou de ser suficiente para garantir a sua permanência no país. É neste sentido que, enquanto 5º país onde residem mais portugueses no mundo (Pires *et al.*, 2017), se tornou interessante investigar o impacto e as representações acerca do *brexite* nos emigrantes portugueses residentes no RU, com a principal finalidade de averiguar se tais representações são determinantes na decisão de permanecer ou sair do RU.

No contexto das migrações, e reconhecendo que não existe uma única teoria capaz de explicar, na totalidade, o porquê das pessoas migrarem (Castles, 2010), a emigração portuguesa para o RU pode ser compreendida e parcialmente justificada através de várias teorias devido à diversidade deste fluxo. Tendo em consideração a natureza da migração neste estudo, as teorias económicas são as mais relevantes. Neste sentido, a teoria neoclássica indica que as diferenças geográficas da oferta e da procura de trabalho determinam as migrações e a nova economia da migração laboral (*New Economics of Labour Migration*), que consiste numa adaptação da teoria neoclássica, adiciona a importância de outras entidades sociais – família, comunidade, grupo

social - na decisão de migrar de forma a mitigar riscos. Para além destas, do ponto de vista da procura de emprego, destaca-se a teoria do mercado de trabalho dual segmentado (Piore, 1986) que defende a existência de dois mercados de trabalho, um primário, estável, bem remunerado e no qual se inserem os nativos e alguns migrantes qualificados e um secundário, instável, inseguro e que integra os imigrantes menos qualificados ou que não conseguem o reconhecimento das suas qualificações e as teorias *push-pull* referentes às disparidades das condições económicas na origem e no destino da migração e que, no caso português, a partir da crise económica de 2008 justificaram a saída de muitos emigrantes para o RU, onde os seus efeitos foram muito menores. No contexto da imigração intraeuropeia e da sua crescente diversidade de migrantes, a migração líquida caracteriza-se pelo seu carácter temporário (os imigrantes não pretendem alcançar a residência permanente), laboral (em busca de melhores condições económicas), legal (por se realizar no interior do espaço europeu, o que permite aceder na totalidade aos direitos de residência e trabalho), fluído (as fronteiras europeias são permeáveis) e espontâneo (os seus fluxos são imprevisíveis), bem como pela reduzida importância das redes sociais nas decisões migratórias, sendo que são decisões mais individuais e, por fim, a imprevisibilidade intencional, com os migrantes a optar por manter várias opções em aberto (Engbersen & Snel, 2013:33-35 cit. por King, 2017b). Foi a livre circulação europeia que propiciou a existência destas mobilidades fluídas, caracterizadas pela permeabilidade das fronteiras entre países europeus, que permitem aos cidadãos europeus usufruírem do privilégio de procurar emprego e residir livremente em qualquer país pertencente à UE (Lulle *et al.*, 2017). O *brexite* é, por sua vez, uma ameaça à perpetuação dessas mobilidades europeias líquidas para o RU que se intensificaram a partir da crise financeira de 2008 (Lulle *et al.*, 2017). Para finalizar este enquadramento teórico, para além das teorias de cariz económico, a teoria das redes sociais indica que a existência de redes sociais já estabelecidas entre outras vagas migratórias mais antigas, como acontece com os portugueses no RU, facilitam a integração social dos migrantes e fazem com que esse fluxo se auto perpetue (Massey *et al.*, 1993).

Tendo como principal finalidade compreender as implicações do *brexite* na vida quotidiana dos portugueses residentes no RU, definiram-se os seguintes objetivos:

1. Entender o papel da imigração durante a campanha pela saída da União Europeia e avaliar o contributo do *brexite* para a criação de uma nova política migratória ainda em curso.
2. Caracterizar a emigração portuguesa para o Reino Unido e a comunidade portuguesa residente no país.
3. Averiguar como os emigrantes portugueses experienciam e reagem ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia e identificar fatores que justifiquem tais

respostas (género, fase de vida, período de permanência no Reino Unido, habilitações literárias, posição socioeconómica, entre outros).

4. Perceber se o *brexite* alterou os sentimentos de identidade e pertença destes emigrantes portugueses.
5. Compreender de que forma o *brexite* alterou as aspirações migratórias/planos de vida futura dos emigrantes portugueses residentes no Reino Unido.

De maneira a dar resposta a tais questões, esta investigação é suportada por diferentes abordagens metodológicas que compreenderam a recolha indireta de dados quantitativos e qualitativos, com o propósito de, numa primeira fase, compreender o contexto migratório britânico, a emigração portuguesa para o RU e a comunidade portuguesa residente, o momento da decisão pelo *brexite* e seus antecedentes e o momento migratório pós-referendo. Numa segunda fase, procedeu-se à recolha direta de dados através da realização de um questionário *online*, disseminado essencialmente através das redes sociais e destinado a portugueses residentes no RU, de forma a aferir as trajetórias e motivações migratórias, bem como as representações que estes emigrantes portugueses formaram relativamente ao *brexite*.

A presente dissertação de mestrado organiza-se em sete capítulos, sendo o primeiro destinado à introdução da investigação e o segundo ao contexto migratório britânico e características da migração portuguesa para o RU. O terceiro corresponde à metodologia, o quarto contém o contexto político da realização do referendo e o seu rescaldo e o quinto aborda os desafios políticos do momento migratório pós-referendo, assim como as representações dos cidadãos europeus. O sexto capítulo engloba a análise da componente prática da investigação, estando dividido em quatro domínios – a caracterização da amostra; as trajetórias e motivações migratórias; as representações dos portugueses emigrados no RU acerca do *brexite*; os planos futuros. Por fim, o sétimo capítulo inclui as conclusões do projeto.

2. O contexto migratório britânico e a comunidade portuguesa no Reino Unido

De forma a compreender quais poderão vir a ser as consequências da saída do Reino Unido da União Europeia para os emigrantes portugueses que nele residem, é imprescindível entender o contexto migratório britânico, recuando à adesão à UE em 1973 e respetivas implicações para as fronteiras e mobilidade de cidadãos europeus. Procurou-se ainda perceber a origem da insatisfação com as instituições europeias, bem como o real contributo e dependência de trabalhadores europeus no RU que vieram justificar o grande debate a que se assistiu nos meses anteriores ao referendo do *brexit*. Para além disto, o presente capítulo aborda ainda uma caracterização da emigração portuguesa para o RU e da comunidade portuguesa residente no país.

2.1. A relação Reino Unido – União Europeia

A história do RU na UE não é pacífica. É, pelo contrário, bastante conturbada e repleta de exceções. O RU, como refere Robert Tombs, nunca se entregou em pleno ao projeto europeu e isso deveu-se, em primeiro lugar, ao facto de se ter visto obrigado a abdicar dos seus territórios ultramarinos, sendo essa uma das principais condições de adesão à, na altura, CEE (os critérios de Copenhaga), juntamente com a “existência de uma economia de mercado livre, democracia estável e um Estado de Direito, bem como a aceitação de toda a legislação e regulamentação europeias, nomeadamente o euro”. Contudo, e conscientes da prosperidade económica das nações fundadoras da CEE, os britânicos requereram a adesão em 1961 e 1967 que, inicialmente lhes foi negada e, por fim, aprovada em 1973. Crafts (2016) argumenta que a receita económica britânica aumentou fruto da maior competição dos mercados europeus e da extrema importância do investimento direto estrangeiro. Como referem Bongardt e Torres (2016:459), para o RU “os benefícios a ter com a UE acabam por se restringir à esfera de uma união económica incompleta”, não tendo o país aderido ao Acordo de *Schengen* nem à moeda única por considerar que tal representaria uma perda do controlo da sua própria soberania, continuando a usar a libra esterlina.

A criação do Espaço *Schengen* permitiu aos cidadãos europeus evitar controlos fronteiriços nas suas fronteiras internas (Somai e Biedermann, 2016) e controlos harmonizados nas fronteiras externas, tendo como principal objetivo permitir aos cidadãos da UE “procurar oportunidades de trabalho e educação, uma maior qualidade de vida ou mesmo um clima melhor” (Ritzen *et al*, 2017:2). Assumindo-se como um dos maiores e mais apreciados feitos europeus, a livre circulação fez, invariavelmente, aumentar em grande escala a mobilidade europeia. No caso britânico, entre as ilhas britânicas que não aderiram a este acordo (RU, Irlanda, a ilha *Man* e ilhas *Channel*) estabeleceu-se um “*mini-Schengen*”, vulgarmente denominado de *Common Travel Area* (CTA)

(Somai e Biedermann, 2016:3), no qual é possível a livre circulação de cidadãos com os controlos mínimos.

Crafts (2016) identifica como dois dos principais custos para o RU associados à adesão o não controlo da imigração europeia e a contribuição obrigatória para o orçamento da UE, referindo que estes custos se mostraram inferiores aos benefícios que o RU retirou da integração europeia. Desta forma, à falta da plena integração juntou-se a insatisfação com determinadas políticas instauradas pela UE e com o carácter de contribuidor líquido que coube ao RU, contribuindo mais para o orçamento europeu do que recebia sob a forma de fundos estruturais europeus. A imigração começou a ser controversa aquando da adesão de 10 países em 2004, dos quais se destacam os A8 (República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslovénia e Eslováquia, excluindo Malta e Chipre, considerados à parte devido aos valores baixos dos seus PIB) e os A2 (Roménia e Bulgária). Ritzen *et al.* (2017) sublinham que um pouco por toda a Europa tem crescido um sentimento contra a mobilidade que resulta na discriminação dos imigrantes europeus, mais precisamente dos recém-chegados dos países da Europa central e oriental.

Neste contexto surge a grande vaga de descontentamento e euroceticismo (Figura 1) que veio marcar o RU ao longo das suas quatro décadas de integração europeia mas que nunca foi superior, até 2016, à vontade de permanecer na UE. O referendo do *brex* não foi a primeira manifestação desta insatisfação para com a UE, já que, em 1975, dois anos passados da adesão do RU, foi pedida a realização de um referendo no qual os britânicos foram questionados relativamente à permanência na CEE e à sua relação custo-benefício. Desta vez, contrariamente ao que se verificou em 2016, os eurocéticos não levaram a melhor, saindo vitoriosa a permanência com 67% dos votos (Swales, 2016).

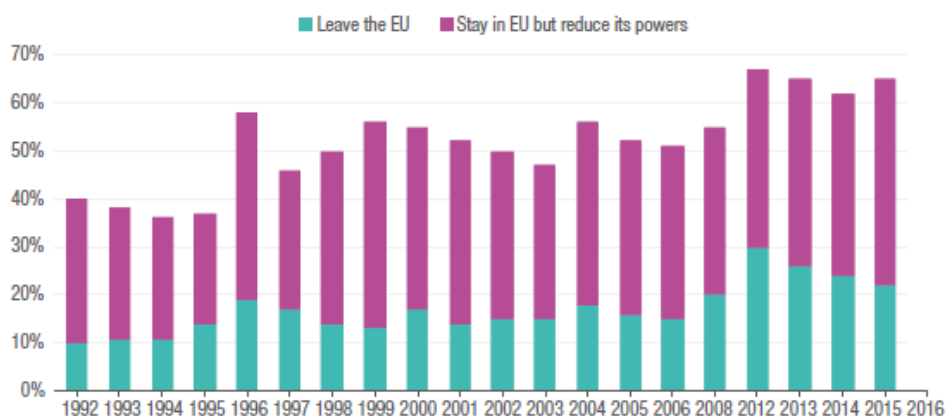


Figura 1 - Evolução do euroceticismo no Reino Unido, 1992-2015
Fonte: Swales, 2016

2.2. A imigração em números

É importante ter bem presentes algumas definições na temática da imigração. De acordo com as Nações Unidas, um migrante é um cidadão que altera o seu país de residência habitual, independentemente do motivo migratório e/ou do seu estatuto legal. Este conceito engloba aqueles cujo país de nascimento é diferente daquele em que reside, bem como aqueles que alteram o seu país de residência habitual por um período mínimo de um ano (imigrante permanente) de maneira a que o país, originalmente, de destino, passe a ser o seu país de residência atual.

Com efeito, foi apenas a partir da década de 90 que o RU começou a registar uma entrada, em grande escala, de imigrantes no país, sendo que até aí, a imigração para o país era muito modesta (entre 1851 e 1931 a população do RU apenas registou um aumento de 1 milhão de pessoas) (Office for National Statistics, 2016¹).

Pode observar-se na Figura 2 e Figura 3 que a imigração de cidadãos não europeus sempre foi superior à dos europeus (até ao mês do referendo) que, por sua vez, sempre foi bastante superior à dos britânicos. É igualmente evidente o grande crescimento da mobilidade europeia em 2004 e o efeito do levantamento das restrições à entrada no mercado de trabalho britânico dos búlgaros e romenos em 2014.

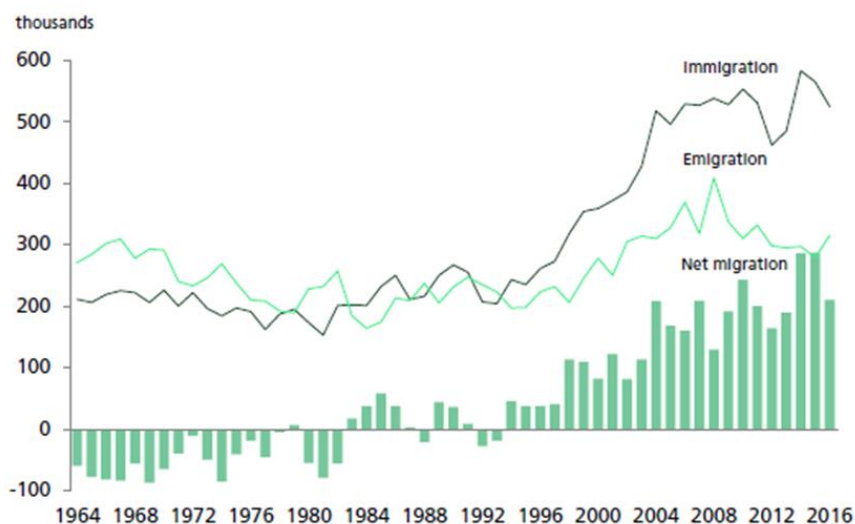


Figura 2 - Migração internacional no Reino Unido (estimativas do Identity and Passport Service - IPS)

Fonte: Hawkins, 2017

1

<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/articles/exploring50yearsofinternationalmigrationtoandfromtheuk/2016-12-01>

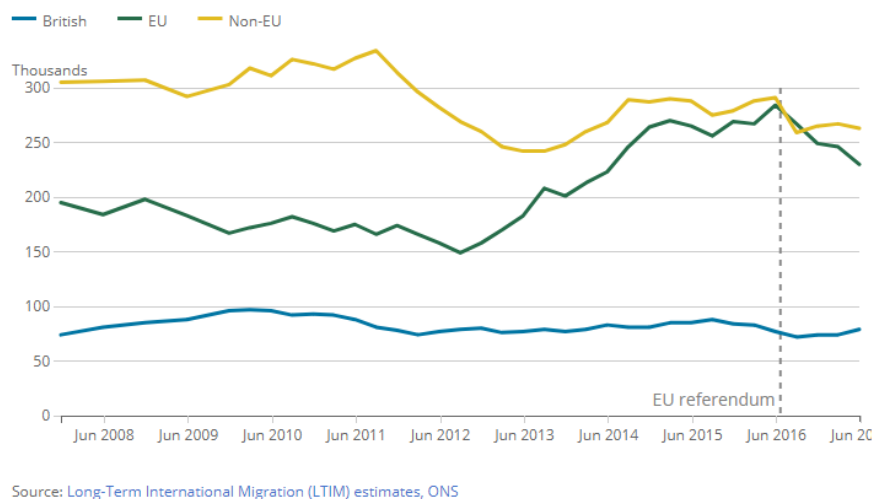


Figura 3 - Imigração para o Reino Unido por nacionalidade, dezembro de 2007 a junho 2017
Fonte: Office for National Statistics (2018c)

A Figura 4 mostra que a tendência, na última década, do saldo migratório² nem sempre foi constante, registrando uma quebra depois da crise económica de 2008 justificada pelo aumento da emigração e diminuição da imigração. Logo depois, assistiu-se a uma rápida recuperação económica que fez com que o saldo migratório aumentasse até 2011 e voltasse a cair até 2012, sendo que, a partir desse momento, se verificou um maior ritmo de crescimento até atingir o seu pico no mês do referendo de 2016 com 336 000 entradas. Depois disso, voltou a diminuir significativamente em resultado do referendo.

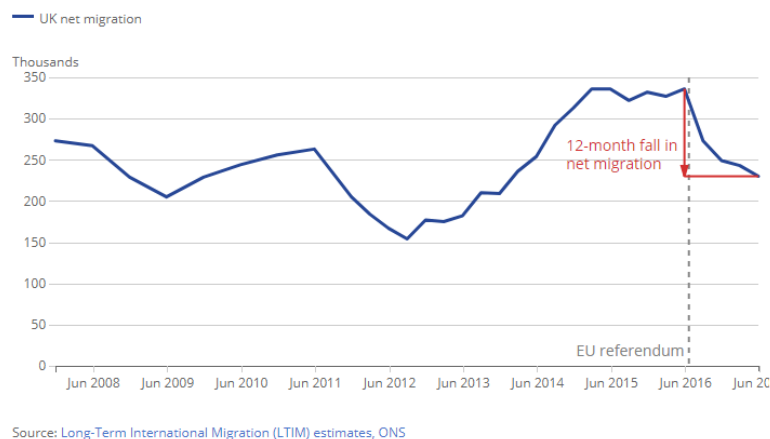


Figura 4 – Saldo migratório do Reino Unido, dezembro 2007 a junho 2017
Fonte: Sumption, 2017b

² Nota: O saldo migratório (*net migration*) é a diferença entre a emigração (quem sai) e a imigração (quem entra). Quando o valor do saldo migratório é negativo significa que existe *net emigration* e quando a imigração apresenta valores superiores à emigração, o saldo migratório assume valores positivos, correspondendo à *net immigration* (Hawkins, 2017). Esta medida não representa na totalidade as mudanças na dimensão populacional mas é uma boa ferramenta para medir o efeito da migração na população de determinado país: um saldo migratório positivo traduz-se num aumento populacional e um saldo migratório negativo manifesta-se numa diminuição populacional (Vargas-Silva e McNeil, 2017).

O referendo do *brexit* determinou o início de uma nova tendência no comportamento migratório para o RU. Assistiu-se, com efeito, a uma diminuição da imigração europeia com destino ao RU e a um aumento da emigração de cidadãos europeus a residir no RU (Figura 6), reduzindo assim o saldo migratório europeu para o país. Conforme consta na Figura 5, a diminuição do saldo migratório europeu para o RU não foi uniforme nos diferentes conjuntos de países europeus. Efetivamente, este declínio mostrou ser mais acentuado nos cidadãos dos países A8 (The Migration Observatory, 2017a) e, contrariamente, os A2 registaram um aumento, ainda que ligeiro, dos volumes migratórios (The Migration Observatory, 2017c).

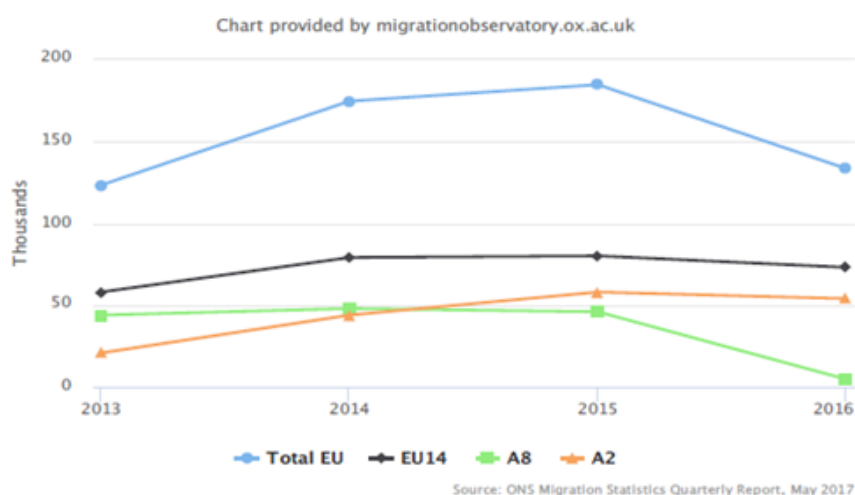


Figura 5 - Saldo migratório europeu para o Reino Unido, por nacionalidade, 2013-2016
Fonte: The Migration Observatory, 2017a

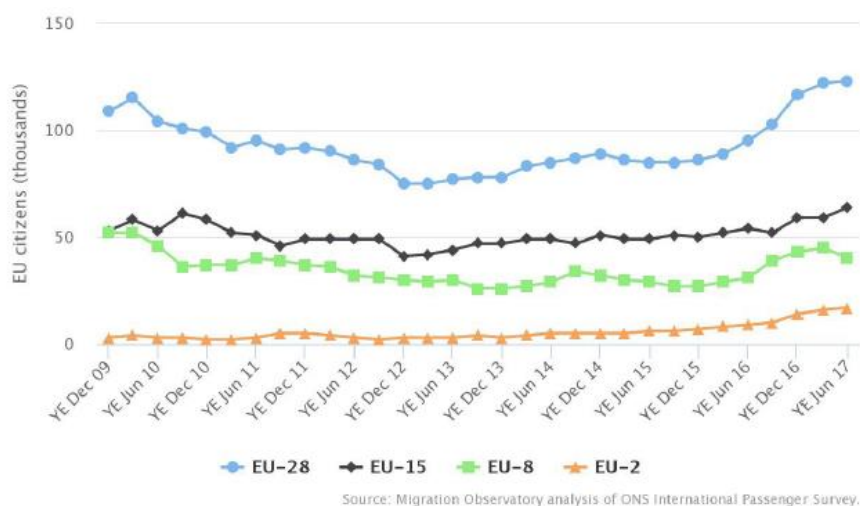


Figura 6 - Emigração europeia a longo prazo para o Reino Unido, dezembro de 2009 a junho de 2017
Fonte: The Migration Observatory, 2017a

Esta dinâmica é intrigante já que dentro dos vários grupos de emigrantes europeus se assiste a comportamentos migratórios diferenciados, desde a saída de cidadãos do país (A8) à entrada crescente de cidadãos (A2), ao mesmo tempo que muitos outros cidadãos europeus se esforçam

por garantir e clarificar o seu estatuto, na tentativa de garantir a permanência no RU (The Migration Observatory, 2017c). É importante relembrar, neste contexto, que estas reduções não se fazem acompanhar por qualquer alteração dos estatutos dos cidadãos europeus, sugerindo que muitos trabalhadores europeus traçaram os seus planos futuros com base na falta de garantia acerca dos direitos futuros de residência no RU (The Migration Observatory, 2017a).

No primeiro trimestre de 2017 verificou-se que o número de cidadãos europeus a trabalhar no RU diminuiu significativamente face ao mesmo período em 2016 (The Migration Observatory, 2017a), confirmando, assim, as mudanças dos comportamentos migratórios dos cidadãos europeus em território britânico (Figura 7).

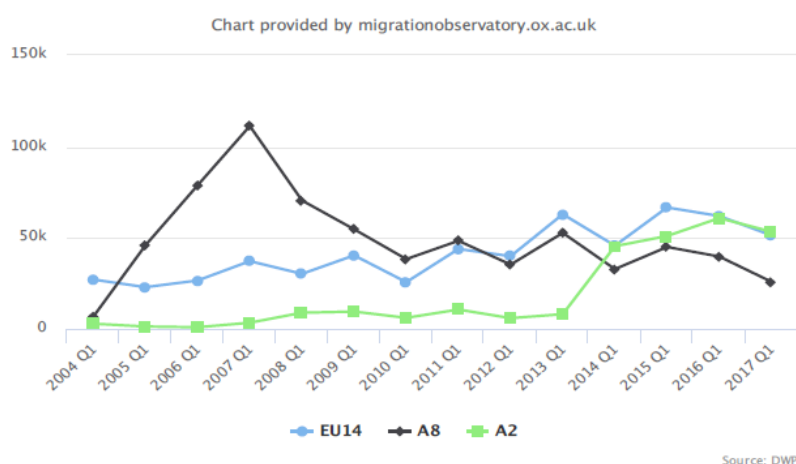


Figura 7 – Pedidos de NINos, Q1 2004 - Q1 2017
Fonte: The Migration Observatory, 2017a

King (2017a) afirma que a mobilidade intraeuropeia sofreu um grande crescimento com as novas adesões, mais particularmente em 2004 (A8). Neste contexto, o RU destacou-se por não ter imposto nenhuma restrição à incorporação destes trabalhadores no mercado de trabalho britânico, o que se traduziu num grande fluxo de entradas destes trabalhadores *newly accessed*. Contudo, a crise económica de 2008 acabou por afastar muitos destes imigrantes e obrigá-los a voltar para o país de origem, propiciando assim uma ligeira redução dos fluxos (Ritzen *et al*, 2017). No entanto, essa não foi uma situação duradoura porque o RU mostrou uma grande capacidade de resistir ao choque económico por não fazer parte da zona euro. No caso dos países do grupo A2, tendo já sido impostas restrições à incorporação laboral destes cidadãos no mercado de trabalho britânico, esperava-se que a grande vaga de entradas registada em 2014 devido à abertura total do mercado de trabalho britânico aos búlgaros e romenos não viesse a persistir a longo prazo (The Migration Observatory, 2016).

Em junho de 2016, entraram no RU cerca de 75 000 cidadãos britânicos, sensivelmente, 300 000 cidadãos europeus e outros 300 000 cidadãos não europeus. Em 2016 o saldo migratório registou 336 000 entradas, das quais, metade foram ao abrigo da livre circulação e a restante

metade ao abrigo do regime de imigração não europeia controlada pelo RU (Owen, 2017). Em 2015, David Cameron voltou a comprometer-se, como inicialmente o tinha feito em 2010, a reduzir o saldo migratório às “dezenas de milhares”, para as tão desejadas 100 mil entradas por ano, valor que não é registado desde 1997.

Hawkins (2017) aponta para o facto de, em 2011, enquanto havia cerca de 0,9 milhões de cidadãos britânicos a viver noutros países europeus, no RU, em 2016, o número de cidadãos europeus a residir ascendia aos 3,6 milhões, o que reflete, em particular, a grande atratividade da *performance* económica britânica face a países europeus mais isolados, pobres e periféricos no contexto da globalização, como é o caso dos países da Europa central e de leste, bem como do sul. Os 5,7 milhões de cidadãos estrangeiros residentes no RU em 2015 (Hawkins, 2017) destacam-se no quadro migratório britânico, porém, numa perspetiva comparativa, o RU não é o único país com um grande número de imigrantes.

2.3. A distribuição geográfica da população imigrante europeia no Reino Unido

Sabe-se que 40% de todos os imigrantes residentes no RU se concentram em Londres (Wadsworth, 2015) e quase 40% da população londrina não nasceu no RU (Hawkins, 2017), o que não é surpreendente dadas as oportunidades que o mercado de trabalho londrino oferece. Efetivamente, a crescente proporção de imigrantes verifica-se um pouco por todo o território britânico, contudo, a superdiversidade de Londres é notável (Vertovec, 2007). Como confirma Hawkins (2017), cerca de um terço dos cidadãos europeus a residir no RU em 2016 residiam em Londres e, fora desta cidade, as regiões de *South East*, *East England* e *North West* eram as que mais se destacam, de acordo com a Figura 8. No conjunto de todos os imigrantes europeus, os dos países A8 são os mais dispersos espacialmente (Wadsworth, 2015).



Figura 8 - Cidadãos europeus por país e região do Reino Unido, 2016
Fonte: Hawkins, 2017

A permanência dos imigrantes no RU tem vindo a sofrer grandes alterações nas últimas décadas, sendo que houve uma redução na duração das estadias em detrimento da imigração de longa duração (Dustmann e Frattini, 2014), característica de uma vaga de imigração mais antiga de países europeus como é o caso de Portugal (a imigração portuguesa para o RU é hoje menos caracterizada pelas estadias de longa duração, em resultado do maior destaque da nova mobilidade jovem e qualificada (Peixoto *et al.*, 2016), isto é, do carácter temporário da mobilidade líquida (King, 2017b).

Em 1985, 30% dos imigrantes no RU eram provenientes de dois países (Irlanda e Índia). A grande fatia, como mostra a Figura 9, em 2016, pertencia à Polónia com mais de 1 milhão de imigrantes polacos a residir no RU, destacando-se, em seguida, a Irlanda (335 mil) a Roménia (328 mil), a Itália (233 mil) e Portugal (213 mil).

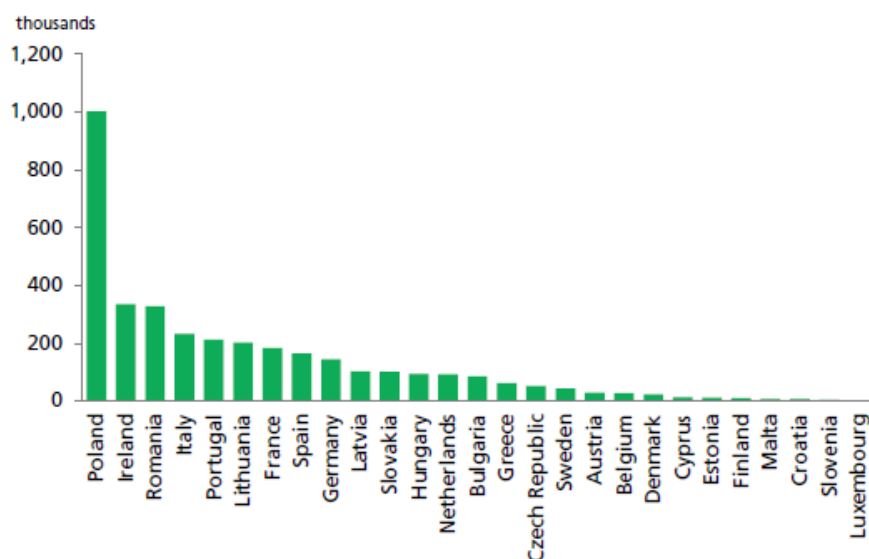


Figura 9 - Cidadãos europeus a residir no Reino Unido por nacionalidade, 2016
Fonte: Hawkins, 2017

Quando considerada a nacionalidade da população residente no RU no total, os cidadãos europeus somam 5,5% e os não europeus 3,7% (Tabela 1). A nacionalidade europeia encontra-se mais representada em solo britânico do que a não europeia. O País de Gales é a região que regista uma menor percentagem de cidadãos europeus (2,5%) e, pelo contrário, Londres é a região onde existe uma maior quantidade de cidadãos provenientes da UE (13,4%), bem como não europeus (9,9%) e, por consequência, é nesta cidade que menos britânicos residem (apenas 76,7%).

Tabela 1 - Estimativa da população do Reino Unido por nacionalidade, 2016

Região do RU /nacionalidade	British	EU15	EU8	EU28	Non EU
England	90.0%	2.6%	2.5%	5.8%	4.1%
North East	96.1	0.6	0.9	<u>1.8</u>	<u>2.1</u>
North West	93.5	1.4	1.9	<u>3.6</u>	<u>2.9</u>
Yorkshire & Humbs	93.3	1.1	2.6	<u>3.9</u>	<u>2.7</u>
East Midlands	92.2	1.6	3.1	<u>5.2</u>	<u>2.6</u>
West Midlands	91.5	1.4	2.4	<u>4.4</u>	<u>4.1</u>
East	90.9	2.3	3.0	<u>6.0</u>	<u>3.1</u>
London	76.7%	7.6%	3.7%	13.4%	9.9%
South East	91.7	2.3	2.0	<u>4.9</u>	<u>3.4</u>
South West	93.9	1.7	1.8	<u>3.8</u>	<u>2.2</u>
Wales	95.9%	0.8%	1.4%	2.5%	1.5%
Scotland	93.6%	1.4%	2.3%	3.9%	2.4%
Northern Ireland	93.4%	2.0%	2.9%	5.3%	1.2%
Reino Unido	90.7%	2.4%	2.4%	5.5%	3.7%

Fonte: Adaptado de Hawkins, 2017:17

A naturalidade, contrariamente à nacionalidade que pode ser adquirida, não se altera e define-se, objetivamente, pelo país de nascença. Desta forma, na Tabela 2, os valores, especialmente para os cidadãos não europeus aumentam bastante, face aos da Tabela 1. Assim sendo, conclui-se que a percentagem de cidadãos não europeus no total da população britânica é superior à dos europeus em todas as regiões destacadas na Tabela 2, exceto na Irlanda do Norte. Londres ganha ainda mais destaque se se considerar que apenas 62,2% da população lá residente é britânica e que mais de 25% da população tem origem não europeia. Para além disto, os valores em percentagem dos imigrantes europeus pouco divergem dos da Tabela 1, sendo isso justificado pelo facto de os imigrantes europeus não sentirem necessidade de adquirir nacionalidade britânica pois a cidadania europeia permite-lhes a livre circulação em espaço europeu, contrariamente aos cidadãos não europeus (Murray, 2016) que não têm o processo de integração no mercado de trabalho tão facilitado quanto os europeus e que veem na aquisição de nacionalidade britânica uma mais valia.

Tabela 2 - Estimativa da população do Reino Unido por país de nascença/naturalidade, 2016

Região do RU /naturalidade	British	EU15	EU8	EU28	Non EU
England	84.6%	2.6%	2.3%	5.7%	9.6%
North East	94.1	0.8	0.9	<u>2.0</u>	<u>3.8</u>
North West	94.1	0.8	0.9	<u>2.0</u>	<u>3.8</u>
Yorkshire & Humbs	90.4	1.2	2.3	<u>3.9</u>	<u>5.7</u>
East Midlands	88.5	1.8	2.9	<u>5.3</u>	<u>6.1</u>
West Midlands	86.9	1.6	2.2	<u>4.5</u>	<u>8.6</u>
East	87.0	2.6	2.8	<u>6.2</u>	<u>6.8</u>
London	62.2%	6.2%	3.4%	11.9%	25.9%
South East	86.9	2.6	1.8	<u>5.2</u>	<u>7.9</u>
South West	90.8	2.2	1.6	<u>4.4</u>	<u>4.8</u>
Wales	94.0%	1.2%	1.2%	2.8%	3.1%
Scotland	91.4%	1.7%	2.1%	4.1%	4.5%
Northern Ireland	92.4%	2.5%	2.7%	5.6%	2.0%
Reino Unido	85.8%	2.5%	2.2%	5.5%	8.7%

Fonte: Adaptado de Hawkins, 2017:18

2.4. A política migratória britânica

Nesta fase procurou perceber-se como funciona a política migratória britânica, sabendo que atua diferentemente para com dois grandes grupos de imigrantes - os europeus e os não europeus - bem como compreender como atuam os sistemas de concessão de residência, cidadania britânica e como é exercido o controlo nas fronteiras.

2.4.1. Os cidadãos europeus

A livre circulação de cidadãos é um dos pilares base do Tratado da UE e nele define-se que um cidadão com nacionalidade europeia pode fixar-se, com o principal objetivo de procurar trabalho, em qualquer país europeu que tenha aderido ao Espaço *Schengen* (Owen, 2017). Sabe-se que o RU não faz parte do Espaço *Schengen*, mas, acima de tudo, é um Estado-membro e os cidadãos europeus têm direito a circular livremente. Desta forma, quando um cidadão europeu chega ao RU é sujeito a “controlos mínimos para a verificação da sua identidade, com base nos documentos de viagem (passaporte ou bilhete de identidade)” (Comissão Europeia, s/d). Desta forma, a não adesão ao Espaço *Schengen* pouco influencia a livre circulação e entrada de cidadãos europeus no RU (Owen, 2017).

No contexto do controlo da imigração para o RU, a CTA (*Common Travel Area*) é uma componente essencial da política migratória britânica (Owen, 2017), pois prevê a livre circulação de pessoas e outros benefícios (De Mars *et al.*, 2017) mediante controlos mínimos ou, em certas partes, quase inexistentes, na qual os cidadãos abrangidos não são tratados como estrangeiros (Owen, 2017). Esta parte da política migratória e o seu controlo é, atualmente, muito debatido num contexto pós-referendo.

Os trabalhadores europeus a residir no RU tinham, garantidamente, a possibilidade de desempenhar qualquer trabalho, votando nas eleições locais e europeias (não nas nacionais) na mesma medida que a população nativa, não colocando quaisquer restrições aos empregadores (Sumption, 2017a). Neste contexto, a capacidade de o RU controlar a imigração europeia é, de facto, limitada e, em casos normais, passados os primeiros três meses e provado que o cidadão europeu está a trabalhar (caso essa situação não se verifique, não têm acesso aos subsídios dados a um cidadão britânico desempregado), passam a ter exatamente os mesmos direitos e acesso aos mesmos serviços públicos que os cidadãos britânicos (Owen, 2017).

A imigração europeia para o RU não depende das qualificações nem das habilitações literárias dos imigrantes (LSE Growth Commission, 2017) e isso faz com que exista um *stock* de imigrantes europeus mais diversificado que varia dos mais aos menos qualificados. Sabendo que um país necessita tanto de mão-de obra qualificada como não qualificada para o desempenho dos

serviços nacionais, a imigração europeia desqualificada é uma mais valia para o RU pois vem preencher as vagas que existem no mercado de trabalho britânico em determinados setores “desprestigiantes” e mal remunerados, desvalorizados pelos britânicos. É de notar, porém, que, como esclarecem Jaumotte *et al.* (2016 cit. por Portes e Forte, 2017), a imigração desqualificada apresenta, para o RU, um impacto tão positivo quanto a qualificada. Com efeito, a livre circulação acaba por ser o único mecanismo que permite a entrada legal de imigrantes não qualificados no RU (Owen, 2017). Contudo, uma grande parte da comunidade de origem europeia presente no RU é qualificada (em 2016, 48% dos imigrantes europeus estavam empregados em trabalhos que exigem um alto grau de qualificação) (LSE Growth Commission, 2017).

Os pedidos de residência permanente

Os cidadãos europeus têm a hipótese de, não gratuitamente, pedir um documento de residência permanente (PR) ao fim de 5 anos de trabalho contínuo no RU, com saídas do país que não excedam um determinado período de tempo, tendo estes de ser capazes de relatar, através de documentos, as suas atividades e todas as saídas durante esses 5 anos. Porém, 5 anos de residência e trabalho contínuo no RU não é suficiente para um cidadão europeu estar automaticamente elegível para o documento de residência permanente pois existe uma especificidade destinada a estudantes e pessoas inativas ou auto-suficientes que as obriga a apresentar um outro documento denominado de CSI (*Comprehensive Sickness Insurance*). De acordo com Sumption (2017a), a falta do CSI é uma afirmação de que o requerente a PR não esteve presente, de forma legal, no RU durante todo o período em que lá residiu. O CSI pode ser provado por meio da posse de um seguro de saúde que cubra o cidadão e a sua família ou o EHIC (*European Health Insurance Card*). No entanto, o cidadão europeu que pretenda adquirir o EHIC vê-se obrigado a garantir que não pretende fixar-se no RU de forma permanente. O CSI é uma questão muito controversa. Apesar de ser um grande entrave à aquisição do documento de residência permanente a pessoas reformadas, com algum tipo de debilidade, cuidadores e estudantes, a sua importância tem-se revelado bastante desconhecida, ganhando destaque quando muitos cidadãos europeus tentaram pedir PR, depois do referendo, na tentativa de garantir a permanência no país (Sumption, 2017a). Outras situações acontecem aos cidadãos europeus que pretendem adquirir a residência permanente como aqueles cujo trabalho contínuo ao longo de 5 anos foi interrompido ou tenham estado fora do país por mais de 6 meses, assim como os que apresentem rendimentos baixos durante o período dos 5 anos que podem vir a ser entendidos como pouco genuínos e efetivos. (The Migration Observatory, 2016).

Nesta perspetiva, só o pedido de PR acaba por ser bastante específico e restrito, um privilégio que antes era uma mera garantia, já assegurada pela posse da cidadania europeia e um meio indispensável para os europeus que pretendiam pedir cidadania britânica. Dado esta

complexidade, torna-se óbvio que a taxa de aprovação dos PR não seja expressiva, tendo vindo, contudo, a aumentar gradualmente, nos meses seguintes ao referendo, registando um valor aproximado de 74%. (Sumption, 2017b). Esta rejeição não significa, contudo, que a estadia dos cidadãos europeus seja ilegal, nem muito menos implica a sua deportação, até porque a rejeição não impede o cidadão de voltar a pedir o PR. O recurso (quando o PR é recusado), custa entre £80 e £140 e o tempo médio de espera desta situação ronda os 8 meses (Owen, 2017). Segundo Owen (2017) a principal causa das rejeições dos pedidos de PR é a falta do CSI e, para Sumption (2017b), as dificuldades de interpretação da parte de quem é elegível.

Com efeito, conforme evidencia a Figura 10, todos os cidadãos europeus (EU14, EU8 e EU2) mostraram um aumento significativo relativamente aos pedidos de PR de 2015 para 2017, sendo, contudo, esse aumento mais visível nos cidadãos europeus de países que aderiram antes de 2004 à EU, logo seguido dos imigrantes dos países A8 e, com valores mais reduzidos, os A2. Sumption (2017b) refere, todavia, que os cerca de 162 500 pedidos de PR registados em junho de 2017 representam uma pequena percentagem do total de cidadãos europeus a residir no RU e a maioria destes cidadãos continua a não pedir PR (Sumption, 2017b).

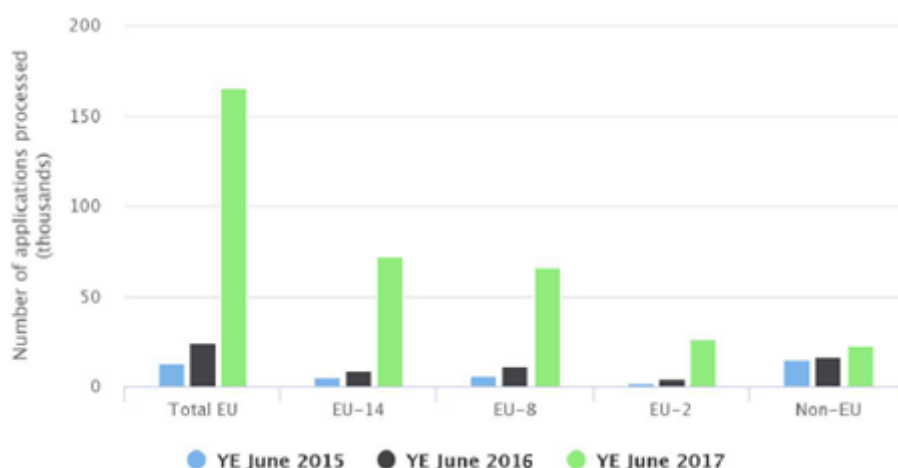


Figura 10 - Pedidos de PR processados 2015-2017, por nacionalidade (anos terminados em junho)
Fonte: Sumption, 2017b

Em suma, como descreve Sumption (2017a), todo o processo de aquisição de PR é brutalmente criticado devido à sua complexidade, o que mostra que a grande preocupação do governo britânico é evitar que pessoas não elegíveis para PR o obtenham em vez de facilitar o processo para quem efetivamente reúne as condições necessárias para o adquirir.

A lei da cidadania

Os benefícios da obtenção de cidadania britânica são superiores para os cidadãos não europeus pois, como afirma Murray (2016), para uns cidadãos a cidadania britânica é essencial de forma a terem os seus direitos garantidos e para outros é apenas uma mera adição de vantagens

ao seu estatuto atual. O pedido de PR é um passo imprescindível para qualquer cidadão europeu que pretenda obter nacionalidade britânica. Murray (2016) define a política de cidadania como uma das principais responsabilidades do Estado, definindo os direitos dos cidadãos. Ser cidadão de um país faz do imigrante alvo de proteção por parte do governo, como também o faz contribuir para o bem nacional e beneficiar dele. Pensa-se que cada cidadão que nasça no RU se torna automaticamente cidadão britânico (Murray, 2016), no entanto, esta situação nem sempre se verifica quando nascem filhos de imigrantes, apelidados de “imigrantes de segunda geração” e nem sempre encarados como cidadãos com dupla nacionalidade.

Ser cidadão britânico significa ter direito a votar em todas as eleições, à proteção (consular no exterior), a aceder de forma gratuita aos serviços públicos e ao sistema de assistência social, a trazer para o RU algum membro familiar, a aceder a todos os direitos estabelecidos pela UE, a ter um visto que permite o livre acesso a 137 países, a entrar e sair do RU quando quiser, entre outros (Murray, 2016). Contudo, estes direitos podem ser adquiridos pelos cidadãos não britânicos em diferentes alturas do processo de imigração, por exemplo, os cidadãos europeus podem, mesmo não tendo cidadania britânica, votar nas eleições locais e europeias, mas não nas nacionais e os cidadãos da *Commonwealth* e não europeus não têm direito a votar em nenhuma eleição independentemente do seu tempo de residência no RU.

Pedir nacionalidade britânica acarreta 5 requisitos: a posse do certificado de PR, um custo, um teste acerca da vida no RU (*life in the UK test*), a fluência em inglês e possuir um bom carácter. Sabendo já que é necessário provar a residência permanente no RU através do PR, a aquisição de nacionalidade britânica tem um custo acrescido de £1,236 (Home Office, 2016 cit. por Murray, 2016). O elevado custo do pedido está envolto em grande controvérsia, sendo que tem vindo a aumentar muito na última década (em 2007 era de £200), é bastante superior aos preços praticados noutros países (na Alemanha o custo é de €255) e muito maior do que o preço real do processo (£140 em 2014), colocando entraves à aquisição da cidadania britânica aos grupos socioeconómicos com menor poder aquisitivo. O *life in the UK test* também tem sido alvo de críticas por gradualmente deixar de se centrar em aspetos práticos da vida no RU e mais, como refere Travis (2009), “na longa e ilustre história” do RU (cit. por Murray, 2016:21), fazendo com que seja mais exigente para os imigrantes que conhecem o dia a dia da vida britânica e não a história, podendo não ter tido hipótese de a estudar. Igualmente criticável é o crescente nível de inglês exigido, ao passo que a oferta de ajuda no domínio da língua tem diminuído e, obviamente, o requisito referente ao bom carácter que acarreta uma grande subjetividade e é cada vez mais restrito (Home Office, 2014 cit. por Murray, 2016), negando a cidadania britânica aqueles que apresentem condenações ou cujas atitudes sejam reprováveis.

No contexto da criação de cada vez mais entraves à aquisição de cidadania britânica, verifica-se, na Figura 11, que o número destes pedidos quase triplicou de 2015 para 2017, tendo sido sempre superior para os cidadãos provenientes de países dos EU 14. É, assim, visível o efeito do referendo do *brexít* no aumento dos pedidos de cidadania britânica por cidadãos europeus, atingindo o seu pico em junho de 2017 com de mais de 10 000 pedidos face ao mesmo período em 2016.

Percebe-se, comparando a Figura 10 e a Figura 11, que o número de cidadãos a pedir cidadania é muito inferior ao número dos que pedem PR porque, em primeiro lugar, as motivações de quem decide pedir PR e nacionalidade britânica são diferentes, em segundo, porque cada um apresenta diferentes graus de complexidade e, em terceiro lugar, porque existe uma grande dúvida relativamente à possibilidade de se ter várias nacionalidades. Para além disto, os custos destes pedidos são completamente díspares (a aquisição do PR tem um valor aproximado de £65 e o pedido de cidadania britânica de £1,282) (Sumption, 2017b).

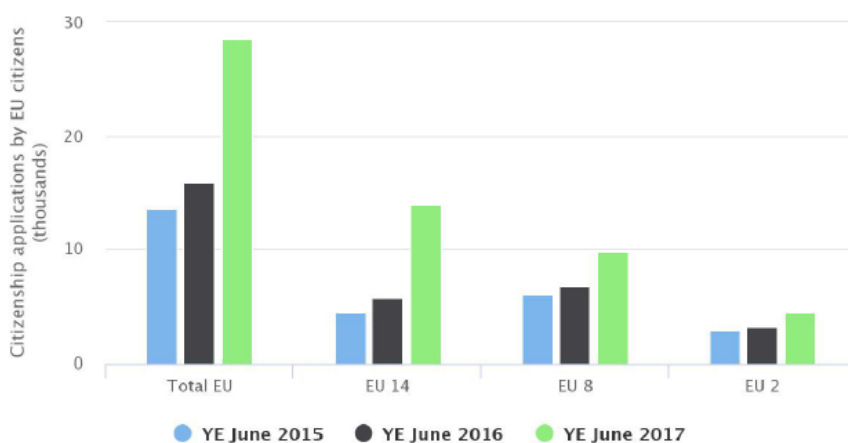


Figura 11 - Pedidos de cidadania britânica por cidadãos europeus, 2015-2017 (anos terminados em junho)
Fonte: Sumption, 2017b

2.4.2. Os cidadãos não europeus

A imigração não europeia que se dirige para o RU é da total responsabilidade do *Home Office*, que define um determinado sistema de seleção do tipo de imigrantes autorizados a residir no RU. Esta imigração é selecionada com base nas qualificações através de um *Tier System*. O *Tier System*, o *work permit system* utilizado, prevê unicamente a entrada de cidadãos não europeus qualificados no RU, o que faz com que a única forma legal de entrada de mão de obra imigrante desqualificada seja a livre circulação europeia (Owen, 2017). Sujeitos a um diferente tratamento ao nível fronteiriço, os cidadãos não europeus à chegada ao RU passam por mais controlos (Owen, 2017). Na maioria das vezes, um cidadão não europeu apenas é autorizado a entrar no RU se provar vir preencher uma vaga em terminado trabalho (Sumption, 2017a). Os critérios de seleção deste sistema têm vindo, gradualmente, a tornar-se mais seletivos.

Segundo Hawkins (2017), existem três categorias dentro dos *Tier* - os *Tier* 1, 2 e 5. O *Tier* 1, a categoria menos significativa, destina-se a migrantes altamente qualificados (empresários e investidores). Os *Tier* 2 subdividem-se em *Tier* 2 general e *intracompany transfer*, sendo os primeiros aqueles que registam a maior importância, aplicando-se a trabalhadores qualificados recrutados pelos empregadores e requerem a existência de um salário mínimo de £30 000 (abril de 2017) (Sumption, 2017a). Já os *Tier* 2 *intracompany transfer* destinam-se a trabalhadores que são transferidos, dentro da mesma empresa, para outras sucursais, não deixando de se exigir que seja um trabalho qualificado, assim como que tenha um salário mínimo rondando as £41,500 em 2017. Por fim, os *Tier* 5 cobrem os trabalhadores temporários, dispensando-os dos critérios tão restritos. Depois ainda existe uma outra categoria que se destina exclusivamente a empresários e investidores que chegam ao RU sem contrato de trabalho mas que reúnam um conjunto de requisitos (Sumption, 2017a).

Perante tal exigência relativamente à alta qualificação dos imigrantes não europeus no RU, levantam-se questões relativas à mão de obra desqualificada. Em 2007-2008 existiram programas destinados exclusivamente ao recrutamento de mão de obra para trabalhos desqualificados nos setores da agricultura e processamento de alimentos, denominados *Seasonal Agricultural Workers Scheme* que, durante o período de vigência, se destinaram apenas a trabalhadores búlgaros e romenos que, apesar de já fazerem parte da UE, tiveram restrições de entrada no mercado de trabalho até 2013, altura em que esse programa foi terminado por esses dois grupos de trabalhadores já terem total acesso ao mercado de trabalho britânico (The UK in a Changing Europe, 2016b).

Os migrantes trabalhadores que entrem no RU ao abrigo do *Tier* 2 (*general*), são elegíveis para pedir *indefinitive leave to remain*, o documento equivalente ao PR para os cidadãos europeus (The Migration Observatory, 2016), necessitando de provar a residência e trabalho contínuos durante 5 anos, bem como um rendimento anual mínimo de £35,000. Contrariamente, os cidadãos ao abrigo do *Tier* 2 *intracompany transfer* e *Tier* 5 não podem adquirir o *indefinitive leave to remain* (Sumption, 2017a).

Relativamente à política de cidadania aplicada aos cidadãos não europeus, os requisitos para a sua aquisição são semelhantes. Murray (2016) refere que, neste sentido, os cidadãos não europeus têm, na mesma medida que os europeus, de passar no *life in the UK test*, dominarem a língua inglesa e serem detentores do *indefinitive leave to remain*. Todo o processo tem, igualmente, custos associados (Home Office, 2016 cit. por Murray, 2016).

2.5. As motivações migratórias

As razões que levam os cidadãos a imigrar para o RU são essencialmente de ordem económica (Figura 12) mas as motivações relativas à progressão académica também têm uma grande expressão. A *performance* económica britânica associada ao crescimento das desigualdades nos países de origem justificam quase na totalidade a imigração para o RU (Hatton, 2003 cit. por Vertovec, 2007). No que toca à imigração europeia, conforme reconhece Ritzen *et al.* (2017), a mobilidade europeia é positiva e o RU não é exceção pois os imigrantes trazem consigo capacidades complementares às dos nativos e combatem o envelhecimento populacional típico de países desenvolvidos.

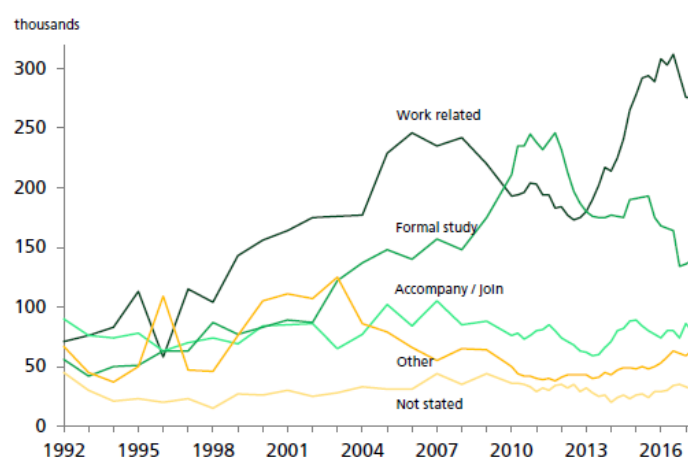


Figura 12 - Principal razão da imigração para o Reino Unido, 1992-2017
Fonte: Hawkins, 2017

A imigração é um fenómeno positivo e não deve haver razões para a restringir. Apesar disto, é preciso reconhecer que existem limitações e implicações. Uma delas é que os imigrantes, pelo menos de primeira geração, tendem a desempenhar funções abaixo das suas qualificações e, na maioria das vezes, menos valorizadas e mais desprestigiadas do que os nativos e tal é propiciado, por exemplo, pela barreira linguística (Borjas, 2016 cit. por Ritzen *et al.*, 2017).

A presença de cidadãos europeus no RU é muito notória e são muitos os fatores que justificam a atratividade do país. Com efeito, as relações que o RU estabeleceu com outros países fruto do processo de colonialismo e da adesão à *Commonwealth* e à UE (Simionescu *et al.*, 2017a) propiciaram a criação de ligações muito próximas e valiosas quando se trata de ter a capacidade de atrair talento (Vertovec, 2007; Murray, 2016). Dustmann e Frattini (2014) chegam, inclusivamente, a referir que o RU continua a ter a capacidade de atrair imigrantes altamente qualificados e isso verificou-se mesmo durante a crise económica de 2008, distinguindo-o de outros destinos migratórios. Os imigrantes são atraídos pela possibilidade de serem mais bem remunerados no RU face ao país de origem e este fenómeno é muito comum nos trabalhadores mais qualificados, sendo vulgarmente associado à fuga de cérebros (Simionescu *et al.*, 2017a), no

sentido em que o capital humano mais qualificado se dirige para países mais desenvolvidos onde os salários são mais altos. As oportunidades de emprego, a língua inglesa e as redes sociais já estabelecidas atuam como outros fatores que justificam a atratividade do RU (The UK in a Changing Europe, 2016a). No que se refere ao *Welfare*, por si só, não é a maior motivação para quem se pretende fixar no RU pois os imigrantes não tendem a receber (tantos) benefícios (quanto os *Leavers* julgam), ao contrário da ideia de que o estado de providência atua como um ímã para a fixação da população imigrante pois a concessão de benefícios é superior entre os imigrantes (Borjas, 1999). Porém, os imigrantes europeus que mais tendem a beneficiar do estado de providência são os que têm crianças a cargo (note-se que a maioria dos imigrantes europeus que se dirigem para o RU vêm sozinhos ou, quando em casal, sem filhos) e aqueles que apresentem baixos rendimentos que, conseqüentemente, são aqueles cujas qualificações são mais baixas (Lisenkova e Sanchez-Martinez, 2016). Também no contexto das condições laborais, a flexibilidade do mercado de trabalho britânico permite uma maior facilidade de encontrar emprego e o mesmo acontece com os rendimentos que são, na sua maioria, muito superiores no RU, por contraste com muitos países de origem europeus, fazendo com que o sucesso do RU e a sua atratividade sejam resultado direto das condições económicas desfavoráveis de outros países europeus. Por fim, a importância e abrangência da língua inglesa é indiscutível. Imigrar para o RU é uma mais valia tanto para aqueles que já falam o inglês, como para aqueles que pretendem aprendê-lo. Por outro lado, o facto de a imigração europeia para o RU já estar consolidada por outras vagas de imigração faz com que se estabeleçam redes sociais que tornam mais fácil a integração dos imigrantes europeus recém-chegados (The UK in a Changing Europe, 2016a). A existência de tais redes sociais aumenta a probabilidade de crescimento dessa imigração, já que permite reduzir os seus custos e riscos do processo e aumentar o seu retorno, conseqüentemente, consolidando as redes e fazendo com que a imigração de determinada comunidade se auto perpetue (Massey *et al.*, 1993).

2.6. Caracterização da população imigrante residente no Reino Unido

Os imigrantes passaram de 8% em 1995 para 17% em 2014 no que toca à proporção de adultos (trabalhadores) em idade adulta no RU (Wadsworth, 2015). Relativamente às qualificações, os imigrantes são, em geral, mais qualificados (Wadsworth, 2015), chegam ao RU em idade mais jovem e, por isso, tendem a recorrer menos aos serviços públicos. No caso da imigração qualificada, os benefícios para o RU vão desde o facto de estes cidadãos pagarem impostos, aumentarem a inovação, a produtividade, o investimento em economias locais e gerarem mais emprego (Murray, 2016).

A necessidade e recurso a mão de obra imigrante europeia ocorre tanto no contexto da imigração mais qualificada (p.e. setor da saúde) como da desqualificada (p.e. setor da construção civil). No caso dos setores menos qualificados, os baixos salários que se praticam, a falta de instrução e a grande rotatividade do pessoal e dos serviços atuam como fatores pouco atrativos para a mão de obra nativa (Ruhs e Anderson, 2010 cit. por D'Angelo e Kofman, 2017) e, nos setores mais qualificados, os cortes nos subsídios, no caso do *staff* médico, do Sistema Nacional de Saúde (NHS), direcionados à capacitação destes profissionais, têm feito com que no seio do NHS haja uma grave escassez de mão de obra nativa, levando à contratação de mão de obra imigrante. Esta situação verifica-se em muitos outros setores como é o caso da educação (D'Angelo e Kofman, 2017), mas é também muito evidente no setor da restauração, ao passo que, os setores como a energia, agricultura e administração pública empregam poucos imigrantes (Wadsworth, 2015).

Na Figura 13 vê-se que, de um total de 2.3 milhões de imigrantes europeus a trabalhar no RU, as secções da atividade económica que mais imigrantes europeus empregavam eram o trabalho doméstico (25,7%), o alojamento e serviços alimentares (14,2%), a indústria transformadora (11,5%) e o transporte e armazenamento (10,5%).

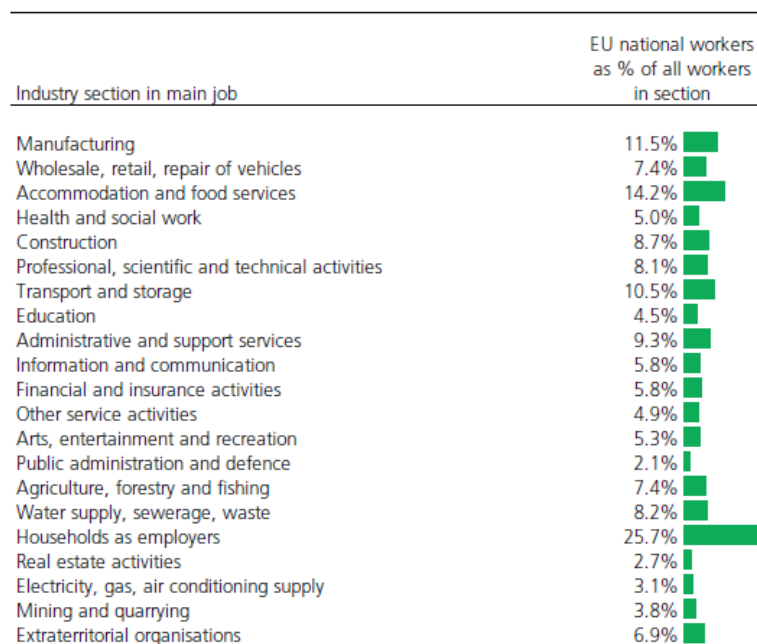


Figura 13 - Trabalhadores europeus por secção da indústria, Q1 2017
Fonte: Adaptado de Hawkins, 2017

É reconhecido, desta forma, a importância da mão de obra imigrante europeia no RU, contudo, é a mais qualificada que gera uma maior preocupação num contexto pós-*brexit*. Ao abrigo da livre circulação europeia, tanto a imigração qualificada como a não qualificada têm acesso ao mercado de trabalho britânico, no entanto, é a qualificada que é portadora da inovação

e talento e a saída do RU da UE torna-o um destino menos atrativo. O acesso ao mercado livre e a relação estreita com a economia europeia é uma grande motivação para os imigrantes qualificados que se dirigem para uma das grandes capitais globais que é Londres e, segundo Murray (2016), o governo não pode correr o risco de perder a sua atratividade para estes talentos num quadro de grande competição entre países. Neste sentido, a política de cidadania britânica atua como um grande entrave, impedindo ou atrasando, muitas vezes, a retenção no RU destes talentos europeus (Clarke *et al.*, 2016).

2.7. Tentativas de redução da imigração não europeia

Sabe-se, porém, que o governo britânico se comprometeu em 2010 a reduzir imigração, sendo isso apenas possível através da imposição de medidas restritivas à entrada de imigrantes não europeus (legalmente, apenas qualificados), já que não podia interferir com a entrada de imigrantes europeus por via da livre circulação europeia. Se o que se pretende for reduzir a entrada de imigrantes, a melhor maneira de o fazer é diminuindo a atratividade do RU enquanto destino migratório (The UK in a Changing Europe, 2016b) e, a saída da UE é o primeiro passo nessa direção. Efetivamente, foram tomadas medidas com vista à redução da imigração não europeia. Vargas-Silva e McNeil (2017:3) apontam algumas dessas medidas: o encerramento do *Tier 1*; a imposição de um limite mínimo de rendimentos de £20,700/ano (*Tier 2* general); a imposição de um rendimento mínimo por agregado de £18,600/ano para britânicos e não europeus que pretendam trazer respetivos cônjuges não europeus para o RU; os esforços feitos no sentido de evitar o uso incorreto/abusivo do sistema de vistos para estudantes e em que algumas instituições de educação perderam mesmo a capacidade de patrocinar estudantes não europeus; a instituição do rendimento mínimo de £35,000/ano para trabalhadores imigrantes não europeus que queiram fixar-se no RU após 5 anos de residência. Tais medidas não são coerentes com os argumentos acerca da importância da retenção do capital humano qualificado e, invariavelmente, terão tido como consequências a perda dos referidos talentos para outras economias menos restritivas. Apesar disso, o *target* das 100 000 entradas de imigrantes ainda não foi atingido e, mesmo que estas medidas não tenham sido pensadas de forma a reduzir a imigração não europeia drasticamente de maneira a atingir o *target*, a imigração não europeia não reduziu significativamente. Com efeito, tais medidas direcionadas à imigração não europeia podem ter tido como resultado o recurso a imigrantes europeus que vieram para o RU com o objetivo de preencher essas vagas deixadas pelos não europeus (The UK in a Changing Europe, 2016a; Vargas-Silva e McNeil, 2017). Esta situação leva a crer que num período (mais) restritivo à imigração europeia pós-*brexit*, a entrada de imigrantes europeus não seja tão comprometida quanto o esperado.

2.8. A emigração portuguesa para o Reino Unido e a comunidade portuguesa

A diáspora portuguesa é um fenómeno atual e o RU é, atualmente, o maior destino emigratório português. De maneira a tentar compreender as repercussões do *brexit* na comunidade portuguesa residente no RU, é necessário, primeiramente, conhecer as características principais desta emigração e enquadrá-la tanto na escala migratória portuguesa como britânica. Assim, a secção que se segue é, essencialmente, uma caracterização da emigração portuguesa para o RU bem como da comunidade residente portuguesa.

2.8.1. Tendências gerais da emigração portuguesa

Portugal continua a ser um país de emigração. Com efeito, em 2015 havia mais de dois milhões e trezentos mil emigrantes nascidos em Portugal dispersos pelo mundo (Pires *et al.*, 2016). Isto é, 22% dos portugueses vivem fora de Portugal e maioritariamente na Europa (62% em 2015) (Pires *et al.*, 2017). Em termos internacionais, Portugal ocupava, em 2015, a 27ª posição no que respeita aos países com mais emigrantes mas, em contexto europeu, encontrava-se no 2º lugar (número de emigrantes em percentagem da população) (Pires *et al.*, 2017). Com efeito, a emigração portuguesa realiza-se, na sua maioria, no interior do espaço europeu, tendência essa que se verifica desde a década de 60 (Pires *et al.*, 2016). Distinguem-se, apesar disso, três conjuntos de países para onde se dirigiam os emigrantes portugueses: o continente americano, com o Canadá e os EUA a registarem comunidades emigradas portuguesas atualmente em decréscimo; França, Alemanha e Luxemburgo com enormes comunidades portuguesas mas que têm registado taxas de crescimento inferiores; Suíça, Espanha e RU que têm registado um crescimento muito rápido de indivíduos emigrados portugueses (Pires *et al.*, 2015). No caso dos dois primeiros conjuntos, a população portuguesa é, com efeito, antiga e já deixou de ser alimentada por novos fluxos significativos e, no último grupo de países, a população emigrada há mais de uma década é muito inferior à dos restantes grupos mas os novos fluxos são tão intensos que se equiparam em volume aos anteriores (Pires *et al.*, 2015). Trata-se, assim, de uma emigração portuguesa antiga, com França a ser o país do mundo com mais emigrantes de origem portuguesa apesar de não ser o principal destino de portugueses nos dias de hoje, *versus* uma recente com o RU que era, em 2016, o país para onde mais portugueses emigravam, continuando a sê-lo (Pires *et al.*, 2015).

A população emigrada portuguesa mais antiga caracteriza-se, essencialmente, pelas poucas qualificações e envelhecimento (Pires *et al.*, 2016), contudo, a tendência é de melhoria das qualificações (Pires *et al.*, 2015). Tal melhoria tem sido tão expressiva que atualmente o conceito de “fuga de cérebros” é amplamente debatido, eclipsando a emigração desqualificada que se continua a verificar (Teixeira Lopes *et al.*, 2015). Apesar disto, a “fuga de cérebros” espelha a

incapacidade de Portugal canalizar a mão de obra que qualifica para o país, e que, consequentemente, é obrigada a procurar outros mercados de trabalho (Teixeira Lopes *et al.*, 2015). Neste sentido, Portugal subsidia os países mais prósperos, oferecendo-lhes capital humano, não tirando qualquer proveito do investimento realizado na formação de tais profissionais e fazendo carecer a economia de conhecimento e inovação (Teixeira Lopes *et al.*, 2015). Serrão (1982 cit. por Peixoto *et al.*, 2016:30) já referia que a pobreza sempre foi a grande motivação migratória, direcionando os emigrantes para “os seguimentos menos privilegiados do mercado de trabalho nos países de destino”. Na realidade, o que os emigrantes portugueses procuram são países com crescimento económico superior a Portugal, com maior oferta e oportunidades de emprego e melhores remunerações (Peixoto *et al.*, 2016). Teixeira Lopes *et al.* (2015) identificam como principal justificação da saída a crescente precariedade do mercado de trabalho português, consequência da incapacidade de o país absorver tais recursos. Portugal, enquanto periferia da Europa oferece, nas opiniões de Teixeira Lopes *et al.* (2015), poucas perspetivas favoráveis aos jovens qualificados, não lhes reconhece valor e impossibilita-os de perspetivar um futuro profissional correspondente ao seu valor. Outros fatores impulsionadores da saída são a relação forte que Portugal sempre estabeleceu com a emigração, com os emigrantes e com o espaço europeu proporcionado pela livre circulação, sendo as fronteiras assumidas como permeáveis e “líquidas” (Teixeira Lopes *et al.*, 2015).

A mobilidade da mão de obra qualificada é uma característica da emigração portuguesa, que resulta numa desvinculação relativamente a Portugal e torna improvável o reviver do desejo de uma emigração mais antiga de regressar a Portugal (Teixeira Lopes *et al.*, 2015). Esta mobilidade é, muitas vezes, meramente uma estratégia de carreira. A fase do ciclo de vida em que se encontram os emigrantes também é fulcral e quando se fala desta nova emigração, sendo a volatilidade ainda superior nos mais jovens (Teixeira Lopes *et al.*, 2015), caracterizando-se por percursos incertos e resultado dos ciclos económicos (Peixoto *et al.*, 2016). Outro traço da nova emigração salientada por Peixoto *et al.* (2016) é a excelente inserção profissional dos emigrantes portugueses no mercado de trabalho dos países de destino, sendo fácil o processo de integração.

Até 2007, a tendência da emigração portuguesa foi de crescimento, desacelerando nos anos de crise económica e voltando, a um ritmo mais intenso, a partir de 2010 (Peixoto *et al.*, 2016). Com efeito, a crise em Portugal fez diminuir a emigração mas a difícil recuperação económica que a seguiu, juntamente à fácil e rápida resposta de outras economias europeias desencadeou uma nova grande vaga de emigração portuguesa (Peixoto *et al.*, 2016). É no que respeita a este novo fluxo que teve início em 2010 que o RU se destaca no panorama europeu da emigração portuguesa, quer pelos volumes, quer pela peculiaridade no que respeita às qualificações (Peixoto *et al.*, 2016). A emigração portuguesa entrou, porém, em declínio desde 2013, ano em que se registou o valor máximo de portugueses a deixar o país. Esta situação tem sido acompanhada pela

progressiva, mas lenta, recuperação económica de Portugal e consequente revitalização do mercado de trabalho, aumento do emprego e descida do desemprego (Peixoto *et al.*, 2016; Pires *et al.*, 2017). Não é expectável que os volumes de emigração continuem a diminuir a um ritmo que alcance os valores registados antes da crise económica assolar Portugal, contudo, o *brexit* pode em muito desacelerar a emigração para o que hoje é o principal destino emigratório para os portugueses (Pires *et al.*, 2017).

2.8.2.A emigração portuguesa para o Reino Unido em números

O RU assume-se como o principal destino da emigração portuguesa (30,5 mil em 2016), conforme mostra a Figura 14 e é também o país no qual a proporção de portugueses qualificados é maior (Pires *et al.*, 2015; Pires *et al.*, 2017). A nova emigração portuguesa difere muito da verificada nos anos 60/70 em que França era o principal destino e que o RU era um destino marginal (Peixoto *et al.*, 2016), no entanto, este continua a ser o país onde a comunidade portuguesa emigrada é mais representativa. (Pires *et al.*, 2017). Em 2016, a nacionalidade portuguesa ocupava o 7º lugar do *top* de nacionalidades no RU, porém, a tendência é de declínio tanto pela redução do número de portugueses a residir no país (Pires *et al.*, 2017) como pela diminuição ligeira dos fluxos.

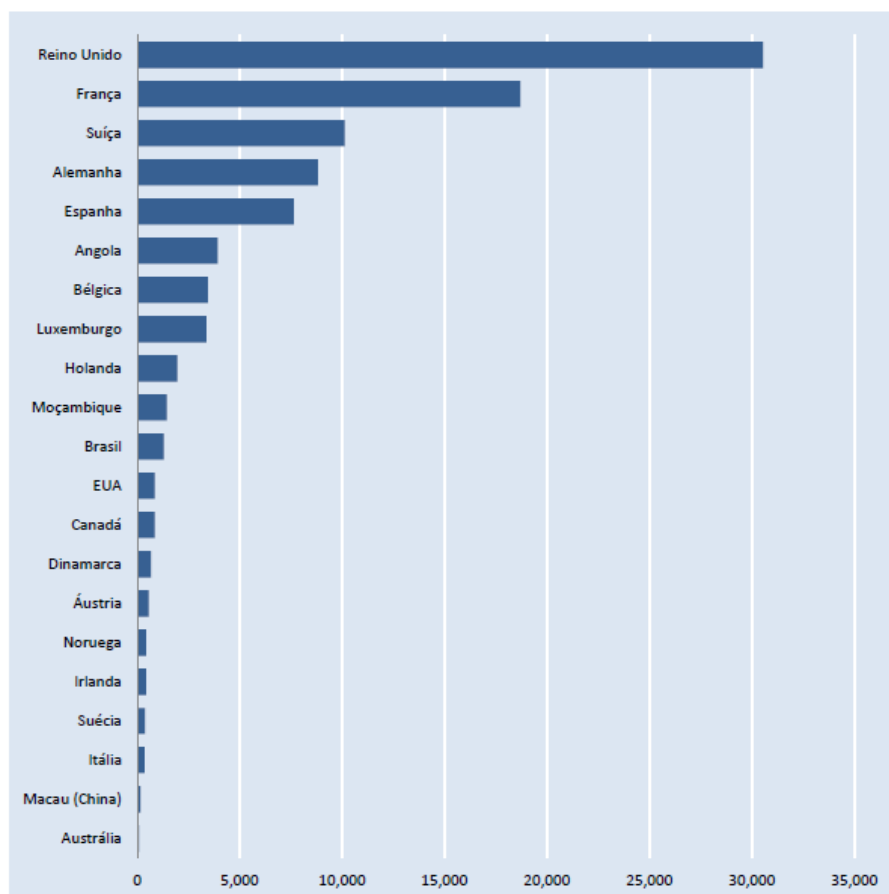


Figura 14 - Entradas de portugueses, por principais destinos da emigração, 2016

Fonte: Pires *et al.*, 2017

É muito mais expressivo para os portugueses o RU enquanto destino migratório de excelência do que é expressiva a presença de portugueses emigrados no RU, já que, em 2015, estes totalizavam apenas 1,6% do total de população nascida no estrangeiro do país, tendo registado nesse ano o pico, fruto, até então, de uma subida constante e gradual (Pires *et al.*, 2016).

A Tabela 3 contém a evolução do número de entradas de emigrantes portugueses no RU no total da entrada de estrangeiros no país. A evolução das entradas de portugueses no RU fez-se em três fases: de 2000-2003, 2007 e entre 2011-2015 (Pires *et al.*, 2016). No ano de 2000, nem chegaram a 2 000 as entradas de portugueses no RU e, desde aí, verificou-se um aumento maioritariamente contínuo e gradual até 2006. Com o despoletar da crise em 2007/2008 em Portugal, as saídas de portugueses abrandaram ligeiramente mas logo recuperaram o seu ritmo de crescimento que, em 2011, aumentou 35,3%. De 2011 a 2013 o aumento permaneceu contínuo mas seguido de uma certa estabilização até 2014/2015 (Peixoto *et al.*, 2016), período em que voltou a aumentar mas a um ritmo muito mais modesto. Importa relembrar, de acordo com Peixoto *et al.* (2016), que este aumento do número de entradas pode fazer-se também à custa de indivíduos de nacionalidade portuguesa mas não necessariamente de origem portuguesa. É o caso de migrantes brasileiros e africanos que aquando da estadia em Portugal adquiriram nacionalidade

portuguesa, ou mesmo, em caso extremos, de imigrantes irregulares que falsificaram documentos de identidade portuguesa (Almeida, 2007 cit. por Peixoto *et al.*, 2016; Kuball *et al.*, 2011 cit. por Peixoto *et al.*, 2016; Peixoto *et al.*, 2016). Em 2016, o número de entradas de portugueses no RU sofreu um decréscimo de 5,4% e esta foi a primeira quebra destes fluxos desde 2010. Em 2016, os portugueses representavam 3,7% das entradas totais do RU.

Tabela 3 - Entradas de portugueses no Reino Unido, 2000-2016

Ano	Entradas de estrangeiros		Entradas de portugueses		
	N	Taxa de crescimento anual (%)	N	Em percentagem das entradas de estrangeiros	Taxa de crescimento anual (%)
2000	260,424	..	1,811
2001	262,239	0.7	4,396	1.7	142.7
2002	311,241	18.7	7,915	2.5	80.1
2003	362,148	16.4	12,603	3.5	59.2
2004	412,780	14.0	13,850	3.4	9.9
2005	618,560	49.9	11,710	1.9	-15.5
2006	633,050	2.3	9,700	1.5	-17.2
2007	796,880	25.9	12,040	1.5	24.1
2008	669,560	-16.0	12,980	1.9	7.8
2009	613,210	-8.4	12,230	2.0	-5.8
2010	667,500	8.9	12,080	1.8	-1.2
2011	671,050	0.5	16,350	2.4	35.3
2012	518,954	-22.7	20,443	3.9	25.0
2013	617,236	18.9	30,121	4.9	47.3
2014	767,765	24.4	30,546	4.0	1.4
2015	828,198	7.9	32,301	3.9	5.7
2016	824,782	-0.4	30,543	3.7	-5.4

Fonte: Pires *et al.*, 2017

2.8.3.A comunidade portuguesa residente no Reino Unido

Apesar da relativa redução dos fluxos desde o referendo, a comunidade portuguesa residente no RU continua a ser alimentada por esta emigração, tornando o *stock* de emigrantes portugueses neste país mais rico pela sua diversidade. A Tabela 4 expressa a evolução do número de nascidos em Portugal residentes no RU no total da população nascida no estrangeiro residente no país. Entre 2000 e 2016 verificou-se um crescimento de 258% (Pires *et al.*, 2016), contudo, foi apenas em 2015, com 140 mil portugueses a residir no RU, que a percentagem de portugueses no total da população estrangeira atingiu o seu pico com uns meros 1,6%. Apenas em três anos, assistiu-se a quebras do número de residentes portugueses em 2005, 2010 e 2016. Repetidamente, esta redução parece ser resultado direto da decisão pelo *brex*it, já que o número de emigrantes portugueses residentes no RU registou uma diminuição de 6,4% em 2016 face a 2015, não deixando, contudo, de ser o 5º país onde residem mais portugueses e o terceiro na Europa (Pires *et al.*, 2017).

Tabela 4 - Nascidos em Portugal residentes no Reino Unido, 2000-2016

Ano	População nascida no estrangeiro		Nascidos em Portugal		
	N	Taxa de crescimento anual (%)	N	Em percentagem da população nascida no estrangeiro	Taxa de crescimento anual (%)
2000	4,423,000	..	34,000	0.8	..
2001	4,675,000	5.7	51,000	1.1	50.0
2002	4,861,000	4.0	60,000	1.2	17.6
2003	5,013,000	3.1	66,000	1.3	10.0
2004	5,233,000	4.4	68,000	1.3	3.0
2005	5,552,000	6.1	57,000	1.0	-16.2
2006	5,997,000	8.0	71,000	1.2	24.6
2007	6,342,000	5.8	71,000	1.1	0.0
2008	6,683,000	5.4	83,000	1.2	16.9
2009	6,910,000	3.4	87,000	1.3	4.8
2010	7,139,000	3.3	83,000	1.2	-4.6
2011	7,509,000	5.2	84,000	1.1	1.2
2012	7,679,000	2.3	90,000	1.2	7.1
2013	7,921,000	3.2	110,000	1.4	22.2
2014	8,277,000	4.5	127,000	1.5	15.5
2015	8,569,000	3.5	140,000	1.6	10.2
2016	9,152,000	6.8	131,000	1.4	-6.4

Fonte: Pires *et al.*, 2017

Distribuição geográfica

No que refere à distribuição geográfica dos portugueses para o RU, Pires *et al.* (2015) indicam que em 2015, 94% dos portugueses que emigraram para o RU residiam em Inglaterra e, desses, 46% optaram por Londres. Para além de Londres, as maiores comunidades de portugueses localizam-se em *Brent* e *Lambeth*, assim como *Ealing* e *Hounslow*, estando as primeiras mais associadas a uma emigração portuguesa mais antiga e com menos qualificações e as segundas à nova vaga mais qualificada (Peixoto *et al.*, 2016). Peixoto *et al.* (2016) remetem para a concentração metropolitana e litoralização dos fluxos emigratórios portugueses para o RU. Apesar disto, existe um certo grau de dispersão dos emigrantes portugueses um pouco por todo o território britânico, observando-se muitas pequenas concentrações de portugueses dispersas (Peixoto *et al.*, 2016).

Principais características

É uma emigração maioritariamente masculina, jovem, em idade ativa (em 2011, 67% eram ativos empregados), com formação concluída e qualificada (Pires *et al.*, 2015; Peixoto *et al.*, 2016). A duração da estadia destes emigrantes no RU difere bastante dos outros dois conjuntos de países de destino na medida em que a percentagem dos emigrantes portugueses residentes no RU há mais de 10 anos tem sofrido uma diminuição, ao passo que tem aumentado bastante a

percentagem daqueles que lá residem há menos de 5 anos. Isto significa que esta é uma nova fase da emigração para o RU que se distingue da anterior e que é totalmente alimentada por novos fluxos (Pires *et al.*, 2015). É, por isso, uma emigração heterógena que se cinge ao capital humano dos emigrantes e que é uma amostra representativa da diversidade da sociedade portuguesa (Peixoto *et al.*, 2016).

O grau de instrução desta nova vaga de emigração portuguesa para o RU é também diferente pois compreende, na maioria, emigrantes altamente qualificados e que, devido aos grandes volumes nos últimos anos, têm permitido aumentar o nível de qualificação do total da emigração portuguesa (Pires *et al.*, 2015). De facto, Peixoto *et al.* (2016) confirmaram um elevado grau de escolarização dos emigrantes portugueses no RU.

Em termos de distribuição pelos setores do mercado de trabalho e ramos de atividade, os emigrantes portugueses tendem a concentrar-se na distribuição, hotelaria e restauração, seguidos pelo financeiro, imobiliário, da administração pública, educação, saúde e apoio social (Peixoto *et al.*, 2016). É preciso, porém, lembrar que existe uma grande dispersão dos emigrantes portugueses pelos setores de atividade, na mesma medida em que existe uma grande dispersão das qualificações.

Ao comparar os indicadores sociais de contexto, patentes na Tabela 5, verifica-se que os emigrantes portugueses são facilmente atraídos pela riqueza, desenvolvimento e mercado de trabalho britânico, sendo que é nas percentagens de população ativa e de desemprego que melhor se compreendem as diferenças entre o mercado de trabalho português e o britânico.

Tabela 5 - Seleção de indicadores sociais de contexto, 2016

Indicadores	Portugal	Reino Unido
População (milhões, 2016)	10.3	65.6
Crescimento populacional (% anual, 2016)	-0.3	0.8
População com 0-14 anos (% do total, 2016)	13.9	17.6
População com 65 e mais anos (% do total, 2016)	21.1	18.4
População ativa total (milhões, 2016)	5.2	33.9
População ativa com ensino superior (% do total, 2014)	23.1	40.0
Desemprego total (% da população ativa total, estimativa da OIT, 2016)	11.2	4.8
Desemprego de longa duração (% do desemprego total, 2014)	59.6	35.7
Desemprego jovem (15-24 anos, estimativa da OIT, 2016)	28.2	13.3
PIB (preços correntes, milhares de dólares, 2016)	204.6	2,618.9
PIB <i>per capita</i> (preços correntes, milhares de dólares, 2016)	19.8	39.9
Índice médio de desenvolvimento humano (2015)	0.8	0.9

Fonte: Adaptado de Pires *et al.*, 2017

Às qualificações elevadas surgem associadas a maioria das motivações migratórias. Peixoto *et al.* (2016), descobriram que o desemprego em Portugal, enquanto motivação migratória, se baseava na perceção da inadequação de empregos em Portugal, consequência também da crise económica. Para além destes, os baixos salários praticados em Portugal, a

impossibilidade de progredir na carreira profissional, a possibilidade de viver novas experiências e a inexistência de perspectivas futuras favoráveis em Portugal atuaram como forças de saída de Portugal para o RU. Contudo, existem fatores intrínsecos do próprio RU como a procura do mercado de trabalho britânico, a qualidade de vida, a facilidade de deslocação até Portugal e a língua inglesa. De facto, a inserção no mercado de trabalho britânico é, geralmente, rápida, fazendo com que seja esse o maior fator de atratividade do RU para os portugueses (Peixoto *et al.*, 2016). Fernando Figueirinhas, em entrevista a Pereira (2014) explica que, enquanto Cônsul geral em Londres, os portugueses a residir no RU mostram uma capacidade de integração incrível, não se isolam e não se inibem de falar a língua portuguesa. As associações de portugueses em crescimento são, apesar disso, uma enorme ajuda para estes emigrantes que, tendo o apoio do Consulado português em Londres, disponibilizam meios que aceleram a integração como aulas de inglês, apoio a idosos e outros apoios sociais. A presença do Centro Comunitário de Londres numa área de grande concentração da comunidade portuguesa no RU (*Lambeth*) beneficia em especial os portugueses no auxílio em questões legais, de documentação, do NHS, entre outros.

O tempo de estadia e as qualificações separam os emigrantes recentes dos mais antigos que, apesar de partilharem a nacionalidade portuguesa, acabam por se dispersarem geograficamente de formas diferentes, por se integrarem diferentemente e mantendo distintas redes de sociabilidade (Peixoto *et al.*, 2016), “não se misturando com a comunidade portuguesa mais antiga” (Fernando Figueirinhas *in* Pereira, 2014). O contacto com outros emigrantes de outras vagas da emigração portuguesa para o RU tem perdido importância em parte devido ao contexto socioeconómico que os separa, contudo, as redes sociais de proximidade são essenciais à integração destes novos emigrantes no país (Peixoto *et al.*, 2016). Já relativamente ao contacto com Portugal, Peixoto *et al.* (2016:278) mostram que se assume através de um “vai e vem periódico (...) e acompanhamento do país [Portugal] via tecnologias de informação e comunicação”.

Os emigrantes portugueses e o estatuto de residente permanente

Os portugueses, à semelhança de todos os outros imigrantes europeus a residir no RU, não tinham qualquer obrigação de pedir o certificado de PR. De facto, em abril de 2017, o Consulado português emitiu um comunicado no qual aconselhava os portugueses a regularizar a residência no RU (Agência Lusa, 2017a) e, desde junho de 2016, os pedidos de PR dispararam. Cerca de 21 923 portugueses a residir no RU pediram este certificado em 2016 (6 841 pedidos em 2015). De facto, só a partir de junho de 2016 foram feitas 15 898 dessas 21 923 candidaturas. Deste total de 2016, apenas 6 050 corresponderam a pedidos de PR, dos quais 1 999 foram rejeitados ou considerados inválidos, sendo que as restantes foram pedidos de certificados e cartões de residência temporários (Agência Lusa, 2017a). Já em novembro de 2017, foram divulgados dados

que apontavam para um total de 40 673 portugueses que pediram documentos de residência só desde junho de 2016 até setembro de 2017 (Agência Lusa, 2017b). Destes, 9 076 foram rejeitados. O conselho do Consulado em Londres, nesta altura, já foi o de manter a documentação de residência atualizada e aguardar novos desenvolvimentos (Agência Lusa, 2017b).

Os emigrantes portugueses e a aquisição de nacionalidade britânica

A aquisição de cidadania no país de destino é uma prática mais importante nos países com uma história de emigração mais antiga, o que não acontece tão frequentemente com os portugueses a residir no RU (Pires *et al.*, 2015). No caso dos portugueses no RU, os pequenos volumes dos pedidos de cidadania britânica podem, igualmente, ser associados ao excessivo grau de dificuldade da lei da cidadania britânica. O número de aquisições de nacionalidade britânica por portugueses tem-se mantido entre os 200 e os 600 (Pires *et al.*, 2015), contudo, tem sido uma evolução irregular e pouco constante. É expectável que, ao longo do tempo, o número de aquisições venha a aumentar, em linha com o aumento do número de residentes portugueses no RU, todavia, o que se verificou foi que, num contexto de diminuição ligeira das entradas e número de residentes portugueses no RU de 2015 para 2016, se assistiu a um aumento do número de pedidos (Tabela 6), situação que parece ter sido justificada pelo *brexit*. Este crescimento de 59,2% do número de aquisições em 2016 resulta da mudança que o *brexit* começa a impor aos emigrantes portugueses. Atualmente, o RU é o 7º destino emigratório no qual os portugueses mais adquirem cidadania (Pires *et al.*, 2017). Dados mais recentes apontam para um aumento de 120% do número de portugueses a adquirir cidadania britânica desde junho de 2016 (Agência Lusa, 2017b).

Tabela 6 - Aquisições de nacionalidade por portugueses residentes no Reino Unido, 2000-2016

Ano	Naturalização do total de estrangeiros		Aquisições de nacionalidade por portugueses		
	N	Taxa de crescimento anual (%)	N	Em percentagem das aquisições de nacionalidade totais	Taxa de crescimento anual (%)
2000	82,210	..	237	0.3	..
2001	90,282	9.8	284	0.3	19.8
2002	120,121	33.1	290	0.2	2.1
2003	130,535	8.7	505	0.4	74.1
2004	148,273	13.6	548	0.4	8.5
2005	161,699	9.1	651	0.4	18.8
2006	154,018	-4.8	532	0.3	-18.3
2007	164,637	6.9	521	0.3	-2.1
2008	129,377	-21.4	409	0.3	-21.5
2009	203,789	57.5	587	0.3	43.5
2010	195,046	-4.3	479	0.2	-18.4
2011	177,785	-8.8	402	0.2	-16.1
2012	194,209	9.2	499	0.3	24.1
2013	207,989	7.1	628	0.3	25.9
2014	125,653	-39.6	318	0.3	-49.4
2015	118,053	-6.0	422	0.4	32.7
2016	149,421	26.6	672	0.4	59.2

Fonte: Pires *et al.*, 2017*Os emigrantes portugueses e os registos e ação consulares*

Ao mesmo ritmo que aumenta a emigração e o número de emigrantes portugueses residentes no RU, deve aumentar também o número de registos consulares, no entanto, como explica Pereira (2014), estes registos não são fidedignos pois nunca desaparecem mesmo que a pessoa abandone o RU. A Figura 15 mostra que os registos consulares de portugueses no Consulado de Portugal em Londres rondam os 220 000, o que, comparando com os valores de França ou do Brasil, são bastante inferiores mas mostram que é nos países com uma ligação emigratória mais forte e antiga que os emigrantes tendem mais proceder a tais registos e adquirir documentação. Assim, o aparentemente reduzido volume dos registos consulares de portugueses no RU, apesar de proporcional à dimensão da comunidade portuguesa residente no RU, pode indicar que esta é uma emigração relativamente recente.

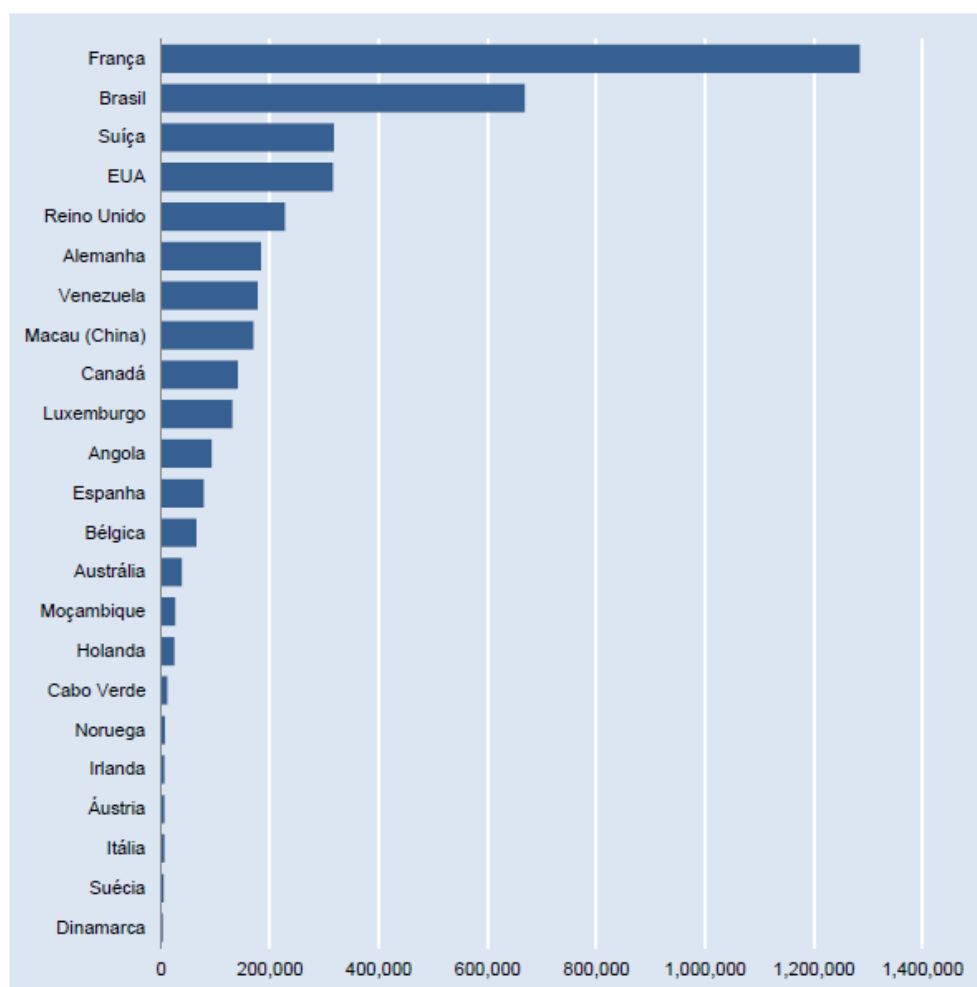


Figura 15 - Registos consulares de portugueses residentes no estrangeiro, principais países de destino da emigração, 2016

Fonte: Pires *et al.*, 2016

3. Metodologia

Este projeto de investigação baseia-se num conjunto de diferentes abordagens metodológicas. Numa primeira fase, procedeu-se à recolha indireta de dados secundários qualitativos, bem como quantitativos que permitissem caracterizar, na revisão bibliográfica, o contexto migratório do RU antes do referendo do *brex*it, retratar a emigração portuguesa para o RU, bem como a grande comunidade portuguesa lá residente, avaliar o impacto da imigração europeia no panorama social, político e económico britânico, assim como no próprio referendo, o momento migratório pós-referendo para três períodos (até 2019, de 2019 até 2021 e posterior a 2021) e, por fim, as representações que os imigrantes têm feito acerca do que virá a ser o *brex*it. Desta forma, realizou-se igualmente uma análise das políticas britânicas, em particular da migratória, e respetivas propostas políticas por parte do governo.

A segunda fase envolveu a elaboração de um questionário online, com recurso às ferramentas do *google (forms)* destinado a migrantes portugueses a residir no RU. Este questionário foi previsto ter uma duração de cerca de 15 minutos e visou a recolha de informação acerca das características sociodemográficas, experiências migratórias, aspetos sobre a vida no RU, atitudes e reações relativas ao *brex*it, bem como aspirações futuras dos participantes. Foram recebidas respostas nos meses de maio e junho de 2018.

A disseminação do questionário foi realizada, maioritariamente, com recurso às redes sociais, principalmente o facebook, tendo por objetivo principal a maximização do número de respostas. Como forma de penetração nas comunidades portuguesas residentes no RU, procedeu-se à adesão a vários grupos de portugueses, dos quais se destacam o grupo “Portugueses no Reino Unido” (46 679 membros), “Portugueses Emigrantes no Reino Unido” (16 972 membros), “Portugueses/as no Reino Unido – Entreajuda e Participação cívica” (13 105 membros), “Portugueses no Reino Unido sempre unidos” (12 318 membros), “Portugueses em Inglaterra” (10 448 membros), “Portugueses A Viver Em Londres!” (7 655 membros), “Portugueses em Manchester” (7 163 membros) e “Portugueses em UK” (5 221 membros). Para além destes, procurou-se estender a amostra a outras comunidades portuguesas espalhadas por todo o RU e, dessa forma, recorreu-se a vários grupos de portugueses na Escócia (no conjunto com 4 243 membros) e em Aberdeen (556), a uma outra escala, em Inglaterra (no total com 7 010), Leeds (2 335), Birmingham (conjuntamente, 5 759 membros), Southampton (no conjunto com 2 641), Brighton e Hove (1 799), Cambridgeshire (2 325), Bishops Stortford (292), Bristol (3 680) e Newcastle Upon Tyne (716), em Belfast, na Irlanda do norte (583), no País de Gales (Wales) (908), Cardiff (421) e Newport (149). Apesar disto, o processo de disseminação do questionário envolveu uma maior complexidade, na medida em que se contactou, de forma privada, via

facebook, com outros inquiridos, tanto conhecidos residentes no RU, como com membros portugueses dos grupos “In Limbo – Our Brexit Testimonies Group” e “Brexit – No Way – The 73% - Remain in European Union”, assim como se solicitou que cada respondente partilhasse o questionário com outros conhecidos, familiares e amigos seus (*Snowball effect*) e, simultaneamente, se recorreu a contactos pessoais. Apesar disto, é necessário ter em consideração que um grande número dos respondentes são membros de vários destes grupos em simultâneo. Neste sentido, é compreensível que o número de respondentes mulheres seja superior ao dos homens, uma vez que, são as mulheres que mostram uma maior disponibilidade de resposta e de partilha do questionário (Smith, 2008 cit. por Peixoto *et al.*, 2016), bem como uma ligeira sobre representação dos inquiridos mais instruídos. Para além disso, são os mais jovens que, por terem um maior acesso a meios digitais, mais facilmente responderam ao questionário e o partilharam. Inclusivamente, o jornal em linha das comunidades portuguesas - BOM DIA - noticiou o questionário, o que possibilitou uma maior maximização do número de respostas.

No plano de trabalho inicialmente definido, a metodologia envolvia, igualmente, a realização de entrevistas, contudo, a sua ausência foi colmatada pela análise, de forma qualitativa, das respostas dos respondentes, na última questão aberta do questionário, o que permitiu aprofundar o conhecimento acerca das representações destes emigrantes portugueses sobre o brexit e compreender melhor algumas das suas atitudes. Para além disto, alguns respondentes entraram em contacto privado, expondo a sua opinião sobre diversos aspetos. Tais comentários foram tratados de forma qualitativa, mantendo, à semelhança das restantes perguntas do questionário, o anonimato dos inquiridos.

Durante este período foram obtidas 1015 respostas cujos dados foram extraídos diretamente para o Excel. Numa primeira etapa, procedeu-se à organização e correção dos dados, eliminando 3 respostas por não se enquadrarem nos requisitos da amostra (dois inquiridos de nacionalidade e naturalidade romenas e um outro descendente de emigrantes portugueses que reside no RU), criando e/ou agrupando novas classes de resposta de forma a tornar possível a análise. Numa segunda etapa, procedeu-se à análise dos dados em quatro partes: a caracterização da amostra, a trajetória e motivações migratórias, as representações acerca do brexit e os planos futuros dos emigrantes portugueses a residir no RU. Nestas quatro partes foram realizadas tabulações e realizada uma análise descritiva (frequências e cruzamentos de forma a explorar dados e estabelecer relações entre variáveis) e na parte referente às trajetórias foi utilizada adicionalmente software de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para análise e representação geográfica. Em alguns casos, principalmente nas partes relativas às representações e planos futuros, recorreu-se ao SPSS, bem como ao Excel, nomeadamente ao teste do chi quadrado. Este teste é utilizado

para determinar se existe ou não relação e de que grau entre duas variáveis qualitativas³, usando o $p=0,05$ como valor mínimo aceitável para a área das ciências sociais⁴. Neste sentido, quando se recorreu ao SPSS para determinar o chi quadrado, obteve-se automaticamente o valor específico de p , no entanto, nalguns casos, surgiu a necessidade de recorrer, igualmente, ao Excel e, nesses casos, o p foi calculado posteriormente.

³ <http://www.statisticssolutions.com/non-parametric-analysis-chi-square/>

⁴ <https://www.medcalc.org/manual/chi-square-table.php>

4. *Brexit*: o momento de rutura

O resultado do referendo foi o culminar de um conjunto de fatores a operar no RU há décadas. Desta forma, este capítulo aborda os antecedentes do referendo, o contexto político-partidário e as preocupações dos britânicos. Seguidamente, contém as perceções públicas acerca da imigração, apontada como a principal causa do *brexit* e os efeitos previsíveis da sua redução. Numa terceira parte, explora o conteúdo das campanhas eleitorais, as reações à vitória inesperada do *brexit*, a geografia e o comportamento eleitoral e os fatores justificativos do voto, incluindo, por fim, o momento do rescaldo do referendo e os problemas que dele emergiram.

4.1. Os antecedentes do referendo

Foram vários os fatores que conduziram ao descontentamento generalizado no seio da sociedade britânica nos últimos dez anos. Estes fatores não são novos, aliás, têm-se feito sentir durante décadas (Ford e Goodwin, 2017) e, atuando em conjunto, culminaram na vitória do *brexit*. Esses fatores foram a imigração, o sentimento de *englishness*, a descrença nas instituições europeias (euroceticismo), a ascensão e maior protagonismo do UKIP (*UK Independence Party*), a crise económica de 2008 e a de refugiados de 2015 e, por fim, a cobertura que é feita pelos media de toda a conjuntura.

Oliver (2017a) defende que a imigração e o sentimento de *englishness* foram as principais justificações do resultado obtido no referendo. A imigração intra europeia começou a ganhar destaque no contexto sociopolítico britânico em 2004 aquando do alargamento a leste que resultou na entrada de um grande contingente migratório no país. Coincidiu com esse período, a seguir à entrada dos A8, o início da ascensão do partido de direita, o UKIP, e a sua clara aversão à imigração, bem como despertou a necessidade, da parte do governo britânico, de aplicar restrições à imigração europeia, como efetivamente veio a acontecer com o alargamento europeu à Roménia e Bulgária (D'Angelo e Kofman, 2017). Park *et al.* (2012 cit. por D'Angelo e Kofman, 2017) referem que esta hostilidade para com a imigração sempre esteve presente, mesmo quando os valores eram reduzidos. Neste contexto, o governo de Tony Blair é visto como o grande causador do aumento exponencial da imigração europeia para o RU pois permitiu a entrada, sem restrições, à circulação e integração no mercado de trabalho dos imigrantes da Europa central e de leste, levando os britânicos a crer que, com o apoio incondicional do UKIP, o RU tinha perdido o controlo das suas fronteiras (Clarke *et al.*, 2017).

Outra dimensão do problema da imigração para o RU prende-se com a crise dos refugiados em 2015 que moldou muito, graças aos media, a perceção dos cidadãos britânicos. No entanto, o

que não foi difundido nos meios de comunicação foi que, não fazendo parte do Espaço *Schengen*, o RU não tinha qualquer obrigação de admitir refugiados no seu território (Alfano *et al.*, 2016), apesar de fazer parte de três programas de recolocação de refugiados (o *Gateway Protection Programme*, o *Mandate Refugee Programme* e o *Syrian Vulnerable Person Resettlement Programme*, que, respetivamente, à exceção do segundo, permitiam, anualmente, a fixação de 750 e 20 000 refugiados em território britânico) (Bianchini, s/d).

Os grandes volumes de imigração podem ter remetido para uma certa descrença na UE já que esta se torna incapaz de controlar a entrada de imigrantes, bem como o seu ritmo, e não permite que o RU a controle. Neste sentido, a possibilidade de controlar a imigração europeia foi a principal justificação do *brexite* (Simionescu *et al.*, 2017a). Aliás, como confirmam Meleady *et al.* (2017), a perceção de que não existe aparente controlo da entrada de imigrantes mais pobres em países mais ricos como o RU tem feito desta imigração europeia alvo de discriminação e violência com base na raça. Somerville (2016) indica que esta falta de confiança nas instituições europeias e na forma como é admitida a livre circulação europeia, que consideram descontrolada, levou a um estado geral de ansiedade acerca dos seus impactos económicos e culturais decorrentes da presença excessiva de imigrantes. Contudo, como relembram Alfano *et al.* (2016), sendo o *brexite* uma tentativa de controlar a imigração europeia, o *target* definido em 2010 não foi sequer atingido pela imigração não europeia que, supostamente, é totalmente controlada pelo *Home Office*, ou seja, mesmo que o *brexite* cumpra o seu principal objetivo (o de controlar a imigração europeia), reestruturações na sua política migratória são essenciais com vista a atingir o *target*.

Efetivamente, esta última década tem mostrado ser bastante tumultuosa e repleta de crises para a UE, começando pela económica de 2008 e a imigração em massa (Clarke *et al.*, 2017). Porém, à parte desta situação, Inglaterra sempre se assumiu como a nação mais eurocética, o que, por sua vez, está intrinsecamente relacionado com a identidade nacional inglesa (Henderson *et al.*, 2016). O sentimento de *englishness* pode entender-se como uma certa negação da identidade europeia e um enaltecimento exagerado da identidade inglesa, neste caso, deixando de parte a galesa, a irlandesa e a escocesa, que remete, claramente, para a ideia de que uma nação independente que não deve depender de ninguém para ser governada. Neste contexto, o UKIP espelha todos estes receios na medida em que seu principal mote é afastar o RU da esfera e domínio europeu. Oliver (2017a) clarifica dizendo que o apoio dado a partidos como o UKIP que defendem medidas anti-imigração são, muitas vezes, baseadas no medo imaginado exagerado dos imigrantes. Contudo, é preciso ter presente que mesmo antes do referendo, a criação de emprego tinha abrandado, tanto no RU como nos restantes Estados-membros (Portes e Forte, 2017), não podendo, desta forma, ser atribuída mais esta responsabilidade aos imigrantes.

4.1.1.Os antecedentes políticos

Tendo iniciado funções enquanto primeiro ministro em 2010, David Cameron, também líder do Partido Conservador (sucessor de Churchill, Thatcher e Baldwin) anunciou, desde logo, a sua aliança com os Liberais Democratas, devido à ausência de maioria absoluta. Foi sob seu comando que o RU recuperou da crise económica, apresentando gradual crescimento económico e progressiva redução do desemprego através da austeridade financeira.

Em 2013 David Cameron prometeu realizar um referendo acerca da permanência europeia, num quadro de progressivo destaque do UKIP em detrimento dos Conservadores e do, já antigo, movimento eurocético (Swales, 2016). Em 2015, com a conquista das eleições gerais, David Cameron garantiu a continuação do seu cargo e a questão da realização do referendo estava cada vez mais presente. Oliver (2017b), o braço direito de David Cameron durante a campanha pela permanência, garante que a pressão de realização do referendo tinha tais dimensões que se não fosse o primeiro ministro a declará-lo, teria sido provável que alguém o tivesse feito em seu lugar. Com efeito, a sua decisão de realização do referendo era tão inevitável que quem o contradiz estaria a negar a realidade política desse período que conduziria invariavelmente a este desfecho (Oliver, 2017b).

Desde o anúncio da sua realização até ao seu resultado, David Cameron liderou a campanha pela permanência, sendo, obviamente, bastante criticado pela sua decisão mas que não pode ser responsável por simplesmente não acreditar no *brexit* (Oliver, 2017b). Tanta especulação acabaria por dividir o partido Conservador, o que se revelou ser decisivo para o fracasso da campanha pela permanência. David Cameron anunciou que “é altura de os britânicos dizerem o que pensam. É altura de resolver a questão europeia no seio da política britânica. Eu digo aos britânicos: esta será uma decisão vossa” (Clarke *et al.*, 2017:2).

Foi Cameron quem, em 2010, mencionou pela primeira vez o infame *target* (desejo de redução da imigração europeia e não europeia para as 100 000 entradas) e, consequentemente, foi também ele que se viu descredibilizado por não o atingir apesar de todas as suas tentativas (Dodds, 2015). Sendo a sua grande preocupação o combate à imigração ilegal, a imigração europeia também se destacava, tanto que o levou a propor à UE que qualquer Estado-membro que aderisse futuramente não deveria ter acesso à livre circulação até que as suas economias convergissem com as restantes europeias, tendo como principal objetivo desencorajar a imigração de países europeus mais pobres para os mais ricos (Clarke *et al.*, 2017). Também foi sugerido o fim de certos benefícios para os imigrantes e seus filhos, contudo, estas e outras reformas da imigração não surtiram qualquer efeito, aliás, a imigração até aumentou (Clarke *et al.*, 2017), ficando três vezes acima do valor previsto. Sumption (2017a *in* Dodds, 2015) previu que a mudança destes

valores seriam pouco prováveis e que ao partido Conservador restava aguardar que os eleitores tivessem em consideração as intenções (de reduzir a imigração) em vez dos resultados.

4.1.2.O ressurgimento do UKIP: origens, motivações, ambições e perfil dos militantes

O UKIP foi fundado por Nigel Farage e Alan Sked em 1993 e o seu principal desígnio sempre foi o de afastar o RU da UE (Clarke *et al.*, 2017; Ford e Goodwin, 2017). O UKIP assume-se como um partido de extrema direita e o empoderamento destes partidos por toda a Europa é uma realidade e a sua origem remonta à privação económica e aumento das desigualdades, ruturas relacionadas com a imigração em massa e com o sentimento de alienação em relação à política dentro de grupos marginalizados da sociedade (Clarke *et al.*, 2017).

Definindo-se sempre como um partido eurocético, o UKIP nunca teve uma grande importância no panorama político-partidário britânico (o UKIP não teve qualquer papel no referendo de 1975 por a sua criação ser posterior, o que obviamente, diferenciou os resultados dos dois referendos), contudo, ganhou maior destaque em 2010 quando Nigel Farage foi eleito líder do partido. Foi neste período que Nigel Farage adicionou uma outra vertente aos grandes objetivos do UKIP, tornando-o um partido com um duplo objetivo: o da saída da União e a oposição total à imigração (Ford e Goodwin, 2017).

Em 2015, Nigel Farage não perdeu a oportunidade proporcionada pela conjuntura socioeconómica e política dominada pelos grandes valores da imigração e tornou o UKIP o partido inglês mais mediático (que, neste caso, conduziu irremediavelmente ao sucesso) e cujos seguidores ficaram conhecidos por *People's Army*. A estratégia adotada pelo UKIP passou por conjugar as mensagens antieuropa e anti-imigração a consecutivos ataques aos chamados partidos convencionais no quadro político partidário britânico (Clarke *et al.*, 2017). Em 2014, Nigel Farage deixou claro a ênfase que o seu partido dava à imigração dizendo que esta trazia consequências para a economia, para o NHS, escolas, serviços e défice públicos, aproveitando também para atacar os líderes do país que, segundo ele, nos últimos 20 anos não têm sabido lidar com os progressivos aumentos do número de imigrantes. Com efeito, Clarke *et al.* (2017) mostram que os apoiantes do UKIP se opõem mais à UE e à imigração, dispõem-se positivamente para a maioria branca em detrimento das minorias étnicas e raciais e ainda que, dentro destas minorias, os muçulmanos são o grande alvo de preconceito. Os mesmos autores referem que o UKIP se tornou o “lar político daqueles que desconfiam e antipatizam das elites governativas e do *establishment* que chefiam a economia, política e sociedade britânica” (Clarke *et al.*, 2017:101). Os seus apoiantes, segundo Ford e Goodwin (2017) têm, maioritariamente, origem em classes conservadoras mais velhas, brancas e com poucas qualificações que, tendo apoiado os

conservadores no passado, perderam confiança nesses outros partidos e desejam a saída da EU, opondo-se à imigração.

Os eleitores descontentes são o grande público alvo do UKIP que consegue tirar partido do sentimento de expectativas frustradas (Clarke *et al.*, 2017). São os designados *left behind* (Ford e Goodwin, 2014 cit. por Clarke *et al.*, 2017) os eleitores cuja probabilidade de se juntarem ao UKIP é maior, são também esses eleitores que ditaram o resultado do referendo, os que ficaram de fora da globalização, os que não se inserem na sociedade e atribuem essa responsabilidade aos imigrantes (choque cultural, desemprego, sobrelotação dos serviços públicos), aos dirigentes do país e à UE. É igualmente, desta maneira, óbvia a relação fortíssima que existe entre o suporte ao UKIP e a descrença nas instituições europeias, mas também é de salientar que fatores como o pessimismo em relação à economia, à imigração e ao NHS favorecem o seu apoio. Porém, como esclarecem Clarke *et al.* (2017), o UKIP também saiu bastante favorecido pela perda de importância do partido trabalhista em consequência da crise económica e do facto de os volumes de imigração terem disparado. A importância dos media é também de realçar, já que as mensagens anti-imigração e anti-Europa obtiveram um enorme protagonismo nos media britânicos (Clarke *et al.*, 2017), concedendo todo o destaque necessário para a ascensão do UKIP.

4.1.3. As preocupações dos britânicos

Ford e Goodwin (2017) referem que a imigração era a maior das preocupações dos britânicos já durante a recessão e crise financeira. Meleady *et al.* (2017) indicam que, em 2012, antes do anúncio do referendo, 68% dos britânicos consideravam que a imigração acarretava consigo efeitos negativos para o RU e, noutro estudo, 57% admitiam que a tensão entre britânicos e imigrantes causava divisão social. Em 2013, 56% reconheciam a necessidade de que o número de imigrantes devia ser bastante reduzido. Com efeito, 2015 foi o ano em que a imigração mais se destacou enquanto a principal preocupação dos britânicos (63%), face ao NHS (39%) e à economia (33%) (Clarke *et al.*, 2017).

Sabe-se, contudo, que, no estudo que apresenta Carl (2017), a soberania foi a razão mais citada quando respeitante aos motivos que levaram os eleitores a escolher o *Leave* mas que, na opinião do autor, o controlo da imigração não é mais do que um aspeto da soberania nacional, estando, por isso, completamente relacionado com a imigração. Em 2015, uma grande maioria da população britânica estava consideravelmente preocupada com o número de imigrantes no país (Carl, 2017) e, a esta preocupação, começou cada vez mais a associar-se à rejeição da UE (a conjugação perfeita do UKIP), situação também esta comprovada por Swales (2016), explicando que em 2015 tornara-se evidente que o RU apresentava uma disposição eurocética (22% concordavam com a saída e 43% com a redução dos poderes europeus). A crise dos refugiados

experienciada por países como a Itália e a Grécia tornaram esta preocupação com a imigração ainda mais forte, graças ao mediatismo e possivelmente ao desconhecimento total de que o RU não seria afetado. (Alfano *et al.*, 2016).

É expectável que as áreas com maior número de imigrantes a residir correspondessem aquelas cuja preocupação com a imigração é maior e onde se registou uma maior percentagem do *Leave*, porém, sabe-se que a imigração era a grande preocupação dos britânicos mesmo em áreas onde os níveis de imigração eram mais baixos (D'Angelo e Kofman, 2017) e o contacto com imigrantes acabou por definir muito a opinião relativa os mesmos, influenciando, assim, positiva ou negativamente o voto. Por fim, por altura do referendo, em 2016, a imigração estava no topo da agenda política há já mais de uma década (Ford e Goodwin, 2017).

4.2. A problemática da imigração

A redução da imigração foi, durante vários anos, a vontade suprema de uma grande parte da população britânica, em resultado do aumento substancial do número de imigrantes europeus e não europeus com destino ao RU. Importa, assim, perceber quais os receios dos britânicos relativamente à população imigrante, as perceções que estes têm dos imigrantes, o real impacto destes para o RU e especular acerca do que representará para o país a redução da imigração europeia, quer por meio do fim da livre circulação em consequência do *brexit*, quer por outros fatores.

O aumento da imigração nos últimos vinte anos não é exclusivo do RU, sendo uma tendência que se tem verificado por toda a Europa nos países mais industrializados. Os padrões da migração laboral são definidos tanto por fatores relacionados com a procura como com a oferta de mão de obra, no contexto da economia global. Em simultâneo, os custos da migração têm diminuído (Alfano *et al.*, 2016), tornando, assim, a imigração um fenómeno cada vez mais banal, que caracteriza toda uma nova geração e período que a Europa está a vivenciar. Para além disto, é consensual o facto de a imigração ser benéfica para os países de origem, para os imigrantes e para o país de destino (Ritzen *et al.*, 2017). Desta forma, e acarretando a imigração benefícios para todos os intervenientes do processo, o maior impacto negativo parece residir nas perceções públicas (Wadsworth, 2015). São essas perceções públicas, formatadas pelo sensacionalismo dos media, que estiveram na origem da “revolta” contra a imigração e contra os imigrantes que ditou o *brexit*.

Como referem Alfano *et al.* (2016), o RU não faz parte dos países que apresentam um maior número de população estrangeira, nem tão pouco que tenham registado um aumento significativo da população nascida no estrangeiro. Qual é a origem, então, desta excessiva

preocupação com a imigração? Este receio foi-se intensificando a partir de 2015, no mesmo ano em que 47% dos imigrantes em idade ativa a residir no RU tinham o grau de ensino superior e cuja taxa de empregabilidade (de cidadãos estrangeiros a residir no RU) era mais alta (74%) quando comparada com outros países europeus (média europeus de 64%), representando 13,3% da população total. É um facto, evidentemente, que nestes últimos quinze anos a população estrangeira no RU aumentou bastante, apesar de ocorrer de uma forma mais modesta do que noutros países (p.e. Espanha), mas é igualmente um facto que o RU apresenta a população imigrante mais qualificada no conjunto dos países mais desenvolvidos em contexto europeu.

É amplamente reconhecido que a imigração contribui para o desenvolvimento da economia britânica (Simionescu *et al.*, 2017b), estimulando o crescimento económico (Petroff, 2016 cit. por Simionescu *et al.*, 2017b), aumentando a população ativa do RU (Dustmann e Frattini, 2014) e contrariando o envelhecimento populacional. O crescimento económico, por sua vez, gera riqueza e propicia a criação de emprego, reduzindo o desemprego dos britânicos (Dustmann e Frattini, 2014). Neste contexto, parece que a imigração não acarreta tantos custos (Crafts, 2016) que não possam ser suportados pelo RU. Assim, apesar das tentativas do UKIP e dos media britânicos de negação dos benefícios dos imigrantes europeus, a realidade é que estes acabam por dar mais à economia britânica do que tirar proveito dela (Salfeld e Merritt, 2017). Porém, apesar de a imigração ser benéfica no geral, a imigração europeia e a não europeia apresentam diferenças bem notórias. As perceções públicas podem não diferenciar, mas a imigração não europeia continuava em 2015, a representar a maioria da população imigrante no RU (5,4 milhões). Neste sentido, é possível afirmar que a perceção difundida durante a campanha pela saída da UE de que os imigrantes europeus eram os responsáveis por não se atingir o *target* está, como indicam Alfano *et al.* (2016), incorreta. Em 2015, uma sondagem mostrava que a maioria dos britânicos (60%) considerava que a livre circulação europeia devia ser restringida, dos quais 70% se justificavam com base na pressão exercida nos serviços públicos pelos imigrantes, 59% devido ao facto de estes se dirigirem ao RU de forma a poder usufruir de benefícios fiscais e 55% devido à pressão exercida por sua causa no mercado imobiliário (D'Angelo e Kofman, 2017).

A perceção que os britânicos têm acerca dos imigrantes, não é positiva, considerando a imigração descontrolada e referindo que afeta os seus próprios salários, empregos e qualidade de vida e desejando, por isso, vê-la reduzida. Para além destes aspetos são ainda mencionados os efeitos nos serviços públicos, sobrelotados e sem capacidade de resposta face a uma população crescente, aos seus empregos que são colocados à disposição também dos imigrantes e as questões culturais (Boswell, 2016 cit. por Simionescu *et al.*, 2017b).

Com efeito, em abril do ano do referendo, os apoiantes da saída tornaram pública informação na qual provavam que a imigração contribuía para o aumento do défice e prejudicava

o NHS, aumentando os tempos de espera (Clarke *et al.*, 2017). Priti Patel, do partido Conservador, explicava que “os atuais níveis de imigração estão a causar uma pressão insustentável nos nossos serviços públicos (...)”, dando total ênfase à questão do NHS que foi um dos grandes argumentos da campanha pela saída. O argumento era, como mostram Clarke *et al.* (2017:48), o seguinte: “controlar a imigração levava, obviamente, à redução da pressão nos serviços públicos, dos quais o NHS é o mais relevante; nunca mais oferecer uma fortuna à UE⁵ (...) significaria, claramente, mais investimento no NHS, que, na opinião de todos, precisa dele”, não reconhecendo que os imigrantes também contribuem (bastante) para a economia britânica e, no caso do NHS, são quase a base do seu funcionamento (uma grande percentagem dos profissionais de saúde do NHS são imigrantes europeus). Esta é apenas uma das grandes incoerências da campanha do *Leave*.

Uma comparação da imigração europeia com a não europeia revela-se interessante. Os imigrantes europeus são, em geral, mais novos do que os não europeus, bem como apresentam taxas de emprego mais elevadas (83%) face aos não europeus (70%) (Alfano *et al.*, 2016). Para além disto, os rendimentos (semanais) auferidos pelos imigrantes europeus (£452) são reduzidos em comparação com os auferidos pelos não europeus (£514), sendo que estes últimos são, em média, superiores aos rendimentos dos nativos (£478), contrariamente aos rendimentos dos imigrantes europeus que estão abaixo da média dos nativos. Assim, verifica-se que os imigrantes europeus são os que obtêm os rendimentos mais baixos. A partir destes dados, é expectável que sejam também os imigrantes europeus a apresentarem as qualificações mais baixas, mas, efetivamente, não é o que acontece (Alfano *et al.*, 2016). Como evidencia a Tabela 7, apesar das pequenas variações das percentagens referentes à taxa de emprego face às apresentadas por Alfano *et al.* (2016), os imigrantes, europeus e não europeus, diferem bastante dos nativos na medida em que existe uma maior concentração de imigrantes em qualificações mais elevadas, ao passo que os nativos apresentam, maioritariamente, um nível de qualificação média e/ou mais baixa. Dentro do conjunto dos imigrantes europeus, verifica-se que os que são provenientes de uma vaga de imigração europeia anterior são mais qualificados do que os de vagas mais recentes, apresentando, contudo, taxas de emprego mais reduzidas, situação que não se verifica nos novos imigrantes europeus que, apesar de menos qualificados que os anteriores, apresentam taxas de emprego superiores, pois estão mais dispostos a uma inserção inicial no mercado de trabalho britânico em setores mais baixos e com menor remunerações, muitas vezes, diferentes daqueles para os quais estão habilitados.

⁵ A fortuna, neste sentido, remete para os pagamentos britânicos para o orçamento da UE que têm aumentado ao longo dos anos.

Tabela 7 - Características do mercado de trabalho do Reino Unido, por origem da população

	Origin			
	UK	EU15	New EU	non-EU
Employment rate*	77%	79%	82%	68%
High qualification	25%	51%	38%	49%
Medium qualification	29%	29%	51%	30%
Low qualification	46%	19%	11%	21%

Fonte: Lisenkova e Sanchez-Martinez, 2016

A ideia de que os cidadãos europeus que imigram para o RU são desqualificados não está totalmente correta. É um facto que existe imigração europeia desqualificada destinada ao setor primário do mercado de trabalho britânico, no entanto, a imigração europeia qualificada é uma realidade muito presente. Com efeito, Wadsworth (2015) indica que os imigrantes estão sobre representados tanto nas ocupações de cargos altamente qualificados, como naqueles que exigem menos qualificações/desqualificados, sendo que ambos são essenciais ao funcionamento do mercado de trabalho britânico. Neste contexto, a teoria da segmentação do mercado de trabalho de Piore (1986) explica que existem dois mercados de trabalho, presentes nos países industrializados – o primário e o secundário – apoiada por Sassen (2005) que explica que nas cidades globais, no caso de Londres, essa dualidade está patente nas qualificações e salários, distinguindo os trabalhadores qualificados e bem remunerados, dos pouco qualificados e mal remunerados (nacionais e/ou estrangeiros). Aplicando a teoria de Piore (1986) ao mercado de trabalho britânico, os nativos inserem-se no mercado de trabalho primário, no qual os empregos são estáveis, os salários mais altos, as qualificações são adquiridas apenas no trabalho e existe progressão nas carreiras (Reich *et al.*, 1973). Contrariamente, os imigrantes inserem-se no mercado de trabalho secundário, em trabalhos desqualificados, que oferecem menos estabilidade, com salários mais baixos, com menos perspetivas de progressão na carreira e desvalorizados pelos nativos que não estão dispostos a desempenhá-los, sendo mesmo considerados repugnantes para os trabalhadores nacionais do mercado primário (Piore, 1986). Uma particularidade dos imigrantes europeus é o fenómeno de *downgrading* (Dustmann e Frattini, 2014; Portes e Forte, 2017). Estes imigrantes, por vezes, quando chegam ao RU, por ser mais facilitada a integração no mercado de trabalho ou por não verem reconhecidas as suas qualificações por falta de equivalência, dirigem-se, inicialmente, para empregos que exigem poucas qualificações formais, acabando por se concentrar nos setores da construção, comércio a retalho, trabalho doméstico, processamento de alimentos e agricultura (MAC, 2014 cit. por Portes e Forte, 2017). Isto significa que os baixos salários dos imigrantes europeus podem indicar que se encontram no início da carreira (Dustmann e Frattini, 2014). Esta situação inicial ou prolongada de aparente perda de qualificações destes imigrantes europeus pode estar na origem da conceção de que estes são, na maioria, desqualificados. No entanto, é preciso reconhecer que, apesar deste fenómeno, quando

os imigrantes adquirem as qualificações que lhes faltam de forma a poder trabalhar nas ocupações correspondentes às suas qualificações, tendem a ser, geralmente, mais produtivos, o que se manifesta na maior produtividade das empresas e economia britânicas (Alfano *et al.*, 2016).

Relativamente às suas contribuições, segundo Dustmann e Frattini (2014), para o período de 1991-2011, os imigrantes europeus contribuíram mais 10% do que os nativos, ao passo que as contribuições dos imigrantes não europeus foram 9% mais reduzidas. Essas diferenças são ainda mais evidentes quando se consideram as diferentes vagas da imigração europeia para o RU, uma vez que os nacionais dos países A10, entre 2001 e 1991, contribuíram com cerca de £5 mil milhões, e os restantes imigrantes europeus recém chegados £15 mil milhões, enquanto que os imigrantes não europeus contribuíram com cerca de £5 mil milhões (Dustmann e Frattini, 2014). Os imigrantes europeus tendem a contribuir mais do que a beneficiar do sistema fiscal britânico (Wadsworth, 2015), sendo que entre 2001 e 2011 contribuíram com mais de £20 mil milhões para as finanças públicas britânicas, contribuindo mais de 64% em impostos do que o recebem sob forma de subsídios (Dustmann e Frattini, 2014 cit. por Salfeld e Merritt, 2017), contrariamente aos imigrantes não europeus que recebem mais do que contribuem. Por fim, ao passo que a imigração europeia não tende a ter impacto na taxa de emprego dos nativos, a imigração de cidadãos não europeus está associada à redução do emprego dos trabalhadores nativos (Clarke *et al.*, 2017).

Conclui-se, portanto, que a imigração europeia livre e incontrolável até março de 2019, tem mostrado ser mais benéfica para o RU do que a não europeia e que, aparentemente, este último tipo de imigração não está a ser, como o governo britânico pretende levar a crer, tão qualificada, legal e controlada.

4.2.1.As perceções públicas

Em maio de 2015, Theresa May, já líder dos Conservadores, declarou que “quando a imigração é muito elevada (...) é impossível construir uma sociedade coesa. É difícil para as escolas, para os hospitais e para as infraestruturas principais como a habitação e os transportes lidarem [com a situação]” e, por sua vez David Cameron, no mesmo mês, referiu “quando se tem imigração descontrolada, tem-se pressão descontrolada nos serviços públicos” (Alfano *et al.*, 2016), acrescentando ainda que afetavam o emprego e os salários dos nativos.

A imigração afeta o emprego e os salários dos nativos?

Não. O desemprego é o resultado da relação imperfeita entre a procura e a oferta de mão de obra. A oferta de mão de obra é resultado direto das tendências demográficas, tendências essas que incluem a emigração e a imigração, bem como a participação no mercado de trabalho (Ritzen

et al., 2017). Assim, havendo uma maior oferta de mão de obra devido a um maior número de imigrantes, é expectável que a imigração faça reduzir os salários em termos gerais (Wadsworth, 2015), da mesma maneira que se espera que nos locais onde existe uma maior concentração de imigrantes, as taxas de desemprego dos nativos sejam superiores. Contudo, estas situações apenas seriam reais se houvesse um número fixo de postos de trabalho e se os imigrantes competissem entre eles e com os nativos apenas para um determinado tipo de trabalho, o que não se verifica (Wadsworth *et al.*, 2016b). O que realmente acontece é que, por um lado, os imigrantes, consumindo também bens e serviços locais, fazem aumentar a procura que, por sua vez, faz aumentar as perspectivas de emprego daqueles que os produzem e, por outro, sendo simultaneamente responsáveis por um aumento populacional, têm o mesmo efeito na maior procura. Assim, pelo contrário, a imigração induz, ainda que indiretamente, a criação de emprego. Num contexto de crescimento populacional, o número de imigrantes cresce ao mesmo ritmo que a geração de emprego, fazendo com que a percentagem de imigrantes em novos empregos seja sensivelmente a mesma que a percentagem de imigrantes no conjunto da população em idade ativa. Assim sendo, não é correto dizer que todos os (novos) empregos criados são tomados pelos imigrantes (Wadsworth, 2015).

Quando se refere que a imigração é responsável pela redução dos salários dos nativos é também uma perceção infundada. A verdadeira responsável pelos cortes dos salários, bem como outros cortes que se verificaram no NHS e noutros serviços públicos, foi a crise de 2008, o período de recessão económica posterior e as consequentes medidas de austeridade (Wadsworth *et al.*, 2016a). Neste sentido, os efeitos negativos nas taxas de emprego tiveram, igualmente, origem na recessão e crise europeia (Clarke *et al.*, 2017) e não na imigração, até porque, como referem Alfano *et al.* (2016), o emprego tem diminuído bastante nos últimos anos, ao contrário da imigração que tem crescido bastante. Desta forma, a imigração não é responsável pela redução do emprego dos nativos, não havendo nenhuma associação entre a imigração e o desemprego dos nativos (Alfano *et al.*, 2016), nem tão pouco a imigração afeta as perspectivas de emprego e *performance* dos britânicos (Wadsworth, 2015; Alfano *et al.*, 2016). Alfano *et al.* (2016) explicam que, afetando os imigrantes a oferta de mão de obra do RU, essa pressão exercida nos salários tende a tornar-se cada vez menor, mesmo nos setores mais baixos do mercado de trabalho, ao mesmo tempo que, através da complementaridade das suas qualificações e aumento da produtividade, nos setores mais qualificados, os imigrantes fazem aumentar os salários. Isto significa que a imigração pode ser prejudicial (apesar de haver uma correlação fraca) para os salários dos nativos que competem com os imigrantes e, simultaneamente, pode propiciar o crescimento dos salários dos nativos cujas respetivas qualificações são complementares às dos imigrantes (Alfano *et al.*, 2016) através do aumento da especialização e produtividade que, a um nível superior, podem fazer aumentar os salários nacionais. Exemplo disto é dado por Felbermayr

et al. (2010 cit. por Wadsworth *et al.*, 2016b) que identificam que a um cenário de aumento de 10% do *stock* de imigrantes pode estar associado um incremento de 2.2% no PIB britânico. Assim, como indicam Alfano *et al.* (2016), poucas provas existem para suportar o efeito negativo da imigração nos salários e emprego dos nativos.

Outra grande preocupação está, em parte, relacionada com o *downgrading* no sentido em que, estando os imigrantes dispostos a desempenhar funções abaixo das suas qualificações e em setores mais baixos, desqualificados e mal remunerados, os nativos sem qualificações que os desempenham podem estar em risco (Wadsworth *et al.*, 2016b). Este receio teve origem na percepção de que os alargamentos de 2004 e 2007 trouxeram imigrantes essencialmente desqualificados para o RU e que, segundo Somai (2017), afastou os nativos dos seus empregos pois os imigrantes estavam dispostos a trabalhar em condições que os nativos não estavam. Finalmente, este é um receio real na medida em que, apesar de pouco relevantes, se fazem sentir efeitos negativos da imigração nos setores menos qualificados do mercado de trabalho devido a um aumento da competição entre os nativos desqualificados e os imigrantes (Wadsworth, 2015).

A imigração pressiona os serviços públicos britânicos?

Outra percepção dos britânicos é que os imigrantes colocam demasiada pressão nos serviços públicos, lotando-os, aumentando-lhes os tempos de espera e diminuindo-lhes a capacidade de resposta. Qualquer mudança na população, a sua diminuição ou o seu aumento graças à imigração, resulta numa alteração da procura dos serviços públicos (Alfano *et al.*, 2016). No entanto, e focando a atenção nos imigrantes europeus, estes são mais novos e estão, na maioria, empregados (quando comparados com os britânicos e com os imigrantes não europeus) e, por isso, tendem a recorrer menos aos diversos serviços públicos (Dustmann e Frattini, 2014 cit. por Wadsworth, 2015).

Os imigrantes europeus também tendem menos a reivindicar os subsídios de desemprego, de habitação e créditos fiscais e a depender menos da assistência social (quando comparados com os nativos) (Centre for European Reform, 2016 cit. por Wadsworth *et al.*, 2016b). Aliás, os recursos que os imigrantes acrescentam à economia britânica podem ser aplicados na melhoria desses mesmos serviços públicos como na educação e saúde (Wadsworth *et al.*, 2016b) e, nesse sentido, é até correto dizer que os imigrantes contribuem para a melhoria do funcionamento e eficiência dos serviços públicos britânicos. O que verdadeiramente pode estar a suceder é que tais fundos possam estar a ser mal aplicados e isso não é, de todo, da responsabilidade dos imigrantes, mas sim do governo e da sua gestão porque, na realidade, os imigrantes geram riqueza para o Estado britânico.

O caso do NHS é particularmente interessante devido ao mediatismo de que foi alvo. Como indica Wadsworth (2015 cit. por Wadsworth *et al.*, 2016b), os imigrantes não beneficiam mais dos hospitais e médicos do que os britânicos e Giuntella (2015 cit. por Wadsworth *et al.*, 2016b) não verificou grande efeito dos imigrantes nos tempos de espera. Neste sentido, também Simionescu *et al.* (2017b) esclarece que os imigrantes têm um efeito muito reduzido nos gastos com a saúde. O que torna este caso tão intrigante é que o NHS é o melhor exemplo, no contexto britânico, de dependência de imigrantes europeus (Clarke *et al.*, 2017). Os britânicos podem não estar cientes desta dependência do NHS ou simplesmente preferem omiti-la e continuar a culpar os imigrantes pela deterioração dos serviços de saúde. Outro ponto que é preciso ter em consideração, relacionado diretamente com o desempenho essencialmente de profissões qualificadas como no NHS, é o facto de terem sido os países de origem os financiadores da sua educação, sendo que o RU apenas tira proveito do investimento que outros países fizeram nos seus cidadãos (Dustmann e Frattini, 2014).

Van Reenen (2016 in Wadsworth *et al.*, 2016a) refere mesmo que quando o assunto são os serviços públicos, os imigrantes europeus são parte da solução, não parte do problema. Os imigrantes europeus no RU através das suas contribuições fiscais, ajudam a reduzir a carga fiscal aplicada aos cidadãos britânicos (Dustmann e Frattini, 2014) e a diminuir o défice orçamental (por pagarem mais em impostos face à utilização dos serviços de bem-estar social e serviços públicos) (Simionescu *et al.*, 2017b). Dustmann e Frattini (2014) explicam que os imigrantes tendem, no fim das suas vidas profissionais, a regressar para os países de origem, onde acabam por passar os seus anos menos produtivos (Dustmann and Weiss, 2007 cit. por Dustmann e Frattini, 2014), aliviando, por fim, o sistema fiscal britânico.

A imigração aumenta a criminalidade do Reino Unido?

Similarmente, muito devido aos media, os imigrantes europeus, em particular os novos imigrantes europeus, são, muitas vezes, associados a comportamentos desviantes da sociedade britânica. Se, de facto os imigrantes europeus são causadores de perturbação social, é expectável que tal se manifeste nas taxas de criminalidade (Wadsworth *et al.*, 2016b), o que não se verifica, não havendo registo de um aumento das ações criminosas no RU a partir de 2004. No mesmo sentido, Simionescu *et al.* (2017b) não encontraram qualquer impacto da imigração na taxa de homicídio.

A imigração afeta a oferta e custo da habitação no Reino Unido?

Finalmente, Wadsworth *et al.* (2016b) encontraram um efeito negativo real da imigração nos custos da habitação, contudo, os autores acreditam que esta situação se deva à pouca oferta

do setor imobiliário do RU, que não teve em conta o aumento populacional derivado ao aumento da imigração. Uma pressão cada vez superior no mercado imobiliário, devido à sua pouca oferta, proporciona o clima ideal para a subida dos custos com a habitação que acaba por prejudicar tanto os britânicos como os imigrantes.

4.2.2. Os efeitos da redução da imigração europeia

Face à grande importância da imigração europeia para o RU, são muitos os riscos associados à sua tão desejada redução. Não se adivinha um futuro economicamente favorável caso se reduza a imigração europeia para o RU. É possível que o número de imigrantes que se dirige e que estavam à data a residir no RU depois da decisão do *brexit* venha a reduzir-se naturalmente (Portes e Forte, 2016; Simionescu, *et al.*, 2017b) antes mesmo de serem tomadas quaisquer medidas com vista à sua redução, quer seja pelo receio do que o *brexit* vai representar para os europeus que lá residem (Portes e Forte, 2016), quer pela diminuição de alguns fluxos como os búlgaros e romenos que, passado o grande *boom* da imigração para o RU em resultado do levantamento das restrições em 2014, seja precedido por uma diminuição (Portes e Forte, 2017).

Tendo em conta os benefícios da imigração europeia, qualquer redução, induzida ou não por medidas restritivas, vai acarretar prejuízos para a economia britânica, diminuindo o crescimento económico, destabilizando os preços e, consequentemente, tornando necessárias novas medidas de austeridade (Simionescu *et al.*, 2017b). Lisenkova e Sanchez-Martinez (2016) preveem, num cenário pós-*brexit* de redução da imigração, efeitos negativos para a economia britânica, dos quais identificam a redução do PIB, o impacto negativo nas finanças públicas, a alteração da estrutura demográfica, o acréscimo de custos por domicílio e cidadão, a redução da mão de obra e, por fim, a redução substancial da produtividade. É de notar também que, como salientam Portes e Forte (2016), a redução da oferta da mão de obra vai traduzir-se na redução do emprego, no aumento dos salários dos grupos de trabalhadores desqualificados e com rendimentos mais baixos, fazendo isso, por fim, reduzir o PIB e a produtividade da economia que, num quadro de redução em 50% da imigração, poderá ver-se reduzida a um ritmo de 0.32%/ano (Boubtane *et al.*, 2015 cit. por Wadsworth *et al.*, 2016b). Para além disto, Wadsworth *et al.* (2016b) identificam, desta forma, em consequência da queda da imigração pós-*brexit*, uma redução dos padrões de vida dos britânicos em geral. Alfano *et al.* (2016) mencionam ainda que esta diminuição da imigração europeia vai representar, simultaneamente, uma redução da procura dos serviços públicos (escolas, NHS), assim como dos pagamentos e subsídios do Estado a estes imigrantes, um grande desejo dos britânicos. No entanto, fazendo diminuir em muito as receitas provenientes dos impostos pagos pelos imigrantes europeus, vão ficar a faltar recursos para

investimento em diversas áreas (Alfano *et al.*, 2016) e a eficiência dos serviços públicos será, mais uma vez, criticada.

Contudo, neste contexto, a grande questão reside na dependência do mercado de trabalho da mão de obra imigrante para desempenhar funções que exigem poucas qualificações e que garantem salários baixos na indústria, assim como no setor da educação e saúde, nos quais grande parte dos trabalhadores são imigrantes europeus. Esta situação é ainda mais preocupante se se tiver em conta que as reduções da imigração vão ser prioritárias nos setores mais baixos do mercado de trabalho (Alfano *et al.*, 2016), relativamente à imigração qualificada europeia que irá ser sempre preferível. Portes e Forte (2017) referem-se a esta situação como a alteração da composição da imigração devido, em grande medida, à redução desproporcional da imigração desqualificada. Porém, como indica Portes (2016b cit. por Portes e Forte, 2017), o fim da livre circulação europeia pode, por si só, tornar o RU um destino menos atrativo para os imigrantes europeus mais qualificados. Assim, como mostra Oliver (2017a), os trabalhadores britânicos não estão preparados para assumir as funções antes desempenhadas pelos imigrantes essencialmente desqualificados provenientes da Europa oriental, o que, numa fase inicial se resumirá ao aumento dos custos económicos para os empregadores que pretendem contratar trabalhadores, privando, a um nível superior, a indústria do acesso gratuito, sem quotas e regulamentos, como acontecia antes do *brexit*, à mão de obra imigrante europeia (Alfano *et al.*, 2016). Desta forma, segundo a literatura, não é, de todo, claro que a imigração europeia seja reduzida de forma significativa num período pós-*brexit* contudo, num cenário de imposição de restrições à imigração europeia, os custos económicos são óbvios, ao passo que os ganhos, mesmo que poucos e insignificantes, são improváveis (Alfano *et al.*, 2016).

4.3. O referendo: o momento da decisão

A forma como foram levadas a cabo as campanhas eleitorais podem ter justificado a vitória inesperada do *Leave*. Por outro lado, as características dos eleitores atuaram, juntamente com as questões da migração, identidade nacional e insatisfação com a UE, como preditores do resultado e da distribuição do voto.

4.3.1. As campanhas eleitorais

O debate do referendo do *brexit* focou-se em duas vertentes, a da imigração e a da economia (Portes e Forte, 2017), sendo que a campanha pela saída se centrou na primeira e a da pela permanência na segunda.

David Cameron, enquanto líder do partido conservador, tornou-se, igualmente, líder da campanha oficial pela permanência na UE, então intitulada de *Britain Stronger in Europe*. O não ao *brexit* obteve apoio de outras organizações e grupos partidários como o *British Influence*, o *European Movement*, o *Labour in for Britain* (do Partido Trabalhista) e *Conservative In* (do Partido Conservador). Do outro lado, a defender a saída, o *Vote Leave* assumiu-se como a campanha oficial, a qual obteve também apoio de outros membros/grupos partidários do Partido Conservador (*Conservatives for Britain*), do Trabalhista com Jeremy Corbyn (*Labour Leave*), do UKIP com Nigel Farage, do *Business for Britain*, *Liberal Democrats*, *Green Party*, *Scottish National Party*, *Democratic Unionist Party* e *Ulster Unionist Party* (Clarke *et al.*, 2017), bem como de outros simpatizantes como o Presidente da Câmara Municipal de Londres Boris Johnson. Tendo ambas as campanhas, à partida, uma base de apoio tão consistente e variada, a ideia difundida pelos media, no contexto dos negócios e mercados financeiros era de que os eleitores iriam optar por preservar o *status quo*, votando pela permanência (Clarke *et al.*, 2017).

A campanha pela permanência apresentou como principais argumentos os benefícios económicos da permanência na UE e a manutenção da posição influente do RU no contexto europeu e mundial (Swales, 2016). Neste sentido, a grande preocupação dos *Remainers* (apoiantes da permanência) foi a de alertar para os riscos económicos decorrentes do *brexit*, em especial da saída do mercado único europeu, bem como a ameaça que a saída representava para a imagem até então aberta e globalizada do RU e para os custos para as empresas e agregados (Ford e Goodwin, 2017). Este foco tão grande nas consequências económicas e respetivos argumentos implacáveis do *Remain* foi acompanhado por alertas no que toca tanto à segurança europeia e sucesso da UE, na medida em que a saída de um Estado-membro podia vir a tornar-se contagioso e, consequentemente, constituir uma ameaça à sobrevivência da instituição europeia, como à segurança nacional devido ao aumento da imigração ilegal que tornaria o RU mais vulnerável a ataques terroristas (Clarke *et al.*, 2017). Tendo em conta que David Cameron tinha o apoio da conjuntura económico-política britânica (Clarke *et al.*, 2017), a vitória era muito provável.

O carácter sensacionalista dos media, porém, fez com que apoiassem inexoravelmente a saída, prejudicando o *Remain*, fator essencial para a vitória do *Leave*, assim como a grande aliança partidária que, ao invés de ser um fator favorável, acabou por indicar uma grande fragmentação das forças a favor da permanência, impossibilitando controlar todas as partes constituintes da campanha (Oliver, 2017b). Tal fragmentação, a pouca coerência, o foco exclusivo na economia e o pouco esforço decorrente da ideia de que era óbvia a escolha pela permanência fez com que esta campanha fosse vista como desonesta, pouco clara e negativa nas perceções públicas (Clarke *et al.*, 2017), ditando, posteriormente, o seu fracasso.

Já a campanha do *Leave* procurou uma abordagem totalmente diferente, mas igualmente agressiva, focando a sua atenção no problema da imigração. Apelidada de *Project Hate* pelos *Remainers* por dar extrema importância ao aumento, considerado exagerado, da imigração e exaltando a necessidade urgente da sua redução, acompanhado pela difusão de um certo ódio aos imigrantes, tratando-os como verdadeiros inimigos do RU, o *Vote Leave* acabou por despoletar uma vaga de episódios xenofóbicos e de ódio racial que marcou o decorrer deste período de campanha eleitoral (Meleady *et al.*, 2017). Neste contexto, foi incutido pelos *Leavers* (apoiantes da saída), para além do ódio, o medo dos estrangeiros (Golec de Zavala *et al.*, 2017), a ameaça que representam para os britânicos, para os valores tradicionais e cultura britânica. Nigel Farage chegou a assumir que o seu objetivo era “incutir às pessoas que a imigração e a Europa são a mesma coisa e que nós [o Reino Unido] somos impotentes (Clarke *et al.*, 2017:89), ignorando a realidade da imigração não europeia e o facto de o RU ter sido sempre responsável pelo seu controlo, nada tendo a ver com a livre circulação europeia.

Com efeito, dois dos grandes argumentos desta campanha debruçaram-se na ideia de o RU voltar a ter controlo das suas fronteiras e na excessiva contribuição para o orçamento da UE (Swales, 2016). Simultaneamente, e pertencendo a componente económica ao *Remain*, a campanha pela saída dominou a dimensão cultural do debate do referendo (Henderson *et al.*, 2016), trazendo à tona questões de identidade, nacionalismo e patriotismo. A perda de soberania nacional em prol da supremacia europeia foi também uma preocupação levantada pela campanha pela saída (na medida em que reclamando a soberania, o RU seria capaz de controlar a imigração (Salfeld e Merritt, 2017), assim como a questão da segurança nacional pois, segundo Nigel Farage, a abertura das fronteiras do RU a refugiados (sírios) iria permitir a entrada, de forma oculta, de jihadistas (Clarke *et al.*, 2017), prontos a lançar o terror nas ruas britânicas. De facto, como argumentam Oliver (2017b) e Ford e Goodwin (2017), o *Leave* conduziu uma campanha falsa baseada num conjunto de falácias, começando nas £350 milhões por semana, na ameaça da adesão da Turquia na UE (perceção de que os cidadãos britânicos devem rejeitar o alargamento da UE a países como a Turquia, a Macedónia, Albânia e Sérvia), no exército europeu, no impacto no dia a dia na vida dos britânicos da UE (a questão da lei europeia) e no facto de metade da imigração ser proveniente da UE. Por este motivo, os *Remainers* apelidaram esta campanha de “*Project Lie*”.

Apesar disto, havia, à semelhança do *Remain*, uma certa fragmentação, mas neste caso relativamente à principal mensagem da campanha, já que membros conservadores eurocéticos não concordavam com o foco exclusivo dado à imigração graças ao UKIP na voz do “incorreto Nigel Farage” (Clarke *et al.*, 2017:31). Havia, assim, a necessidade de alcançar um outro nível de apoiantes para além dos do UKIP, apesar da sua maior importância, mas tendo Boris Johnson e Nigel Farage como supostos líderes de duas campanhas pelo *Leave*, foi possível maximizar o seu

apoio (Clarke *et al.*, 2017). Os media foram também responsáveis pelo mediatismo e vitória do *Leave*, por um lado, por acompanharam estes líderes durante toda a campanha (Clarke *et al.*, 2017). Importa ter em consideração que os eurocéticos, mantiveram as suas ideias e dispuseram de muito tempo, desde 1975, para as consolidar, tendo muito mais experiência de campanha, o que lhes permitiu ter um discurso mais definido e coerente, e que pode ter contribuído para o seu sucesso (Clarke *et al.*, 2017).

4.3.2.A imprevisibilidade da vitória do Leave

Conforme esclarece LeDuc (2003 cit. por Clarke *et al.*, 2017), as pessoas tendem a expressar apoio à opção de mudança no início das campanhas e, com o desenrolar da campanha e com a aproximação do dia da decisão, pendem para a opção menos arriscada. Os eleitores não ficaram indiferentes, apesar do resultado, aos riscos económicos elencados pelo *Remain*, apenas consideraram que, sendo a imigração a principal das suas preocupações, sair da UE era a única forma de a controlar e de reduzir a ameaça terrorista, bem como de melhorar o NHS (Clarke *et al.*, 2017). Efetivamente, Oliver (2017b), enquanto assessor de Cameron durante a campanha pelo *Remain* admitiu que durante toda a campanha e no dia do referendo se sentiu confiante relativamente à vitória da permanência e que não havia nenhum indicador que justificasse a preocupação dos *Remainers*, mas que, com o aproximar da hora da decisão começou a sentir-se inseguro e o mesmo é evidente no discurso de David Cameron na manhã de 23 de junho: “Abandonar a UE irá ameaçar a nossa segurança económica e nacional. Aqueles que querem sair da Europa não podem ter a certeza de que os negócios britânicos vão poder continuar a aceder ao mercado único livre, nem de que os seus empregos estão a salvo, ou de que maneira os preços vão aumentar. Tudo o que vos estão a oferecer é um risco num período de incerteza – um tiro no escuro...A escolha está nas vossas mãos” (Clarke *et al.*, 2017:30).

4.3.3.A geografia e o comportamento eleitoral

Os resultados

A dispersão geográfica do voto foi intrigante e revelou um RU profundamente dividido. Como mostra a Figura 16, apenas três regiões votaram, com maioria absoluta, a permanência, sendo elas Londres (59,9%), Escócia (62%) e a Irlanda do Norte (55,8%). Londres torna-se o caso mais interessante no sentido em que é nesta cidade londrina que existe uma maior concentração de população imigrante. Todas as restantes regiões votaram, na maioria, pela saída do RU da UE, sendo que se destacaram a região do *West Midlands* (59,3%), *East Midlands* (58,8%) e *North East* (58%). Numa participação eleitoral de 72,2%, o resultado deu vitória ao *Leave* com 51,9% dos votos face a 48,1% dos britânicos que optaram pelo *Remain*. Esta vitória foi recebida com

espanto e choque por todo o mundo e mesmo pelos próprios britânicos e dirigentes que, como aconteceu com David Cameron, apresentou a sua demissão.

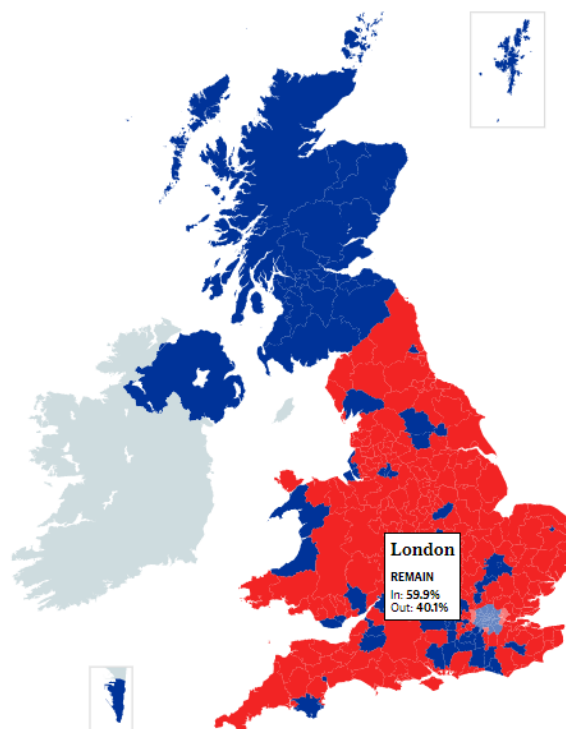


Figura 16 - Resultados do referendo do brexit no Reino Unido (vermelho - Leave; azul - Remain)

Fonte: Coles *et al.*, 2016 *in press*

Comparação com os resultados do referendo de 1975

É interessante comparar os resultados do referendo de 2016 com os do referendo de 1975. Neste referendo, pedido pelos trabalhistas (Swales, 2016), uma geração mais nova destes eleitores teve de optar acerca da permanência no Mercado Único. Note-se que este referendo tomou lugar apenas dois anos passados da adesão do RU à então CEE, o que realça bastante o euroceticismo sempre presente na mente dos britânicos. A escolha, neste referendo, foi a permanência (Clarke *et al.*, 2017), com 67% dos votos. Contudo, todo o panorama político e socio económico era díspar do vivido em 2016, e mesmo a cobertura dos media à época foi diferente já que concedia o seu apoio à permanência (Swales, 2016). Na Figura 17 verifica-se que as percentagens, mesmo nas regiões que votaram a permanência em 2016 foram bastante diferentes das da permanência em 1975, isto é, quem votou a permanência em 1975 votou com muito mais afínco do que quem o fez em 2016. Segundo Clarke *et al.* (2017), a decisão pela permanência em 1975 foi determinada por dois fatores, relacionados com a situação de estagnação económica caracterizada pelo elevado desemprego, inflação, baixa produtividade e pelo clima de agitação na indústria e com a lealdade dos britânicos para com os partidos políticos (Clarke *et al.*, 2017), situação que não se verificou

em 2016 (os próprios partidos estavam profundamente fragmentados e o voto mostrou-se disperso).

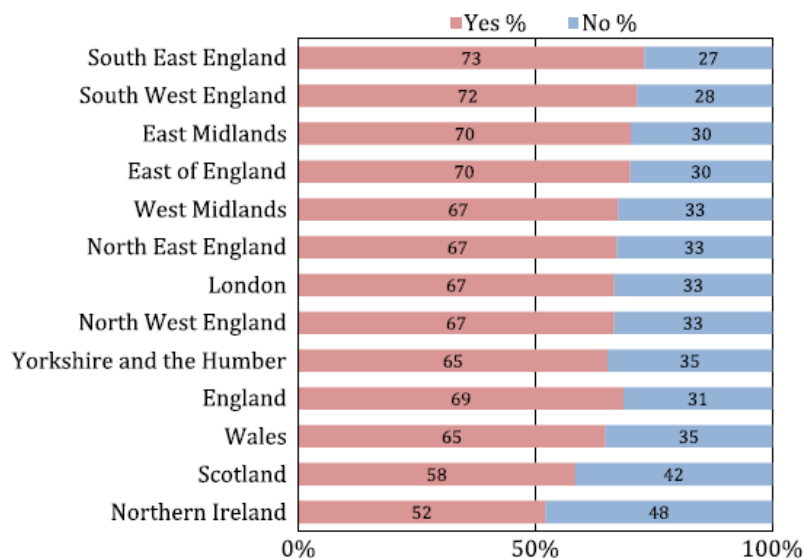


Figura 17 - Resultados por regiões do referendo de 1975

Fonte: Henderson *et al.*, 2016

As características dos eleitores

Apenas aos cidadãos britânicos foi permitido o voto, excluindo os imigrantes que não tivessem adquirido cidadania britânica. Neste referendo, a participação eleitoral foi elevada, o que não acontece em muitas eleições. Os mais velhos tendem a revelar uma participação eleitoral superior aos grupos mais jovens, e o mesmo acontece com os eleitores com mais rendimentos (Swales, 2016). Partindo destas afirmações é possível concluir que, sendo os mais velhos, tendencialmente, mais conservadores do que os jovens, é previsível que o voto tenha sido superior no *Leave*. Os mais velhos, estando mais dispostos a votar, também tenderam mais a votar o *Leave*, ao passo que os jovens tenderam a votar a permanência (Meleady *et al.*, 2017). Já no que se refere às qualificações, estatuto, recursos económicos e rendimentos dos eleitores, aqueles cujas qualificações são inferiores, que auferem salários mais baixos e que residem em bairros sociais têm mais probabilidade de votar a saída (Swales, 2016) e, por outro lado, aqueles cujas qualificações são mais elevadas tendem a votar a permanência. A justificação desta dicotomia deve-se ao facto de os mais qualificados possuírem mais capital humano, sendo, portanto, os que tiram mais proveito da integração europeia por meio da mobilidade livre e das poucas barreiras em termos comerciais (Clarke *et al.*, 2017). Estes eleitores, por se verem na mesma situação que muitos imigrantes europeus, a usufruir da livre circulação europeia, são mais tolerantes e aceitam a imigração. Simultaneamente, os menos qualificados e de estatuto mais baixo dão por si a competir com os imigrantes para os mesmos postos de trabalho, o que faz com que tenham uma

percepção mais desagradável da imigração e, por isso, tendam a optar pela saída (Clarke *et al.*, 2017). Nesta lógica, o estatuto elevado dos eleitores indica, geralmente, que apoiam a integração europeia e os de estatuto mais baixo (Gabel e Palmer, 1995 cit. por Clarke *et al.*, 2017; Ford e Goodwin, 2014) opõe-se à mesma. À semelhança desta situação, aqueles que mostram ser mais otimistas acerca das condições económicas apoiam mais a permanência na UE, e o mesmo se verifica relativamente a questões como a imigração, o NHS, a perda de soberania para Bruxelas (Clarke *et al.*, 2017). Por esta razão se refere que o *brexit* se tratou da revolta da classe trabalhadora (Harris, 2016 cit. por Coleman, 2016). No caso particular das percepções dos eleitores acerca da imigração, Ford e Goodwin (2017) mostram que as experiências locais com a imigração têm impacto no voto, na medida em que nas áreas onde houve mudanças demográficas significativas devido ao aumento da imigração, os eleitores votaram a saída, no entanto tal não se verificou em Londres, sendo que a maioria votou a permanência (Goodwin e Heath, 2016 cit. por Meleady *et al.*, 2017) e podendo essa situação estar relacionada com o facto de muitos eleitores de origem migrante terem adquirido cidadania britânica, votando *Remain*.

Por outro lado, a identidade, colocada em risco pelo grande fluxo de imigrantes, mostrou ser relevante para o comportamento eleitoral dos britânicos. Aqueles que se identificam mais como sendo ingleses em vez de britânicos concederam um maior apoio ao *Leave* (Ford e Goodwin, 2017). As motivações para votar influenciaram o comportamento dos eleitores, já que os *Leavers*, por o *brexit* representar a mudança, estavam mais motivados do que os *Remainers* (fator este que foi também apontado como justificativo do insucesso da campanha pela permanência) (Clarke *et al.*, 2017). Oliver (2017b) revela também que muitos cidadãos não se sentiram motivados a votar por considerarem que o seu voto não faria qualquer diferença.

A filiação partidária dos eleitores e/ou a sua descrença nos políticos e na política em geral justificam também a sua decisão no referendo. Com efeito, Clarke *et al.* (2017) realçam esta questão de os eleitores não estarem filiados nem seguirem as ideias de nenhum partido, o que mostrou ser benéfico para o UKIP que tirou proveito do descontentamento destes eleitores para com os partidos em funções.

A distribuição regional do voto ajuda também a explicar o comportamento dos votantes pois as áreas de carácter mais vincadamente rural e, particularmente, a Inglaterra a registaram um maior apoio ao *Leave* (Clarke *et al.*, 2017). Efetivamente, Runciman (2016) identifica uma imediata divisão metropolitana/tradicionalista e urbana/rural, sendo Londres contra as regiões, Escócia contra Inglaterra e País de Gales.

Por fim, os media tiveram um papel influenciador incrível na manipulação dos eleitores. Swales (2016) indica que o próprio jornal que os eleitores leem determinou o seu voto, já que as pessoas tendem a assumir a mesma posição que o jornal. Esta situação é deveras interessante se

se pensar que a imprensa deu muito maior destaque à campanha do *Leave* e mostrou ser mais relevante, no moldar das opiniões dos eleitores, do que a filiação partidária (Swales, 2016).

É possível concluir que os resultados revelaram uma profunda polarização, com os mais velhos, desqualificados, com menos recursos económicos e espacialmente mais isolados a votarem a saída (D'Angelo e Kofman, 2017). Swales (2016) distingue, neste contexto, três grupos responsáveis pela vitória do *Leave*: primeiro, aqueles que apresentam situações económicas mais desfavoráveis e contra a imigração, nacionalistas e patriotistas; em segundo, os eurocéticos afluentes que, para além de serem contra a imigração também defendem a independência do RU e; em terceiro, as classes sociais mais velhas que, apesar das baixas qualificações e dos baixos rendimentos se preocupam profundamente com a imigração. Porém, como afirmam Clarke *et al.* (2017), é um erro tamanha generalização, já que o suporte ao *brexit* proveio de realidades e eleitores com características muito diferentes.

4.3.4.Fatores justificativos do voto

Sabe-se que o referendo foi uma manifestação da insatisfação, já antiga, do RU com a UE e que, durante a campanha também se tornou evidente que, a imigração, sendo a livre circulação europeia um feito da UE, era apontada como um dos fracassos europeus que justificava essa descrença com as instituições europeias. Assim, e tendo a imigração alcançado um tão grande mediatismo, intensificando-se durante a campanha eleitoral, a questão imigratória torna-se merecedora de um claro destaque. Neste contexto, considerou-se interessante perceber como interagiram os diversos fatores que justificaram a saída com as duas grandes razões apontadas à decisão do voto - a imigração e a UE - que, apesar de indissociáveis, articularam-se de forma diferente com outros fatores, atuando de forma diferente e justificando o *brexit*.

A migração

Como relembram Ford e Goodwin (2017) e Clarke *et al.* (2017), os eurocéticos e os *Leavers* têm vindo, há muitos anos, a dar sinais de crescente destaque no quadro político britânico. Essas décadas anteriores à decisão pelo *brexit*, considere-se desde 1975, foram marcadas por profundas alterações na sociedade e política britânicas que convergiram, apenas e surpreendentemente em 2016, no momento da grande ruptura. Até 2004, a imigração para o RU era modesta e todos os Estados-membros partilhavam o mesmo contexto político económico idêntico e estável, cenário esse que, passados poucos anos, se alterou abruptamente com o aumento da imigração em consequência da adesão de inúmeros novos países à UE, muitos deles com economias muito abaixo dos padrões europeus e britânicos, com a crise económica na Europa em 2008 (Coleman, 2016) e com a crise dos refugiados.

Quando questionados acerca dos fatores que influenciaram diretamente o seu voto (Figura 18), os eleitores fazem destacar dois motivos essenciais: a economia e a imigração. Isto reforça que, sendo a economia uma grande preocupação, mas que não justificou o voto dos *Leavers*, é óbvio pensar que a campanha pelo *Remain* não foi suficientemente apelativa na sua mensagem.

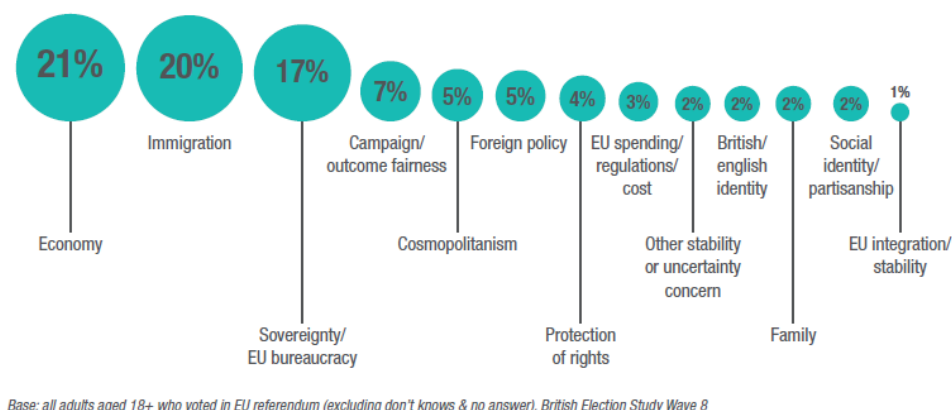


Figura 18 - Fatores citados como os mais importantes na decisão do referendo

Fonte: Swales, 2016

Não se pense, contudo, que a decisão não foi também determinada pela campanha eleitoral (Clarke *et al.*, 2017), com efeito, o resultado dependeu da associação deste quadro negativo britânico das últimas décadas e, por um lado, do sucesso da campanha do *Leave* e, por outro, do fracasso da do *Remain*. Simultaneamente, a natureza da cobertura dos media, dos decisores políticos e do debate público estão intimamente relacionados (Allen, 2016) e que também estes tiveram a sua quota parte de influência no voto. Somai e Biedermann (2016) afirmam que este referendo foi muito mais do que a mera decisão entre um RU fora e dentro da UE, correspondendo sim a uma resposta desesperada e legítima às elites políticas britânicas e europeias que duvidaram dos britânicos.

Em 2004 com a adesão dos países A10, apenas o RU, a Irlanda e a Suécia permitiram a entrada imediata dos imigrantes no mercado de trabalho, sem restrições temporárias (Kahanec *et al.*, 2009 cit. por Simionescu *et al.*, 2017b; Ford e Goodwin, 2017). Os A8 eram países com um passado bem diferente da realidade europeia, assim como os seus imigrantes que, seguindo a tendência dos princípios económicos neoclássicos aplicados à migração laboral, são provenientes de países menos desenvolvidos, onde predominam as baixas qualificações e o elevado desemprego que se dirigem aos mais desenvolvidos que se caracterizam pelas baixas taxas de desemprego, melhores salários e procura da mão de obra (King, 2017b). O RU, sendo o exemplo perfeito dessa economia fervilhante e, por isso, tendo sido capaz de atrair na altura, e continuar a atrair, imigrantes desses A8 (Ford e Goodwin, 2017) já assistia, anteriormente a 2004, um ligeiro aumento do influxo de imigrantes. A hostilidade para com os imigrantes esteve bem presente nos

slogans da campanha pelo *Leave* (“*Taking back control of our borders*”, “*British jobs for British people*”) e tornou evidente o propósito nacionalista e populista do *brexit* (Lulle *et al.*, 2017). O contacto positivo e/ou negativo entre os eleitores e os imigrantes referidos foi um importante preditor do comportamento eleitoral: um contacto positivo entre imigrante e nativo pode induzir uma maior integração social, evitar sentimentos de hostilidade para com os imigrantes e, por conseguinte, levar os nativos a votar *Remain*. Contrariamente, experiências negativas resultantes deste contacto podem confirmar e/ou elevar sentimentos hostis e anti-imigração, o preconceito e, assim, fazer aumentar o apoio ao *Leave* (Meleady *et al.*, 2017).

Em simultâneo, a forma como os imigrantes afetam os sentimentos de identidade, de pertença e nacionalismo dos britânicos teve um papel importante no referendo. Com efeito, já vários autores descobriram a relação entre a identidade nacional britânica e os sentimentos de pertença e as atitudes desfavoráveis relativamente à imigração e à UE (Clarke *et al.*, 2017; Golec de Zavala *et al.*, 2017). Carey (2002 cit. por Clarke *et al.*, 2017) explica que o receio de estrangeiros, pode definir identidades, bem como a aliança partidária. A verdade é que o UKIP obteve muito apoio daqueles que, à semelhança deles, eram motivados por sentimentos de ansiedade relativos aos impactos negativos da imigração, especialmente quando estes representam uma ameaça à cultura e identidade nacional (Goodwin e Milazzo, 2015 cit. por Clarke *et al.*, 2017). Também Ford e Goodwin (2017) indicam que a maior oposição à imigração provém dos eleitores que a identificam como um símbolo de mudança social rápida, colocando em risco as identidades e valores tradicionais britânicos. Este sentimento anti-imigração com origem no receio de perda da identidade britânica não é novo e já aconteceu no passado com os imigrantes africanos e asiáticos na década de 50 (Ford e Goodwin, 2017), porém, neste caso, foi importante na decisão pela saída na medida em que esta imigração europeia é da total responsabilidade da UE. A imigração mostra ser, assim, um desafio cultural porque os imigrantes têm língua, costumes, religiões e práticas diferentes que podem produzir um choque cultural, afetando os locais (Clarke *et al.*, 2017). Esta hostilidade para com a imigração não é uma realidade exclusiva do RU, efetivamente, como explicam Clarke *et al.* (2017), a preferência por imigrantes da mesma etnia e por imigrantes europeus com menos recursos económicos em detrimento de todos os outros não europeus é partilhada pelo conjunto dos países europeus.

Um meio altamente influenciador do voto são os media e os partidos políticos. Esta influência dos media na formação da opinião dos eleitores acerca da imigração tem vindo a atuar há mais de uma década (Allen, 2016; Ford e Goodwin, 2017). Allen (2016) mostra que, desempenhando os jornais um papel ainda fundamental para o público britânico dado o grande público que os lê (Swales, 2016), quando estes se referem à UE ou à imigração ilegal, tendem a focar-se nos problemas e não nas conquistas políticas conseguidas nestes domínios, dando destaque à quantidade de imigrantes europeus e aos problemas que lhe surgem associados como

a criminalidade. Neste sentido, Allen (2016) também descobre que, nesta cobertura dos media, as instituições europeias são responsabilizadas pelos problemas relativos à imigração em vez de ser a imigração ilegal e a fraca e ineficiente política migratória britânica que lida com imigrantes não europeus. Swales (2016) distingue os jornais que assumiram posições pró-*Leave* e pró-*Remain*, destacando que estes também influenciaram o voto na medida contrária como aconteceu com os leitores do *The Telegraph*, onde apenas 55% dos eleitores (face aos 70% do *Sun* e *Express*, aos 66% do *Mail* e 65% do *Star*) votou a saída. Desta forma, mesmo que alguns eleitores não convivessem com imigrantes no seu dia a dia e não tivessem qualquer experiência de contacto com eles, os media encarregaram-se de lhes transmitir ódio e receio das consequências da presença no RU de imigrantes e exigindo um maior controlo (Ford e Goodwin, 2017).

Outra razão apontada que influenciou a forma como os britânicos votaram neste referendo foi a insatisfação com a ordem política instituída e a sua fraca resposta a lidar com a imigração. Aliás, de acordo com Alfano *et al.* (2016), a incapacidade de controlar a imigração europeia tornou-se o símbolo de tudo aquilo que o *brexit* defendeu, sendo que determinou a progressivamente maior oposição à UE (Ford e Goodwin, 2017). Sendo essa uma preocupação desde 2004, este período foi também marcado por repetidos fracassos do governo quando a tentava controlar e limitar (Ford e Goodwin, 2017). Esses fracassos fizeram com que os eleitores, preocupados com os elevados níveis de imigração, tendessem a desacreditar no governo, nos partidos políticos no poder e em todo o sistema político britânico (Ford e Goodwin, 2017), fator que concedeu mais apoio a partidos extremistas de direita. Como refere McLaren (2003 cit. por Clarke *et al.*, 2017), a confiança do público no sistema político foi erodida com os sucessivos fracassos e governos em tentar mostrar competência em dirigir a imigração. Um dos grandes exemplos desses fracassos foi da responsabilidade de David Cameron quando se propôs a renegociar as condições da permanência com a UE, entre junho de 2015 e fevereiro de 2016 (Clarke *et al.*, 2017). Essa foi uma tentativa desesperada de, num momento posterior ao anúncio da realização do referendo, ganhar votos para o lado do *Remain* e foi mesmo entendida como uma condição essencial ao voto pela permanência, isto é, do sucesso ou fracasso desta renegociação dependia o sucesso ou fracasso da carreira política de David Cameron e da permanência na UE. Neste contexto, os eleitores aceitavam a permanência na UE apenas se os seus poderes fossem efetivamente reduzidos no que toca à diminuição (do controlo da UE) da imigração para o RU e à redução dos benefícios sociais e fiscais aos quais os imigrantes europeus tinham direito (Clarke *et al.*, 2017), com a epígrafe – *We need to take back control of our borders and we need to be able to control our own welfare system* - e esse foi o verdadeiro desafio de Cameron (Clarke *et al.*, 2017:25). Como é obvio, David Cameron fracassou na tarefa de dar aos eleitores o que eles desejavam.

Finalmente, um dos fatores que, causando uma certa ansiedade aos eleitores, acabou por justificar a preocupação com a imigração, em simultâneo, com a UE e, posteriormente, o voto pelo *brexit* foi o receio da crise dos refugiados em 2015 (Clarke *et al.*, 2017). Neste plano, o papel dos media também foi fundamental no que diz respeito à difusão do medo geral e do UKIP que alertou os britânicos para o perigo iminente dos terroristas disfarçados de refugiados a espalhar o terror no RU. Este anseio dos refugiados foi potenciado quando, em 2015, Angela Merkel decidiu permitir a entrada de mais de um milhão de refugiados do Médio Oriente e África na Alemanha e, sucessivamente, na UE (Clarke *et al.*, 2017). No entanto, sabe-se que um refugiado pode pedir cidadania europeia num país europeu e dirigir-se para o RU, mas essa situação torna-se improvável se os refugiados já estiverem fixados no país que lhes concedeu asilo.

A identidade nacional

A insatisfação com a EU, que veio a justificar o voto dos britânicos, tem, à semelhança da imigração, várias vertentes, estando a primeira delas intrinsecamente ligada à identidade nacional britânica. Quando o RU aderiu à CEE, a integração europeia já estava num momento avançado de integração e, na opinião de Somai (2017), ignorando os interesses britânicos. Desta forma, o RU avançou com a sua adesão, mas distanciando-se sempre da integração europeia (Salfeld e Merritt, 2017) e, por isso, a permanência britânica na UE foi repleta de exceções (Somai, 2017). Contudo, esse tratamento especial não o impediu de se tornar a nação europeia mais eurocética (Swales, 2016). De acordo com Oliver (2017a), o euroceticismo é a expressão da mágoa inglesa e do nacionalismo inglês, havendo uma clara ligação entre o nacionalismo inglês e o euroceticismo (Henderson *et al.*, 2016). A decisão pela saída veio, definitivamente, comprovar o traço eurocético da identidade britânica (Clarke *et al.*, 2017).

No geral, de acordo com Henderson *et al.* (2016), os britânicos não apresentam um forte sentimento de afinidade cultural com a UE e sempre procuraram definir-se a eles próprios, demarcando-se da identidade europeia (Oliver, 2017a). O nacionalismo inglês teve um papel importante no voto, já que os sentimentos para com a UE estão associados a sentimentos de identidade nacional (Henderson *et al.*, 2016). O desejo de demarcação da identidade nacional inglesa é um caso único no RU, veja-se que no caso do País de Gales ou da Escócia (Henderson *et al.*, 2016), a identidade britânica (galesa e/ou escocesa) não moldou as atitudes para com a UE e isso verifica-se na Escócia, onde se registou um maior apoio à permanência. Já no caso dos ingleses, quanto mais fortes fossem os sentimentos de identidade nacional, maior terá sido a probabilidade de se formarem opiniões negativas relativas à UE e, por isso, mais tenderam os eleitores a votar a saída. Clarke *et al.* (2017) confirmam esta teoria, ao afirmarem que o sentimento de pertença e afinidade para com as identidades inglesa (escocesa, irlandesa do norte ou galesa), britânica e europeia influenciaram o voto. É preciso, contudo, ter presente que, à parte da

especificidade da identidade e personalidade inglesa, o caso do RU por ser uma aliança entre vários países, já é um desafio cultural e identitário.

A insatisfação com a União Europeia

Outra grande preocupação dos britânicos, muito presente nos discursos da campanha pelo *Leave*, apontada como uma razão importante que justificou o voto, foi a excessiva contribuição do RU para o orçamento da UE. O RU é dos países que menos beneficia dos fundos estruturais e, contudo, tem visto as suas contribuições para o orçamento da UE aumentar progressivamente (Somai, 2017). O facto de as contribuições terem aumentado pode ser justificada com o início da crise económica na UE (Haines e Nicholl, 2015) e, por isso, foi uma tendência seguida pelos restantes países europeus. O grande destaque desta questão durante o período de campanha eleitoral, tornou-a do conhecimento público e levou os eleitores a considerarem que esta quantia tinha um grande impacto nas suas vidas (Clarke *et al.*, 2017), influenciando o voto.

Outro fator que determinou o voto foi, como considera Somai (2017), a mudança gradual da balança de poderes dentro da UE desde a reunificação alemã. Quando se refere que estas são preocupações com décadas de história, este é um desses exemplos. Antes da reunificação, o equilíbrio da balança de poderes era assegurado pelo RU, por França e por Berlim/Bonn, sendo que o RU era o membro responsável pelo equilíbrio das duas potências. Quando a Alemanha se reergueu, revelou-se mais forte e resistente a crises e, desde aí, o RU perdeu importância. Segundo Somai (2017), as respostas à crise económica foram desenhadas de forma a ajustarem-se aos padrões alemães e, neste contexto, o RU viu-se, por um lado, obrigado a aderir à zona euro ou, por outro, a abandonar a UE por completo (Conway, 2014 cit. por Somai, 2017).

Desde a última crise global de 2008, a resistência da UE tem sido posta em causa (Somai, 2017). Esta perda de capacidade de resolver os problemas tem feito com que seja descredibilizada pelas elites económicas e políticas, propiciando uma oportunidade ao florescimento de partidos populistas (Gamble, 2017; Somai, 2017) como, aliás, se tem verificado por toda a Europa, que podem despoletar mais referendos e o fim da UE como a conhecemos (Gamble, 2017). A crise foi também responsável pelo aumento das desigualdades sociais e económicas dos cidadãos, juntamente com a globalização, alargamentos e maior integração europeia (Somai e Biedermann, 2016; Somai, 2017). O fenómeno da globalização afetou os britânicos na medida em que se torna mais barato produzir noutros países e a mão de obra pode ser facilmente substituída pela imigrante mais barata (Somai, 2017), traduzindo-se num aumento das desigualdades locais. O voto a favor do *brexit* pode ter sido uma manifestação das economias locais em resposta ao facto de o governo e as instituições europeias terem descurado deles, favorecendo apenas os grandes negócios e a chamada economia global (Somai, 2017). Hobolt e Wratil (2015 cit. por Clarke *et al.*, 2017) explicam que as preocupações relativas às análises de custo-benefício do RU dentro da UE

começaram a influenciar mais as atitudes para com a UE a partir da crise financeira de 2008 e tudo o que lhe seguiu como a aplicação de medidas de austeridade nos Estados-membros (p.e. cortes no NHS britânico) e no aumento das contribuições para o orçamento europeu.

O voto contra a UE foi, por fim, influenciado pelos fracos progressos das instituições europeias no que se refere à boa governança. É verdade que, como evidenciam Clarke *et al.* (2017), a qualidade da democracia no RU, à semelhança de em todos os outros países da UE, tem assistido a um decréscimo nos últimos vinte anos, bem como a eficiência dos governos e a estabilidade política, ao passo que a corrupção tem aumentado. O mesmo autor destaca o carácter meramente regulatório da UE, desresponsabilizando-a, de certo modo, do atual contexto económico-político britânico. Assim, a falta de poder e autoridade da UE em campos como o da melhoria da eficiência governativa britânica, controlo a corrupção e aumento a estabilidade política pode ter tido um papel importante na decisão dos britânicos acerca da saída da UE (Clarke *et al.*, 2017).

4.4. O rescaldo do referendo

A decisão pela saída foi controversa e imprevista, aliás, a sua imprevisibilidade foi tal que os líderes do *Leave* e o governo não tinham definido um plano para um período pós-*brexit* onde fossem apresentadas propostas concretas (Dhingra e Sampson, 2016), sendo, por Oliver (2017a), considerada uma vitória sem plano, cujo referendo apenas serviria para avançar carreiras dentro do partido Conservador. O processo iniciou-se com a escolha de Theresa May, conservadora do lado *Remain*, para assumir o antigo cargo de Cameron e, posteriormente, a então criação do *Department for Exiting the European Union* (Clarke *et al.*, 2017). À frente desse departamento foram colocadas três eurocéticos responsáveis pela preparação das negociações com a UE: David Davis, Boris Johnson e Liam Fox (Clarke *et al.*, 2017). A nova Primeira-ministra define o *brexit* como voltar a ter o controlo das leis, fronteiras e orçamento britânico, recuperando, assim, a soberania (Gamble, 2017) perdida para a UE desde 1973.

As propostas de mudança apresentadas na campanha do *Leave* podem não vir a ser tão significativas como o esperado e, por isso, Oliver (2017a) refere que as razões que levaram os britânicos a votar a saída possam bem persistir e gerar revolta juntos dos *Leavers*. As desigualdades sociais persistirão e podem ser até aumentadas em resultado do fim da elegibilidade para a Política de Coesão e de prejuízos económicos, a imigração pode não diminuir ou pelo menos não de uma forma drástica e visível, os custos associados à permanência na UE podem não vir a desaparecer por completo, nem tão pouco serem redirecionados para áreas como o NHS e, graças a todo este cenário, a descrença no governo e política britânicas poderá tornar-se muito superior, gerando maior descontentamento (Oliver, 2017a). Contudo, e tendo sido o ponto central

do debate do *brexite*, a imigração é onde essas mudanças anunciadas na campanha ameaçam tornar-se mais discretas ou mesmo impercetíveis. De facto, tendo sido a oposição à livre circulação europeia tão evidente, é expectável um momento de incerteza relativamente ao que o *brexite* vai significar para a nova estratégia da política migratória britânica (Somerville, 2016; Vargas-Silva, 2016).

4.4.1.O problema da redução da imigração europeia

Igualmente incerta é a esperança de redução da imigração europeia para o RU e a sua capacidade de a controlar. Neste sentido, McGovern (2016) apresenta problemas fulcrais que vão dificultar a redução da imigração no RU num curto espaço de tempo, explicando que ainda existe a grande probabilidade que estes levem a um aumento dos fluxos. Primeiro, a imigração pode não diminuir, podendo mesmo sofrer um aumento, pense-se, por exemplo, nos imigrantes que considerariam regressar para o RU (que residam noutro país europeu) e que podem muito provavelmente vir a fazê-lo antes da saída oficial em 2019 e que pode, como Lulle *et al.* (2017) sugerem, criar novas mobilidades.

Segundo, o aumento da imigração irregular pode manifestar-se de duas formas essenciais: entrando no RU de forma clandestina ou permanecendo após a caducação do visto. Claramente, estes imigrantes ilegais, que não são europeus, trazem consigo ligações familiares e a redes sociais, não sendo, por isso, um fenómeno individual e que se prolonga no tempo e, assim, mais difícil de erradicar. Neste contexto emerge ainda a questão das organizações criminosas de pessoas e contrabando que, tomando em consideração que a economia britânica é muito dependente da mão de obra barata, podem florescer (McGovern, 2016).

Terceiro, a CTA. O *brexite* criou um enorme dilema relativamente a esta questão: deve esta fronteira, em tempos removida, ser reposta de forma a controlar a imigração? A CTA é composta uma estrutura complexa e Theresa May pretende que continue a existir. Contudo, atua como uma porta das traseiras para a imigração para o RU, o que levanta preocupações tanto para as cidades irlandesas que acabariam por se acumular de imigrantes que esperavam o momento de poder passar a fronteira, como para o RU. Uma hipótese neste quadro é a introdução de controlo de passaportes na entrada no RU, no entanto, para os irlandeses e britânicos que incluem na sua rotina diária a passagem dessa fronteira seria bastante desconfortável. Efetivamente, a situação pós-*brexite* da CTA não parece de fácil resolução. Theresa May refere que é de todo o interesse que esta fronteira se mantenha para conveniência dos irlandeses e dos britânicos que a transpõem diariamente (De Mars *et al.*, 2017). No entanto, este desejo de manter esta fronteira comum vem acompanhado da vontade de um maior controlo e policiamento nas fronteiras britânicas, o que é pouco coerente (McGovern, 2016). De Mars *et al.* (2017) referem que caso o RU leve a cabo a

sua intenção de abandonar o Mercado Único, partes da CTA terão de ser obrigatoriamente desmanteladas, o que vai tornar esta fronteira mais difícil de atravessar, manter e controlar.

Em quarto lugar surge o problema associado ao *Points based System* que, segundo McGovern (2016) não vai reduzir a imigração por se focar na seleção e não na restrição de imigrantes. Os imigrantes selecionados são qualificados e os pontos são alocados com base na idade, no domínio da língua inglesa, no grau de instrução e nas suas competências. A legitimidade da decisão por este sistema vai depender dos empregadores, das universidades e restantes administrações no RU, isto é, em todos os polos capazes de atrair imigrantes (McGovern, 2016).

Por fim, o quinto problema centra-se na maior pressão no controlo fronteiriço do RU. No caso do RU, o serviço fronteiriço é fraco, existe um grande número de reclamações e a redução do *staff* é uma realidade, manchando a sua credibilidade. Com efeito, num contexto pós-*brexit* é expectável que esse orçamento aumente para fazer face aos custos de controlo da fronteira irlandesa e de forma a cumprir as promessas no que toca à redução da imigração (McGovern, 2016).

Somerville (2016) e Clarke *et al.* (2017) confirmam esta imprevisibilidade dos valores da imigração num contexto pós-*brexit*. Clarke *et al.* (2017) chega mesmo a referir que da mesma maneira que o RU tem falhado no controlo da imigração não europeia, pode vir a fracassar também quando tiver o controlo da europeia. Contudo, Clarke *et al.* (2017) descobrem que essa não é uma questão tão linear, em especial se forem aplicadas restrições à migração de carácter económico aos europeus, à semelhança do que já acontece aos não europeus, dada a extrema importância das motivações económicas da imigração europeia. A opinião de Somerville (2016) vai ao encontro da de Clarke *et al.* (2017), ao referir que num cenário de declínio económico britânico em consequência do *brexit*, a imigração europeia, maioritariamente económica, reduzir-se-á mas, apesar disto, não se estima que se veja reduzida para menos de 200 000 entradas por ano, o que constitui mais um fracasso britânico no controlo da imigração (Somerville, 2016).

Apesar deste cenário, existe a possibilidade de, em resultado das negociações com a UE, o RU ser obrigado a aceitar a continuação da livre circulação europeia, o que não deixa de ser improvável, mas possível (Clarke *et al.*, 2017). Caso essa situação se verifique, é certo que as preocupações dos britânicos com a imigração se mantenham, assim como todas as forças que juntas atuaram no sentido de expulsar o RU da UE, propiciando novamente a ascensão e popularidade do UKIP e um clima social tenso (Clarke *et al.*, 2017).

4.4.2.O problema da definição do estatuto dos imigrantes europeus

O clima político e social britânico desde 23 de junho de 2016 tem-se mostrado nocivo para os imigrantes que chegaram ao RU de forma legal e se fixaram legitimamente, que têm contribuído para a prosperidade e cultura britânicas e não sabem o que vai suceder (Murray, 2016). Por tanta atenção ser dada aos futuros imigrantes europeus que pretendem fixar-se no RU e às tentativas de o governo controlar esta imigração, o estatuto legal dos cidadãos europeus que, até ao referendo, se foram fixando foi quase esquecido.

Neste contexto de incerteza, a estes residentes, resta-lhes tomar as medidas que consideram corretas de forma a evitar serem expulsos do RU quando a saída for oficializada em 29 de março de 2019. Esta incerteza dos estatutos é também nefasta para alguns serviços como o NHS que dependem fortemente da mão de obra imigrante europeia (Murray, 2016), fazendo prever um grande dano económico num momento pós-*brexit*. A urgência na clarificação do estatuto destas pessoas tornou-o num dos principais objetivos das negociações e, como refere Theresa May e os Conservadores, estará também dependente da garantia de proteção do estatuto legal dos britânicos que residem nos diferentes Estados-membros (The Migration Observatory, 2017b).

4.4.3.O problema da economia e sua atratividade

Uma das grandes preocupações que atualmente é manifestada pelos britânicos é o impacto negativo nos seus padrões de vida dado o clima de insegurança relativamente aos salários e empregos (Simionescu *et al.*, 2017a). Alguns destes efeitos já se fazem sentir, pense-se nas perspetivas económicas incertas, na queda do valor da libra, mas também, a longo prazo, o aumento da inflação, diminuição da produtividade, alteração dos padrões de vida, austeridade e aumento do défice (Gamble, 2017). Esta perda de produtividade, desaceleração do crescimento económico, diminuição do comércio com a UE e a diminuição do emprego serão resultado direto do fim da permanência do RU na UE e do consequente término do movimento livre de serviços, bens, capital e mão de-obra (Salfeld e Merritt, 2017; Somai, 2017).

Pelo lado positivo, apesar de mínimos e igualmente incertos, salientam-se os efeitos económicos positivos da saída como o fim da contribuição britânica para o orçamento europeu que, em contrapartida, será também negativo já que os custos das transferências e do comércio passarão a existir (Crafts, 2016). Crafts (2016) refere que este cenário não seria tão drástico se o RU tivesse mostrado vontade de permanecer no Mercado Único, situação que não se verificou. Neste sentido, na opinião de Van Reenen (2016 *in* Wadsworth *et al.*, 2016a), o RU vai ficar mais pobre pois o comércio será efetuado apenas com os países mais próximos e não com o maior mercado mundial (o Único Europeu), da mesma forma que o investimento estrangeiro será enfraquecido, num contexto de progressiva incerteza até ao fim das negociações, reduzindo, em

simultâneo, os padrões de vida dos britânicos. Com efeito, o aumento dos preços dos bens domésticos, a redução das exportações, o aumento das tarifas como o *roaming* e das viagens são outras grandes consequências económicas do *brexit*, que podem mesmo conduzir a um período de recessão económica (Clarke *et al.*, 2017).

Não só de aspetos económicos se fazem as consequências da saída. Com efeito, a capacidade de atrair tanto imigrantes qualificados como desqualificados irá diminuir com o aumento das barreiras à livre circulação e fixação no país. Os refugiados são um bom exemplo disso na medida em que a imagem do RU enquanto sociedade democrática multicultural e aberta se alterou para uma sociedade onde a imigração é mal vista e na qual os imigrantes são encarados como uma ameaça e, por isso, alvo de atos racistas e xenofóbicas e o facto de estes refugiados optarem por outros países como a Alemanha para pedir asilo reflete o período de instabilidade e o aumento da hostilidade étnica e racial num RU pós-*brexit* (Hough, 2017).

O *brexit*, por sua vez, também apresenta desafios para a UE. Pela primeira vez, desde a sua criação, a UE sofreu um certo grau de desintegração (Somai, 2017). Outros desafios decorrentes desta desintegração serão a nova mudança da balança de poderes, a mudança/diminuição dos contribuidores líquidos para o orçamento europeu, a reestruturação das políticas europeias comuns e o desenho de uma nova relação entre o RU e a UE (Somai, 2017).

5. O momento migratório pós-referendo: desafios políticos no período de transição

O momento migratório pós-referendo do *brexit* acarreta inúmeros desafios políticos, desde a criação de um regime migratório totalmente novo ou adaptação do atual à imigração europeia, de forma a lidar com os futuros imigrantes europeus, à definição dos estatutos dos europeus que já residem no país, exigindo uma reestruturação do sistema de atribuição de PR e da lei da nacionalidade, destinadas, inicialmente, a lidar com um número de candidatos muito inferior aquele que se estima num período pós-*brexit*. No contexto dos estatutos, este capítulo aborda o resultado dessa importante parte da primeira fase das negociações - o novo estatuto para cidadãos europeus a residir no RU – e apresenta uma revisão bibliográfica acerca dos novos estudos realizados acerca das motivações dos cidadãos europeus no RU.

5.1. As negociações com a União Europeia

Tendo o RU comunicado ao Conselho Europeu a intenção de abandonar a UE em 29 de março de 2019, estas negociações vão estender-se por dois anos e dividem-se, até ao momento, em duas fases. A primeira fase de negociações debruçou-se sobre três assuntos: os custos da saída, os direitos e estatuto dos cidadãos europeus a residir no RU e dos britânicos a viver noutros Estados-membros e a situação da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (AFP, 2018 *in press*; Conselho Europeu).

A fatura a pagar à UE ficou acordada entre os 40 e 45 mil milhões de euros por um período de 4 anos e os direitos e estatutos dos cidadãos europeus a residir no RU antes da decisão do *brexit* estarão protegidos durante o período transitório de dois anos depois de 29 de março de 2019. A questão da fronteira física entre as Irlandas foi o maior ponto de discórdia nesta primeira fase e, por isso, concluiu-se que são necessárias mais negociações posteriores, atrasando o início da fase seguinte (Santiago, 2017 *in press*). Apesar disto, em fevereiro de 2018, decidiu-se avançar para a segunda fase respeitante às linhas orientadoras da futura relação do RU com a UE, focando a sua atenção no período de transição de dois anos. O RU decidiu abandonar o Mercado Único, recusando-se a aceitar a continuação das 4 liberdades da livre circulação (bens, capitais, pessoas e serviços) e tornando necessário o estabelecimento de um novo acordo de comércio a tomar lugar no fim do período transitório que, caso não se verifique, obriga o RU a ficar sujeito às normas da Organização Mundial do Comércio (Tecedeiro, 2017 *in press*). Em suma, durante o período de transição que vier a ser acordado, “o RU fica obrigado a respeitar as leis e diretivas europeias embora perca poder de decisão no seio das instituições europeias” (Santiago, 2017 *in press*).

O controlo da imigração era a grande prioridade das negociações (Carl, 2017). Com efeito, Swales (2016) indica que os britânicos se focam muito mais nos assuntos domésticos do que nas questões europeias, o que justifica a importância dada ao fim das contribuições para o orçamento europeu, à garantia dos direitos dos britânicos e ao fim da livre circulação. Como se observa, pouca atenção foi dada, por parte do governo e britânicos à garantia dos estatutos dos europeus a residir no RU, tendo sido apenas proferido por Theresa May que essa era uma questão de reciprocidade relativamente à garantia dos estatutos dos britânicos a residir nos países europeus e, apenas nesse sentido, esta garantia se assumia como uma prioridade nas negociações (Owen, 2017). No entanto, a garantia do estatuto tanto dos europeus (e britânicos na UE) foi uma questão tão prioritária que pautou nas discussões logo na primeira fase das negociações. O longo período de negociações não é compreendido por muitos britânicos que desejavam uma saída rápida (Gamble, 2017). Contudo, como Oliver (2017a) refere, o *brexit* mostrou ser mais um processo do que um evento, moroso e dependente não apenas da vontade dos britânicos.

Theresa May, enquanto responsável, do lado britânico, por garantir que é feita a vontade dos britânicos nas negociações, vai, segundo Oliver (2017b) sentir-se dividida e pressionada, por um lado, por aqueles que querem controlar a imigração e ver a livre circulação acabada e, por outro, por aqueles que controlam a economia e os negócios que pretendem um resultado que mais aproxime o RU da integração no Mercado Único. Conforme garantido pelas instituições europeias, este compromisso é impossível por ser um atentado às liberdades europeias e, desta forma, é necessário que o governo britânico ceda de alguma forma e isso promete originar uma “crise de traição” (Oliver, 2017b:394) que ressuscitará o sentimento de descrença no governo e na ordem política. A saída da UE e, por conseguinte, do Mercado Único, de forma a poder ter total controlo da imigração ficou conhecido como “*hard brexit*” e essa opção tornou-se evidente no discurso de Theresa May, em janeiro de 2017, quando anunciou os objetivos principais das negociações (Clarke *et al.*, 2017). Esta decisão, antes de serem conhecidas as cedências que o governo britânico teria de fazer, foi recebida com agrado pelos britânicos que mostraram reações iniciais bastante positivas, mesmo que, com o decorrer das negociações, a opinião pública se tenha alterado. O “*hard brexit*” ou a total desintegração do RU da UE, como sugere Somai (2017), será muito mais doloroso para ambos, ao passo que o contrário, o “*soft brexit*”, isto é, a conservação de certos domínios políticos comuns com a UE, pode transparecer que a saída é um processo fácil, sem consequências e, por isso, ser repetido por outros Estados-membros.

Num momento em que o processo de negociações com a UE vai sensivelmente a meio, Curtice (2017) investigou o grau de satisfação dos britânicos com as negociações levadas a cabo pelo governo britânico. Curtice (2017) revela que os britânicos, ao longo do ano de 2017, se tornaram mais pessimistas em relação ao resultado das negociações do *brexit*. Com efeito, a percentagem de eleitores que consideravam que do fim das negociações resultaria um acordo

favorável diminuiu, ao passo que aqueles que previam um mau acordo aumentou em 15%. Enquanto que, por um lado, a expectativa de que o *brexit* iria reduzir a imigração expressivamente perdeu impulso logo após o referendo, por outro, a expectativa de que a economia iria sofrer graves consequências com a saída da UE tem-se destacado. O aumento do pessimismo em relação à economia é expectável na medida em que, apenas a médio ou longo prazo se começaram a sentir alguns impactos como a perda de valor da libra e, em resultado disso, a redução dos padrões de vida (Breinlich *et al.*, 2017 cit. por Curtice, 2017). Nos últimos meses e na voz de Nigel Farage, os britânicos manifestaram vontade de realizar um novo referendo, entretanto desmentido por Theresa May. Porém, Curtice (2017) indica que estas mudanças de atitude dos britânicos em pouco ou nada alterariam e, dessa forma, os resultados não difeririam dos obtidos em 2016. Curtice (2017), conclui dizendo que os eleitores responsabilizam sim os autores do *brexit* (a UE, o governo e os políticos) e não o processo em si e mostrando que os fatores que levaram ao *brexit* continuam bem presentes e manter-se-ão por muito tempo.

5.2. Recomendações para o novo regime migratório pós-referendo

O fim das negociações entre a UE e o RU corresponderá à oficial saída do RU da UE, apontado para 29 de março de 2019. Só depois de decorrido um período transitório de dois anos, em 2021, estará todo o processo concluído e o RU assumirá o total controlo de todas as suas leis e políticas de forma independente das instituições europeias. Desta forma, é possível identificar três momentos - um momento pós-referendo (de 23 de junho 2016 a 29 de março 2019), um pós-*brexit* (de 29 de março 2019 a março 2021) e um pós-período transitório (depois de março 2021). O regime migratório britânico terá, obrigatoriamente, de se adaptar a estes diferentes momentos. Neste contexto, é expectável que os fluxos de bens, capitais e pessoas se mantenham pelo menos até ao fim das negociações ou mesmo do período transitório de dois anos, o que vem forjar os planos de muitos *Leavers* que desejavam o corte imediato das liberdades europeias (Gamble, 2017).

5.2.1. Limitações e desafios da política migratória

Quando a livre circulação europeia chegar efetivamente ao fim no RU, o governo será obrigado a aplicar um novo regime totalmente novo aos cidadãos europeus e que, à semelhança do aplicado a cidadãos não europeus, fará a sua permanência estar dependente das qualificações e rendimentos (Vargas-Silva, 2016). Tendencialmente, o novo regime promete dar total preferência à mão de obra qualificada, num contexto de dependência do mercado de trabalho da mão de obra desqualificada europeia. Esta seleção com base nas qualificações pode tanto resultar num corte quase total do volume migratório europeu desqualificado, como na sua continuação

mas de forma temporária, tendo como exemplo os programas de recrutamento temporários de búlgaros e romenos. O carácter temporário de tais programas constitui um problema para os próprios imigrantes, que não têm oportunidade de desenvolver as capacidades linguísticas, de criar relações sociais e de se integrarem, como para as comunidades nas quais se inserem de forma temporária (Sumption, 2017a). É necessário que o governo deixe claro, com a conceção do novo regime migratório, onde é que a imigração deve ser facilitada e restringida (Owen, 2017; Sumption, 2017a), referindo que tipo de imigração e imigrantes é efetivamente desejada (LSE Growth Commission, 2017). Assim, para além disto, é preciso clarificar que setores do mercado de trabalho podem ter acesso à mão de obra migrante e em que medida (Owen, 2017). No entanto, como mostra Carmel (2017), essa não é uma questão tão linear na medida em que os imigrantes europeus tendem a preencher qualquer vaga de emprego mesmo que seja fora da sua área de qualificação. Se houver um corte radical no acesso a mão de obra migrante europeia e as necessidades da mesma persistirem (Carmel, 2017), assistir-se-á a aumento do emprego informal, da pobreza e precariedade da situação laboral dos imigrantes (Carmel, 2017; Sumption, 2017a), mais evidente na mão de obra desqualificada. Com efeito, a haver cortes significativos esses serão mais visíveis e desejados na imigração desqualificada e não na qualificada (Sumption, 2017a; Vargas-Silva, 2016 cit. por Sumption, 2017a). Neste sentido, Owen (2017) recomenda que o governo garanta o acesso do mercado de trabalho britânico a todos os níveis de qualificações num regime migratório pós-*brexít*.

Torna-se óbvio, portanto, que qualquer regime migratório que venha a ser implementado permita a migração europeia altamente qualificada (Sumption, 2017a). Neste sentido, recomenda-se que em vez de se tentar atingir o *target* impiedosamente, o governo deve concentrar-se em aumentar o *stock* de trabalhadores qualificados, sendo essa a chave para o sucesso e crescimento económico britânico (LSE Growth Commission, 2017). Para atrair e fixar tais cidadãos, é premente que tanto o sistema que vai ser implementado como o processo de registo e aplicação para a residência permanente no RU seja simplificado. Por esta razão, é também necessário que a política de cidadania seja melhorada e que seja capaz de competir com outros países onde ela é mais facilitada. Quando se trata de trabalhadores qualificados, não se pode esquecer também o papel dos estudantes para a economia britânica. Estes estudantes que escolhem o RU, ao abrigo do *European Open Space for higher education*, tendem a criar laços tanto afetivos como profissionais com o RU e, por isso, é de todo o interesse britânico atraí-los e fixá-los num contexto pós-*brexít* (Ritzen *et al.*, 2017).

A migração laboral será alvo de grandes alterações (Sumption, 2017a) e, por isso, Simionescu *et al.* (2017b) recomendam a criação de políticas migratórias que se centrem mais na flexibilidade do mercado de trabalho depois do *brexít* e menos em políticas que difiram consoante o país de origem dos imigrantes. Com efeito, Carmel (2017) identifica alguns desafios para a

criação deste novo regime migratório britânico, dos quais o facto de a economia britânica ser desigual pois a livre circulação, sem restrições por qualificações e rendimentos, tem vindo a responder à procura do mercado de trabalho, sem qualquer interferência do governo e o fim desta liberdade obriga o governo a definir critérios económicos de seleção dos imigrantes. A ineficiência do governo britânico em controlar um *Points based system* para imigrantes não europeus salienta um outro desafio elencado por Carmel (2017) que é a pouca informação que o governo dispõe relativamente à migração e, em consequência disso, a incapacidade do governo britânico de introduzir e pôr em prática um novo sistema migratório para os europeus, bem como as estratégias de intimidação através da excessiva burocracia para aqueles que desejam pedir PR e o controlo interno do sistema ser feito quase exclusivamente por empregadores e *staff* público.

Neste sentido, de maneira a serem ultrapassados tais desafios e melhorada a capacidade do governo em lidar com assuntos migratórios, Theresa May reconheceu a necessidade de uma fase de implementação que, de acordo com Owen (2017), não é mais do que a continuação da livre circulação por mais alguns uns anos, de forma a permitir uma adaptação consoante o resultado das negociações e futura relação UE-RU, bem como evitar privar o mercado de trabalho britânico do acesso à mão de obra europeia repentinamente. A forma de restringir a imigração deste novo regime efetuar-se-á, à partida, através de critérios relativos às qualificações e rendimentos e, pode ou não existir um limite numérico dos volumes migratórios (Sumption, 2017a). Relativamente ao controlo efetivo dos imigrantes, o governo, bem como todas as entidades públicas e privadas britânicas centravam, até à data, a sua atenção apenas nos cidadãos não europeus e, desta forma, o controlo vai obrigatoriamente estender-se a todo o conjunto de cidadãos não britânicos que pretendem trabalhar no RU. Neste sentido, tem de haver a garantia de que todos os empregadores/entidades estão cientes do estatuto destes cidadãos, bem como do novo regime migratório, de forma a este seja eficaz. Assim, o *brexit* atua como uma forma de clarificar e simplificar funções e responsabilidades no que toca aos agentes do controlo da migração, num contexto de crescente complexidade, apostando na melhoria de todo o sistema de controlo (Owen, 2017; Sumption, 2017a).

As novas barreiras que se serão erguidas nas fronteiras britânicas para os cidadãos europeus constituem um novo desafio para o governo e instituições. As fronteiras, enquanto representação visual da imigração, irão sofrer obrigatoriamente mudanças em resultado do *brexit*. A logística em todos aeroportos vai sofrer alterações, sujeitando os cidadãos europeus a algum tipo de controlo que antes não eram alvo, traduzindo-se em deficiências no serviço prestado. Essa situação apenas poderá ser evitada caso haja um esforço com vista à melhoria das infraestruturas, tecnologia e aumento do *staff*. No entanto, as exceções existem e tanto a CTA como a fronteira com a Irlanda são desafios adicionais com que o governo vai ter de lidar (Owen, 2017).

Apesar da grande importância de clarificar o estatuto e direitos dos cidadãos europeus já fixados no RU, os imigrantes europeus que futuramente, num momento pós-*brexit*, se pretendem fixar no RU merecem também a atenção do governo. É, com efeito, por eles que terá de se investir num novo regime migratório. Assim, é preciso compreender que tipo de regime o governo pretende implementar, se preferencial, se idêntico ao aplicado a não europeus (Portes e Forte, 2017). Assim, o governo tem a hipótese de estender o regime migratório para não europeus aos europeus, de criar um regime migratório totalmente novo e preferencial para a imigração europeia ou de introduzir um novo regime migratório que cubra tanto a imigração europeia como a não europeia (Owen, 2017).

5.2.2. Alternativas para o novo regime migratório pós-brexit

Existem diversas alternativas que podem ser adotadas pelo RU aquando do desenho do novo regime migratório pós-*brexit*, desde versões modificadas da livre circulação europeia, *Work permit systems* e *Points based systems*. Foi ainda referida a possibilidade de se estabelecerem acordos bilaterais com determinados países europeus, o que mereceu a total oposição da UE por esta funcionar como um todo, sendo que o candidato mais óbvio para o estabelecimento de um acordo bilateral seria a Irlanda (The UK in a Changing Europe, 2016b). A hipótese da livre circulação parcial pode funcionar, de acordo com Owen (2017), apenas quando o trabalhador tem uma oferta de emprego, no entanto, esse é um modelo pouco provável. Apesar disto, como sugere Sumption (2017a), alguns tipos de trabalhadores qualificados como investigadores podem ver o processo de adquirir um visto de permanência no RU facilitado, ao passo que os menos qualificados podem enfrentar regras mais restritivas.

O *Work Permit System* é dos modelos mais complexos pois exige que o governo decida quais empregos (que setores), trabalhadores (que qualificações) e empregadores são elegíveis para os *Work Permits*, bem a duração de estadia no país. Existe a possibilidade de todos os empregos serem elegíveis, de apenas as ocupações qualificadas serem elegíveis e de ambas as ocupações, qualificadas e desqualificadas, serem elegíveis. Para além das qualificações, é exigido aos trabalhadores o domínio da língua e aplicadas restrições de idade e nacionalidade (Sumption, 2017a). Contudo, Owen (2017) considera que o mais provável é, caso seja aplicado um sistema destes, que seja menos rigoroso do que o que foi aplicado aos não europeus no RU antes de o governo adotar o *Points based System*.

Por fim, o *Points based System*, a ser aplicado aos europeus, sujeitaria os cidadãos europeus e não europeus ao mesmo regime migratório. O *Tier 2* é a opção mais provável de ser aplicada aos europeus e exige ao trabalhador qualificações elevadas e um rendimento mínimo de £20,800/ano (Coleman, 2016). Este sistema permite a seleção de imigrantes com base nas suas

características e não nas necessidades reais do mercado de trabalho e, desta forma, não deve ser aplicado à realidade britânica porque não compactua com a desejada redução da imigração (The UK in a Changing Europe, 2016b). Vargas-Silva (2016) mostra que, se o *Tier 2* for aplicado à imigração europeia no RU, apenas 18% dos imigrantes europeus iriam ao encontro dos critérios (altas qualificações e rendimento) e, contando com as variações do rendimento mínimo exigido, tal percentagem baixaria para 14%. A acompanhar tais critérios, existem também limitações numéricas relativas ao volume de imigrantes a entrar no RU ao abrigo dos *Tier 2* e um rendimento anual mínimo superior a £35,000 se o trabalhador pretender fixar-se (Vargas-Silva, 2016). Se ao critério das qualificações e do rendimento anual conforme regras do *Tier 2* se acrescentar a permanência de 5 anos (duração mínima de estadia no RU para um imigrante europeu poder pedir PR), apenas 12% dos cidadãos europeus a residir no RU são elegíveis (Coleman, 2016; Portes e Forte, 2017).

5.3. Recomendações e desafios para os cidadãos europeus no momento pós-referendo

Durante o período de campanha eleitoral, os *Leavers* garantiram que o estatuto dos cidadãos europeus a residir no RU estaria protegido e ser-lhes-ia automaticamente garantido o certificado de residência permanente (The Migration Observatory, 2016). Efetivamente, a garantia do estatuto e direitos destes cidadãos não estava assegurada e a sua garantia está dependente do fim das negociações (Vargas-Silva, 2016). O momento pós-referendo obriga, até março de 2019, que o RU cumpra com as suas obrigações enquanto Estado-membro e uma delas é assegurar o estatuto dos cidadãos europeus. Desta forma, o resultado do referendo não teve efeito algum imediato no que se refere à alteração do estatuto dos imigrantes europeus em solo britânico (Murray, 2016), nem tão pouco dos seus direitos relativos à nacionalidade, direito de residência ou segurança social (European Commission, 2017a; European Commission 2017b). No entanto, a decisão pela saída deixou o futuro de três milhões de cidadãos incerto. O clima de incerteza tem destabilizado a vida destes cidadãos que não têm qualquer garantia da permanência no país, não lhes permitindo fazer investimentos de médio a longo prazo (Murray, 2016). É, porém, necessário que se faça uma distinção entre estes imigrantes europeus que por altura do referendo estavam já fixados no RU aqueles que se fixaram depois de conhecida a decisão e aqueles que futuramente, pretendam fixar-se.

Sendo a garantia de tais direitos um processo complexo, Carmel (2017), sugere a criação de um novo estatuto. No seguimento dessa recomendação, é necessário que o governo providencie aos cidadãos europeus a documentação necessária que confirme a residência no RU sob as condições acordadas e o mesmo tem de acontecer nos restantes Estados-membros (Owen, 2017).

É preciso, contudo, reconhecer a complexidade deste processo resultante do facto de muitos cidadãos europeus não residirem no RU no mínimo há cinco anos e não terem PR por esta não ser obrigatória ao abrigo da lei europeia. Importa, assim, perceber quantos cidadãos a residir, à altura da decisão pelo *brexit*, eram de facto elegíveis para PR. De acordo com Owen (2017), cerca de 2 milhões de cidadãos europeus são elegíveis se se tiver em conta apenas o critério dos cinco anos de residência e o restante 1 milhão nem sequer esse requisito cumpre. Existe, desta forma, uma grande insegurança no seio dos cidadãos europeus que não cumprem o critério dos 5 anos de residência mas o mesmo acontece com aqueles que, mesmo cumprindo esse requisito, não são elegíveis (The Migration Observatory, 2016). Neste sentido, Murray (2016) recomenda que deve ser concedido a todos os cidadãos europeus a residir no RU, sem exceções, o *indefinitive leave to remain* (equivalente ao PR), assim como aos parceiros desses cidadãos, independentemente da sua nacionalidade, de forma a assegurar a sua permanência no país; deve ser concedida automaticamente cidadania britânica, pela via do registo e não da naturalização, a todas as crianças europeias que tenham tido uma educação no RU tendo em consideração a ligação que estabeleceram com a sociedade britânica; o custo atual da cidadania britânica deve ser suspenso para todos os cidadãos europeus que residam no RU há mais de cinco anos (e que tenham PR); deve ser concedida automaticamente e de fora gratuita a cidadania britânica a todos os profissionais europeus que trabalhem para o NHS, de maneira a reconhecer a sua contribuição e salvaguarda da saúde pública britânica. Murray (2016:3) reconhece, então, que “(...) a coesão social do país depende da existência de um sistema compreensivo que integre os migrantes que lá tenham vivido (...)”.

5.3.1.O sistema de atribuição de residência permanente

Existem, igualmente, desafios para o governo relativamente ao processo de registo e aplicação do PR, dos quais se destaca o volume de pedidos num momento pós-referendo (estima-se que tenham de ser processados 3 milhões de pedidos de PR face aos 135 mil processados em 2016), o investimento relativamente à contratação de mais *staff* (Owen, 2017) e a urgente redução a complexidade e morosidade do processo (Owen, 2017). Efetivamente, o sistema de registo e aplicação de PR não foi desenhado para o volume de pedidos que se espera que tenham de ser processadas. O governo tem de deixar claro se prefere que o sistema tenha por objetivo principal a prevenção que cidadãos não elegíveis sejam aceites ou, por outro lado, facilitar o processo para aqueles que são efetivamente elegíveis, simplificando-o (Sumption, 2017b). Qualquer que seja o método que o governo opte para o processo de registo e aplicação de PR, vai ser alvo de críticas: a complexidade do processo de forma a evitar cidadãos não elegíveis de conseguirem o PR será criticada pelos excessivos tempos de espera e excessivo escrutínio que pode afastar cidadãos elegíveis de conseguirem o PR; a simplificação do processo, será eventualmente acusado de

facilitar acesso a pessoas que não são elegíveis, reportando abusos resultantes do pouco escrutínio (Sumption, 2017b).

5.3.2.A lei da cidadania

A aquisição de nacionalidade britânica é, atualmente, um processo mais complexo do que era há 20 anos. Contudo, é preciso não esquecer que é do total interesse do RU aceitar e reter o talento e a melhor maneira de o conseguir isso é concedendo nacionalidade britânica a todo o conjunto de cidadãos que contribuam para a progressão da economia. É fundamental ter presente que não é só o RU que compete para atrair estes trabalhadores e, tendo a política de cidadania regredido tanto nestes últimos anos, o facto de se ter tornado cada vez mais restritiva apenas repele estes trabalhadores qualificados e talentosos do país (Murray, 2016). Este sistema de cidadania não se adequa às necessidades atuais, pois tem sido constantemente readaptado desde os tempos coloniais, da descolonização, da imigração em massa, da cooperação europeia e da globalização. Como indica Murray (2016), o RU necessita de um sistema que funcione melhor quando se trata de atrair e reter talento, garantindo, acima de tudo, a inovação e sucesso dos diversos setores da economia britânica e a manutenção de uma sociedade coesa. A política de cidadania enfrenta, assim, alguns desafios no período pós-*brexit*. Sendo de esperar um aumento do número de pedidos de cidadania britânica em consequência do *brexit*, o governo deve aproveitar a oportunidade de reformar a política de cidadania (Owen, 2017), partindo, porém, do princípio de que os futuros imigrantes europeus são mais propensos a neutralizarem-se britânicos do que aqueles que já residem há mais anos no RU.

5.4. Alterações nos estatutos e direitos: o novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido

Em dezembro de 2017 e no âmbito da primeira fase de negociações, o RU e a UE chegaram a acordo relativamente ao estatuto futuro dos cidadãos europeus a residir no RU, com o governo britânico a garantir a simplificação do sistema de aplicação para PR, tornando-o transparente, claro e simples (Sumption, 2017b). Este acordo atua como forma de assegurar o futuro de milhões de cidadãos europeus e respetivas famílias a residir no RU e tem por objetivo clarificar em que parâmetros será permitida a continuação da permanência destes cidadãos e o acesso a serviços e fundos públicos em solo britânico depois da saída oficial em 29 de março de 2019. Conforme mostra a Figura 19, os cidadãos europeus terão de atuar de diferentes maneiras e serão sujeitos a diferentes procedimentos e controlos consoante a data de chegada.

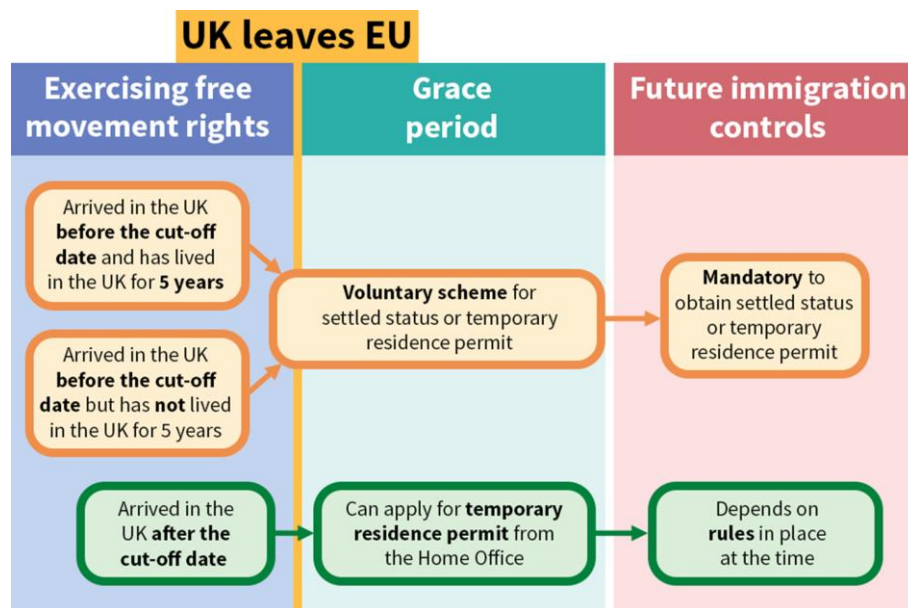


Figura 19 - Ilustração da política do governo em relação à continuidade dos direitos de imigração para os cidadãos da UE e suas famílias após a saída do Reino Unido da UE- Procedimentos necessários de acordo com a data de chegada

Fonte: GOV.UK, Department for Exiting the European Union, Foreign & Commonwealth Office and UK Visas Immigration, 2017

Enquanto o RU fizer parte da UE, os cidadãos europeus não têm o seu estatuto alterado. No entanto, é requerido aos cidadãos europeus e respetivos familiares que, em março de 2019, tenham estado a viver legal e continuamente nos últimos 5 anos no RU o “estatuto permanente” (*settled status*), com exceção dos cidadãos irlandeses. Os cidadãos que, em 29 de março de 2019, não tenham cumprido esses 5 anos de residência efetiva podem pedir para permanecerem até os atingirem e, depois, solicitar o *settled status*. Depois do *brexit*, os familiares chegados podem juntar-se a estes cidadãos europeus que tenham obtido *settled status* se a relação for anterior a 29 de março de 2019. Este estatuto ou a permissão temporária de residência até reunir condições para o requerer, permitir-lhes-á residir, trabalhar, aceder a serviços e fundos públicos (NHS, pensões e outros subsídios) no RU e avançar para o pedido de cidadania britânica (nas condições previstas na atual política de cidadania). Para pedir este novo estatuto é apenas necessário ser um cidadão europeu ou um familiar de um e apenas será negado aqueles que apresentem condenações ou que tenham chegado ao RU depois 29 de março de 2019.

O custo da aplicação do *settled status* será idêntico ao cobrado aos nacionais pelo passaporte e estará isento de custos para aqueles que já tenham PR. O processo de aplicação será mais facilitado na medida em que será mais rápido e não haverá necessidade de apresentar tanta informação pessoal como acontece no atual sistema de PR. É requerido ao cidadão europeu apenas apresentar um documento de identificação válido e uma fotografia recente de maneira a ser comprovada a identidade e a nacionalidade, bem como declarar quaisquer condenações. Desta forma, passa a ser dispensável documentar todas as saídas do RU, ter o CSI (apenas necessário se

o cidadão pretender aceder ao NHS) e fornecer impressões digitais. Em simultâneo, o *Home Office* compromete-se a assegurar que os pedidos de *settled status* não são recusados por simples omissões ou erros. Haverá uma maior abertura, clareza e comunicação com os requerentes a *settled status*.

Os cidadãos europeus têm cerca de dois anos (o período transitório) para requerer o estatuto. Durante este período, os seus direitos serão salvaguardados e o seu estatuto de residente será preservado. Até 29 de março de 2019 aconselha-se que os cidadãos que não possuem PR o peçam para, posteriormente, quando o sistema de aplicação para *settled status* for ativado, poderem trocá-lo pelo novo estatuto apenas confirmando que ainda residem no RU. Este novo estatuto estará também disponível para cidadãos que tenham o *indefinitive leave to remain* nas mesmas condições que para os cidadãos europeus. Aqueles que, no fim do período de dois anos depois do *brexit*, não tenham pedido o *settled status* ou que não sejam elegíveis nas condições mencionadas terão de pedir a residência temporária ao abrigo de normas que ainda não foram definidas (KPMG, 2017). Por fim, os futuros cidadãos europeus (que cheguem depois da data oficial da saída) serão sujeitos a um período de implementação no qual estão autorizados a residir, trabalhar e estudar quando registados num sistema ainda dependente das negociações.

É notório o esforço do governo com vista à simplificação do processo e a disposição em criar um estatuto completamente novo, que pode vir a ser a base para a criação de um novo regime migratório pós-*brexit*. Efetivamente, a maioria dos cidadãos europeus cumprem os requisitos para a obtenção deste novo estatuto (Sumption, 2017b) e, aqueles que não cumprem os anos de residência mínima exigida têm a hipótese de requerer uma permissão temporária de residência até atingirem os 5 anos. Resta, portanto, apenas saber se o processo será tão linear, simples e eficiente quando efetivamente entrar em vigor e se deparar com os grandes volumes de pedidos para *settled status*.

5.5. As representações do *brexit*

O *brexit* é, ainda, uma realidade nebulosa. Com a duração do período transitório ainda a ser discutida pelos governantes e pela UE, é difícil prever de que maneira este processo vai alterar os comportamentos dos emigrantes a residir no RU. Por isso mesmo, este capítulo aborda as representações do *brexit*, isto é, o que os imigrantes pensam que venha a ser, como os tem afetado, alterado as suas vidas e os seus planos futuros e que medidas têm tomado, tendo por base o clima de incerteza vivido já que o *brexit* ainda não aconteceu.

5.5.1.As percepções e motivações dos cidadãos europeus acerca do Reino Unido e da União Europeia

A UE fez dos seus cidadãos privilegiados no que respeita à mobilidade líquida, concedendo-lhes um estatuto invisível, legal (Engbersen & Snel, 2013 cit. por Lulle *et al.*, 2017) e permitindo-lhes maximizar oportunidades de emprego, estudo e uma vida melhor em qualquer país da UE, progredindo na esfera pessoal, profissional, cultural e económico (Lulle *et al.*, 2017). Tal privilégio está em risco devido à decisão pelo *brex*it, podendo deixar de ser uma mobilidade líquida (mobilidade social e geográfica dentro da UE), livre e fluída, intemporal, intencionalmente imprevisível, espacial e socialmente diversa (Engbersen & Snel, 2013 cit. por Lulle *et al.*, 2017), e passar a solidificar ou mesmo perder-se no caso da mobilidade europeia para o RU (Lulle *et al.*, 2017).

Do ponto de vista dos migrantes, a UE cultivou a ideia de que não haveria quaisquer obstáculos à fixação de famílias europeias em países europeus, facilitando a criação e o fortalecimento de relações entre pessoas com diferentes origens, vivências e estilos de vida e concedendo-lhes o estatuto de “cidadãos do mundo”, ao mesmo tempo que garantiu paz e prosperidade económica (Remigi *et al.*, 2017). O facto de serem cidadãos europeus fê-los, aquando no RU, sentir-se no mesmo patamar que os britânicos, não estrangeiros nem imigrantes (Remigi *et al.*, 2017). O RU, por sua vez, tornou-se apelativo para os cidadãos europeus devido à sua diversidade, abertura a diversidade cultural e meritocracia (King, 2017b). De facto, o estatuto de eurocidade que Londres adquiriu atraiu todo um conjunto de cidadãos europeus deleitados com o mercado de trabalho britânico que contrasta com a realidade dos países de origem destes migrantes (Lulle *et al.*, 2017). O RU enquanto “terra do conhecimento”, a sua tolerância a sociedade étnica e socialmente diversa e multicultural fez com que muitos europeus se sentissem confortáveis, bem-vindos, desejados e valorizados, fazendo dele o seu lar e, muitas vezes, prosseguindo para a cidadania britânica como forma de fazer cada vez mais parte/integrar mais nesta sociedade, continuando a contribuir para a comunidade (Remigi *et al.*, 2017).

Neste contexto, King (2017a) investigou o efeito do *brex*it na perspetiva da mobilidade jovem que, ao abrigo da livre circulação europeia, se fixou em Londres, realizando entrevistas a cidadãos europeus residentes em Londres antes e depois do referendo. Lulle *et al.* (2017) denotaram no comportamento dos entrevistados o sentimento de intemporalidade e imprevisibilidade intencional que caracterizam a mobilidade líquida, revelando que estes jovens europeus estão abertos a várias hipóteses num contexto pós-*brex*it, seja readaptar-se e permanecer no RU, seja deixar o país e procurar outra residência (Lulle *et al.*, 2017). Assim, apesar de a reconfiguração das trajetórias de migração futuras poder ser um resultado do *brex*it, Lulle *et al.* (2017) revelam que a decisão de sair de um RU pós-referendo do *brex*it está sim maioritariamente

associada às características da mobilidade líquida, das oportunidades que surgem repentinamente e imprevisibilidade desta mobilidade jovem, tendo como grupo alvo os jovens europeus qualificados.

Moreh *et al.* (2016), por sua vez, investigaram os planos futuros e as estratégias de integração dos imigrantes - portugueses, romenos e polacos - a residir no RU à luz do *brex*it, num momento anterior ao referendo. Estas três nacionalidades representam três vagas de adesões à UE, sendo Portugal a mais antiga. Neste projeto, os cidadãos das três nacionalidades manifestaram intenções de permanecer no RU, independentemente do resultado do referendo e isso significa que terão, quase obrigatoriamente, que adotar estratégias de integração cívica, sendo uma dessas medidas a aquisição de nacionalidade britânica (Moreh *et al.*, 2016). Os polacos e os portugueses mostram-se mais dispostos a adotar estratégias de integração cívica, o que se explica facilmente por serem vagas mais antigas de imigração (em comparação com a romena) e que, quer seja pela idade dos participantes e/ou pelos anos de residência, têm mais a perder caso desejem sair do RU. Para além disto, 65% dos participantes dizem querer pedir a cidadania britânica, sendo que desses apenas fazem parte 48% dos portugueses (Moreh *et al.*, 2016).

As intenções dos europeus depois do referendo, efetivamente, podem ter mudado dada a imprevisibilidade do resultado. Desta forma, a maneira como estes cidadãos se vão ver influenciados pelo *brex*it será diferente da inicialmente perspetivada. Efetivamente, como mostra King (2017a), a vitória do *brex*it foi um choque, sendo esta possibilidade, até então, improvável, como um ataque pessoal aos europeus. No entanto, este choque foi mais evidente para os cidadãos europeus mais antigos como é o caso dos italianos e alemães (europeus de classe A), do que foi para os mais recentes como os romenos já que se sentiram menos injustiçados por estarem acostumados a serem usualmente encarados como inferiores, menos qualificados (europeus de classe B) e, responsáveis pelo *brex*it (King, 2017a). Assim, as manifestações de “nacionalismo afetivo”, antes e depois do referendo, originaram reações, em geral, muito negativas no seio dos cidadãos europeus (Lulle *et al.*, 2017). Os irlandeses destacaram-se ainda mais pelo facto de, apesar de terem tido direito ao voto, demonstraram as piores reações por se identificarem com a causa europeia e sempre se terem sentido excluídos da realidade britânica. Com efeito, os cidadãos europeus a residir no RU não tiveram voto na matéria, a não ser que detivessem um passaporte irlandês ou britânico, o que, obviamente, não os impediu de expressarem a sua revolta e diversas formas de resistência (Lulle *et al.*, 2017). A voz dos europeus num debate que, no fim de contas, era acerca deles, não foi tida em consideração nem considerada válida, assistindo à sua vida ser decidida por outros (Remigi *et al.*, 2017).

King (2017a) e Lulle *et al.* (2017) referem-se à vitória do *brex*it como o “momento de ruptura”, um “terramoto político” que veio privar os cidadãos europeus do tal privilégio da livre

circulação. Os testemunhos reunidos por Remigi *et al.* (2017) dão conta, numa primeira fase, dos sentimentos de choque, surpresa, dor, e incredulidade, dado que a vitória do *Remain* era, para muitos europeus e britânicos, quase uma certeza, abalando os seus sentimentos de identidade e de pertença para com o país a que chamavam lar. Apesar disto, muitos outros cidadãos consideravam este resultado algo previsível por ser um sintoma da conjuntura social montada pelos media contra a imigração, sendo o *brexite* uma chamada de atenção. Numa segunda fase, pautam nos testemunhos destes europeus sentimentos de traição, desapontamento, ansiedade, depressão, sentindo-se abusados da parte do governo, tendo este sido (e continuado a ser) pouco claro no que se refere à manutenção dos estatutos dos cidadãos europeus no RU (Remigi *et al.*, 2017).

Tendo passado o choque inicial, os cidadãos europeus começaram a sentir mais os efeitos do futuro *brexite* e a criar representações, na maioria, negativas. Estes sentimentos negativos não são, contudo, exclusivos dos europeus, já que alguns cidadãos britânicos mostram o seu desagrado para com a vitória do *brexite*, encarando-o como um passo retrógrado que diminui o RU enquanto nação (Pont e Peta, 2017). Apesar disto, são, obviamente, os europeus que mais mostram a sua consternação, imputando responsabilidades tanto aos tablóides pela disseminação injustificada do ódio aos imigrantes aos *slogans* nacionalistas e pelo foco nos imigrantes e não na UE (Lulle *et al.*, 2017). A sensação, entre muitos europeus, é de que o governo tirou partido da sua presença no RU de maneira a conseguir um melhor acordo com a UE (Remigi *et al.*, 2017). Muitos europeus deixaram de se sentir seguros, bem-vindos e valorizados, tornando-se “sem abrigos emocionais”, permanecendo zangados, insultados e, em simultâneo, tristes, magoados e desolados, referindo que o pânico do pós-referendo não passou de uma expressão de frustração para com a UE (Remigi *et al.*, 2017). Muitos dizem que não são compreendidos pelos britânicos e por outros europeus, terminando muitos laços afetivos (Remigi *et al.*, 2017). Os próprios britânicos mostram-se ligeiramente confusos, tentando, por um lado, culpar e excluir todos os imigrantes e, por outro, dividindo-os, num género de sistema de classes de imigrantes europeus (Remigi *et al.*, 2017), entre responsáveis e não responsáveis pelo *brexite* e, assim, entre desejáveis e não desejáveis e merecedores e não merecedores de permanecer no país, distinção essa que também é revelada nos excertos de entrevistas recolhidos por Lulle *et al.* (2017:7) – “*we are a certain kind of immigrant (...) you talk exclusively about people who you do not want: romanians, poles, czechs, slovaks (...)*”.

5.5.2.A percepção do futuro no Reino Unido e os planos futuros dos cidadãos europeus

As percepções acerca do RU pós-*brexite* também se impõem, bem como acontece com a percepção que os cidadãos europeus têm, desde o referendo, dos seus direitos. KPMG (2017) revela que apesar de o RU ter perdido alguma da sua atratividade, continua a ser um país desejável,

sensivelmente na mesma medida que o era antes do referendo. Semelhante situação verifica-se relativamente à importância que os recentes desenvolvimentos das negociações tiveram na maneira como os cidadãos europeus pensam, já que estes esforços do governo em pouco ou nada alteraram a forma de agir e pensar dos europeus. Num dos testemunhos que pautam na obra de Remigi *et al.* (2017), percebe-se que a diversidade (proveniente da imigração) do RU é o garante da união dos países e esta desintegração com a Europa e com os europeus pode representar um passo mais próximo para a desintegração do RU. Relativamente à perceção dos direitos, o *brexite* fez com que mais europeus passassem a ter menos consciência dos seus direitos (Pont e Peta, 2017).

As comunidades de imigrantes europeus a residir no RU terão opções a fazer consoante os seus planos futuros (Somerville, 2016) – permanecer ou sair do RU. As diversas reacções ao resultado do referendo desencadearam diferentes opções relativas aos planos futuros que passam por permanecer (adotando, ou não, estratégias de integração), sair do RU ou aguardar mais desenvolvimentos das negociações (King, 2017b). Nas palavras de Theresa May, “*brexite means brexite*” mas, certamente, para os cidadãos europeus, o *brexite* significa muito mais, principalmente incerteza (Remigi *et al.*, 2017). O *brexite* tornou os imigrantes mais visíveis e, nesse sentido, as suas táticas tendem a alterar-se (Lulle *et al.*, 2017). De acordo com o estudo apresentado pela KPMG (2017), 45% dos cidadãos europeus desejam permanecer no RU depois do *brexite*, 8% pretendem sair do país e 35% estão indecisos. O mesmo estudo indica que os cidadãos europeus (cerca de 53%) não se mostram muito interessados nas propostas do governo, aguardando por ações concretas (KPMG, 2017).

Esta pouca clareza e, em resultado disso, este momento de incerteza, conduz a um sentimento de ansiedade e preocupação dos cidadãos europeus a residir no RU. De facto, os efeitos que o *brexite* poderá vir a ter no futuro destes cidadãos são visíveis quando na análise de Pont e Peta (2017), 86% dos cidadãos europeus a reside no RU dizem sentir-se pessoalmente afetados pelo *brexite*. É, por muitos, considerado injusto que um cidadão europeu que tenha escolhido o RU para construir a vida e contribuir para a economia, inovação e desenvolvimento o país, se veja nesta situação insegura, dono de um futuro desconhecido, de uma identidade incerta (Remigi *et al.*, 2017). Esta situação pode também envolver cidadãos britânicos que sejam parceiros de europeus.

5.5.2.1. A saída: remigração e retorno

O *brexite* pode ter levado cidadãos europeus a decidir sair do RU mas, para aqueles que já desejavam a saída antes da decisão do referendo, o *brexite* pode ter-se mostrado irrelevante, acelerando apenas o processo (King, 2017b). O facto de um cidadão europeu, ao permanecer no

RU, se sentir indesejado, um intruso num país onde a sua presença não é bem aceite, pode levar muitos deles a optar pela saída (Remigi *et al.*, 2017) com destino aos seus países de origem, a outros países europeus ou não europeus. Contudo, esta decisão apresenta uma série de obstáculos para aqueles que durante anos investiram (financeira, cultural e socialmente) no RU e que agora são considerados “cidadãos de segunda classe”, bem como para aqueles que não têm condições para voltar a imigrar e que ficam retidos num país que não os valoriza (Remigi *et al.*, 2017). De acordo com a investigação da KPMG (2017), a perceção de que a sociedade britânica mudou apresenta-se como a principal razão para estes cidadãos saírem do RU ou nem sequer considerarem imigrar para lá. Porém, a saída do RU representa também novos desafios e, para muitos, novas oportunidades, um novo começo num país que pode ser aquele onde nasceu ou noutro onde os aspetos positivos da imigração sejam levados em consideração e os imigrantes devidamente valorizados, revelando, algumas vezes, entusiasmo com a mudança, salientando o carácter intencionalmente imprevisível da migração líquida (Lulle *et al.*, 2017).

Os cidadãos europeus que mais tendem a desistir de viver no RU são os mais qualificados, jovens e com melhores remunerações (os INDEYS – *independent, in demand, educated and young*), o que pode conduzir à “fuga de cérebros” (KPMG, 2017), já que cidadãos com este perfil facilmente são procurados por outros países e, dada a sua elevada mobilidade, não lhes são apresentados obstáculos à fixação (Remigi *et al.*, 2017). Os mais jovens estabelecem menos laços com o país e mais levemente consideram deixá-lo, e o mesmo acontece com os mais qualificados que facilmente prosseguem a sua carreira noutro país europeu que lhes ofereça mais segurança e melhores condições, colocando em risco a prestação de serviços no RU.

5.5.2.2. *A abordagem wait and see*

Os cidadãos europeus têm ainda a hipótese de aguardar mais desenvolvimentos das negociações, sendo esta abordagem nomeada de “*wait and see*” (King, 2017a; Lulle *et al.*, 2017). Estes cidadãos, pelo menos os que cumpram os requisitos exigidos de residência permanente, têm o direito de permanecer mas podem optar por aguardar a saída de novos acordos que lhes confirmem, ou não, mais segurança para tomar uma decisão. Esta é uma abordagem adotada por aqueles que não se querem comprometer numa altura tão incerta (Lulle *et al.*, 2017), englobando todos os que, durante o período em que aguardam, se registam como residentes ou aqueles que não tomam qualquer ação.

5.5.2.3. *A permanência*

Por fim, os cidadãos europeus que pretendem continuar a residir no RU enfrentam os maiores desafios, podendo adaptar-se ou não tomar qualquer ação. É de louvar a coragem de

muitos europeus que, num período de incertezas, não concordando com a decisão tomada (não tendo tido oportunidade de participar nela) e enfrentando todo um conjunto de sentimentos desagradáveis, ainda decidem permanecer e enfrentar os desafios inerentes a essa permanência.

Os desafios da permanência

A palavra de ordem para aqueles que decidem continuar a residir no RU é insegurança. A insegurança pode ser entendida tanto relativamente ao futuro (profissional, pessoal, familiar, financeiro, identitário) como no seu sentido literal, pelo receio que estes cidadãos europeus têm de serem alvo de atos xenofóbicos e racistas no seu dia a dia (Pont e Peta, 2017). Este sentimento de insegurança perdurará até ao fim do período de transição (Remigi *et al.*, 2017). Para além desta situação, os cidadãos europeus que não querem ou que não reúnem condições para pedir PR e obter documentação que comprove a sua residência estão sob constante ameaça de serem deportados (Remigi *et al.*, 2017).

São comuns os casos de cidadãos que foram alvo de atos xenofóbicos e discriminatórios e que, nalguns casos, resultam em situações de violência (King, 2017a). O mais chocante é que estes casos se têm tornado tão comuns que nem lhes é dada a devida importância (Lulle *et al.*, 2017). Situações normais como um imigrante comunicar na sua língua podem ser levadas ao extremo com britânicos a exigirem que se fale o inglês e que voltem para o seu país (Lulle *et al.*, 2017) ou casos de ofensas e ameaças nas redes sociais ou nos próprios locais de trabalho/estudo onde os imigrantes chegam a ouvir comentários como “vai-te embora, estás a ocupar o lugar de um britânico” (Remigi *et al.*, 2017). Acontece que, em muitos casos, os alvos destes atos são cidadãos europeus que estão numa situação completamente legal e são detentores de PR (Remigi *et al.*, 2017), o que faz crer que, efetivamente, estes indivíduos/agressores não estão de todo informados e que foram completamente aliciados pelo clima nacionalista/racista incutido nos últimos anos pelos media. Estes acontecimentos fazem com que o imigrantes se reprimam por medo de represálias e cada vez se excluam e sejam, simultaneamente, excluídos da sociedade britânica.

Um outro grande desafio com que se deparam os europeus no RU pós-referendo é a dificuldade de (re)inserção ao mercado de trabalho. Esta situação verifica-se tanto com cidadãos europeus que necessitem de encontrar novo emprego ou com aqueles que, por algum motivo, desejem abandonar o emprego atual (Remigi *et al.*, 2017). Quer pela insegurança acerca da sua permanência, quer pela incerteza acerca dos seus estatutos, muitos cidadãos europeus são impedidos de aceder a empregos. Esta dificuldade acentua ainda mais a situação precária de muitos cidadãos europeus a residir em solo britânico.

As medidas de integração

A resposta mais imediata à incerteza, para os que pretendem ficar no RU e até mesmo para aqueles que apenas aguardam novos desenvolvimentos nas negociações, passa pela aquisição de documentação que comprove residência. A obtenção de PR e cidadania britânica são duas de muitas estratégias de integração adotadas por cidadãos europeus a residir no RU. Conforme se sabe, são muitas as especificidades dos requisitos para obtenção do PR e o que mais se salientou no contexto pós-referendo foi o CSI. A obrigação da posse deste documento, desconhecido por muitos mas em vigor desde 2005, aquando da aquisição de PR (e de passaportes britânicos) acabou por impedir muitos cidadãos europeus de regularizarem a residência (Remigi *et al.*, 2017). Existe depois o caso daqueles que pretendem permanecer mas não optar por nenhuma estratégia de integração (*take no action*, King, 2017b) por sentirem que é uma imposição (Remigi *et al.*, 2017). Desta forma, muitos cidadãos europeus, que optam por ficar, não têm como saber se poderão permanecer, vivendo em constante sobressalto.

As medidas de resistência

Os cidadãos europeus que decidem permanecer e são contra o *brexite* tendem a adotar medidas de resistência que passam pelo aumento da participação política e cívica. Muitos cidadãos passaram a manter-se mais informados acerca da situação política britânica e vocais acerca dos seus direitos (Pont e Peta, 2017). Com efeito, 58% dos cidadãos europeus tornaram-se, depois do referendo, mais ativos social e politicamente (Pont e Peta, 2017). O aumento da participação política assume a forma de afiliação a partidos políticos e/ou mudança de partidos para pró-europeus. Por outro lado, registou-se, a nível da intensificação da participação cívica, a participação em demonstrações públicas e formas de protesto social e nas redes sociais (Pont e Peta, 2017).

6. Análise e redação/discussão das representações acerca do brexit

6.1. Caracterização da amostra

Se se considerar que em 2016 residiam no RU 131 mil cidadãos de nacionalidade portuguesa, a amostra recolhida de 1012 inquiridos corresponderia a 0,77% do total da população. Contudo, o critério da nacionalidade omite aqueles que, tendo nascido noutro país, adquiriram nacionalidade portuguesa, assim como aqueles que têm dupla nacionalidade devido ao facto de os pais serem portugueses. Por outro lado, o critério da nacionalidade esconde aqueles que, ao adquirir cidadania britânica, deixam de constar nas estatísticas enquanto emigrantes portugueses. A amostra desta investigação contempla cidadãos de nacionalidade portuguesa que não nasceram, necessariamente, em Portugal, cuja residência em Portugal lhes permitiu adquirir cidadania portuguesa e, nessa condição, imigraram para o RU.

Dos 1012 inquiridos, 65% são mulheres e 35% são homens, o que aproxima pouco esta distribuição da que se verifica na comunidade portuguesa no RU (em 2001, 52,3% eram mulheres, Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, 2014) e que caracteriza esta emigração como masculina (Pires *et al.*, 2015). A amostra apresenta uma sobre representação do género feminino no conjunto dos inquiridos e que se justifica pela maior recetividade das mulheres em responder ao questionário, bem como a partilhá-lo com outras mulheres. Com efeito, esta maior representação feminina é comum em inquéritos *online*, como acontece na investigação levada a cabo por Peixoto *et al.* (2016) (Smith, 2008 cit. por Peixoto *et al.*, 2016).

Relativamente à distribuição etária (Figura 20), 6,3% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, 35,5% entre os 25 e os 34 anos, 34,8% entre os 35 e os 44 anos, 16,9% entre os 45 e os 54 anos e 6,5% têm mais de 55 anos. Tal disposição coincide com a distribuição etária da população portuguesa residente no RU (dados 2011 para censos de Inglaterra e País de Gales) que, apesar de organizada com diferentes intervalos etários, apresenta resultados aproximados (37,2% na faixa etária dos 25-39 anos e 29,6% na dos 40-64 anos), revelando uma predominância de indivíduos jovens adultos e adultos entre os 25 e os 39 anos (Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, 2014). Quando analisadas as faixas etárias por género é possível verificar que 37,5% das mulheres que responderam ao questionário têm entre 25 e 34 anos, ao passo que 34,5% dos homens têm entre 35 e 44 anos, reforçando o que Peixoto *et al.* (2016) referem relativamente ao facto de uma grande parte dos respondentes ser jovem (41,8% tem até 34 anos) e essa ser uma característica da migração laboral.

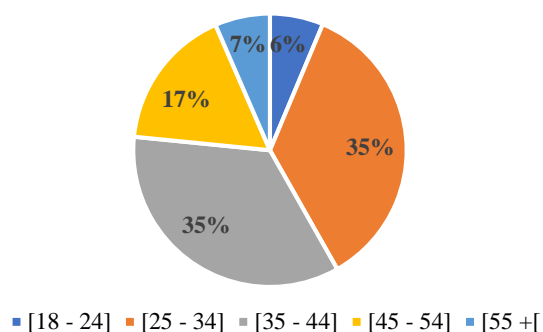


Figura 20 - Caracterização da amostra por faixa etária (%)

No que diz respeito à naturalidade dos inquiridos (Tabela 33, em anexo), é possível verificar que 7,5% nasceram em países membros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) (Angola, Moçambique, Brasil, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau), 90,5% nasceram na Europa (França, Alemanha, Suíça, Rússia, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Jersey (Ilhas *Chanel*), Moldávia e Roménia), destacando-se os 888 naturais de Portugal que perfazem 87,7% da amostra. Para além destes, 0,8% da amostra nasceram noutros países do continente africano (África do Sul, Malawi e Namíbia) e os restantes 1,2% noutros países da América, excluindo o Brasil (Venezuela, Equador, Panamá e Antilhas Holandesas).

Conforme referido anteriormente, a naturalidade não coincide muitas vezes com a nacionalidade e essa é uma realidade muito presente nas comunidades portuguesas já que o sistema português de aquisição de nacionalidade portuguesa e, por sua vez, europeia, para imigrantes é reconhecido pela sua pouca complexidade, facilitando a concessão de documentação de residência a imigrantes, bem como de cidadania portuguesa (MIPEX, 2015). No conjunto da amostra, 97,5% dos inquiridos têm nacionalidade portuguesa e, para além destes, um outro indivíduo diz ter apenas nacionalidade britânica apesar de ter nascido em Portugal, o que pode simplesmente não ser mais que um caso de dupla nacionalidade ou de perda da nacionalidade portuguesa por caducidade do passaporte. Juntamente, 2,4% dos inquiridos têm dupla ou tripla nacionalidade (dos quais 16 inquiridos têm nacionalidade portuguesa e britânica e outros 2 portuguesa e brasileira), existindo ainda um indivíduo com tripla nacionalidade (portuguesa, brasileira e britânica) e outros de dupla nacionalidade (portuguesa e angolana, grega, moldava, russa e venezuelana). São 140 os respondentes que nasceram fora de Portugal mas que têm nacionalidade portuguesa (Tabela 34, em anexo). Com efeito, os cidadãos com origem em países da CPLP e PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) usufruíram de uma maior facilidade de aquisição de nacionalidade portuguesa, fruto das fortes ligações históricas desses países com Portugal, nomeadamente até 2006, numa manifestação de integração com a política migratória (Silva, 2004 cit. por Healy, 2011; Bauböck, 2006 cit. por Healy, 2011), justificando-se, desta forma, a nacionalidade portuguesa dos respondentes que nasceram em países membros da CPLP e PALOP.

A emigração para o RU seguiu uma tendência de crescimento gradual, no entanto, verificou-se uma intensificação do ritmo de crescimento de 2000 até 2016. É possível, assim, distinguir comunidades portuguesas residentes mais antigas e mais recentes no RU. Através da análise das características da amostra, presente na Tabela 8, verifica-se que somam 45% da amostra os inquiridos que residem no RU há menos de 5 anos e são 69,4% os inquiridos que lá residem há menos de 10 anos. Conclui-se que a maioria dos respondentes ao inquérito deste estudo representa uma comunidade bastante recente, porém, é preciso ter em consideração que alguns tipos de grupos nas redes sociais nos quais o formulário foi difundido são muito utilizados para conceder apoio e um modo de integração rápido para os emigrantes recém chegados e que por serem, tendencialmente mais jovens, usam-no mais naturalidade e facilmente. Contudo, conforme confirmam Peixoto *et al.* (2016), esta é uma migração muito recente.

Tabela 8 - Tempo de residência no Reino Unido, em anos

Anos de residência	Nº	%
<1	16	1,6
[1-5[439	43,4
[5-10[247	24,4
[10-15[152	15,0
>=15	158	15,6
Total	1012	100

A distribuição geográfica dos portugueses inquiridos vem ao encontro da que é apresentada por Pires *et al.* (2015) já que, como expõe a Figura 21, a emigração portuguesa para o RU tem como principal destino Inglaterra (91% dos inquiridos face aos 94% apresentados por Pires *et al.*, 2015), o que demonstra uma dispersão ligeiramente maior dos portugueses inquiridos do que do total dos emigrados portugueses no RU. Seguidamente, surge a Escócia com 5% (48 inquiridos), o País de Gales com 3% (35 inquiridos) e, por fim, a Irlanda do Norte com 1% da amostra (12 inquiridos).

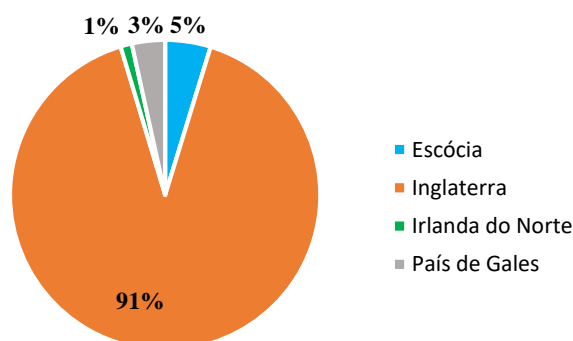


Figura 21 - Caracterização da amostra por país de residência (%)

Apesar de 91% dos respondentes residirem em Inglaterra e, dentro desses, dos 30% dos inquiridos que residem em Londres (Figura 22), nota-se uma grande dispersão da amostra, tanto por Inglaterra como pelos restantes países, confirmando os dados oficiais apresentados por Peixoto *et al.* (2016) relativamente à existência de muitas pequenas concentrações de portugueses dispersas por todo o território, assim como a concentração metropolitana e litoral destes fluxos, conforme foi apurado, igualmente, com a análise dos dados da amostra deste estudo (30% em Londres, 22,9% em *Edimburgo*, 37,1% em *Cardiff* e 34,3% em *Belfast*, Tabela 35, Tabela 36 e Tabela 37, em anexo).

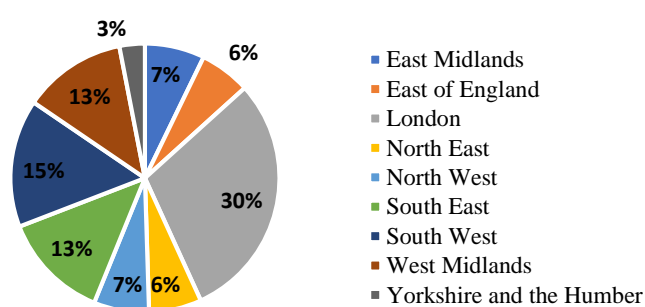


Figura 22 - Caracterização da amostra por regiões de Inglaterra (%)

A análise dos resultados respeitantes às habilitações literárias dos inquiridos revela que, de acordo com a Figura 23, 40% dos inquiridos apresentam um diploma de ensino superior (23% são licenciados, 5% pós-graduados, 9% têm mestrado e 3% são doutorados) e 35% de ensino secundário. Com habilitações literárias mais baixas/menos completas encontra-se 18% da amostra com o equivalente ao 9º ano de escolaridade completo, 5% com o ensino preparatório e 2% com o ensino primário. Com efeito, verifica-se que a maioria dos inquiridos apresenta, efetivamente, algum grau de qualificação superior e secundária, confirmando a tese apresentada por Teixeira Lopes *et al.* (2015) na qual referem que a emigração portuguesa é cada vez mais qualificada, o que contrasta muito com outros períodos emigratórios anteriores que se caracterizavam por uma mão de obra essencialmente desqualificada. Apesar disto, continua a existir uma acentuada polarização entre a comunidade portuguesa no RU ao nível das qualificações (Peixoto *et al.*, 2016). Alguns inquiridos referiram que as qualificações no RU são mais valorizadas do que as simples habilitações literárias, reforçando, para além disto, que se verifica o fenómeno contrário do *downgrading*, com respondentes a auferir rendimentos (superiores) que não correspondem às suas habilitações literárias, como testemunha um respondente: “já vi pessoas que com o 9º ano

chegam a gerentes”, no entanto, “para os portugueses pouco qualificados e mal remunerados, a qualidade de vida no RU é pouca mas ganha-se bom dinheiro”⁶.

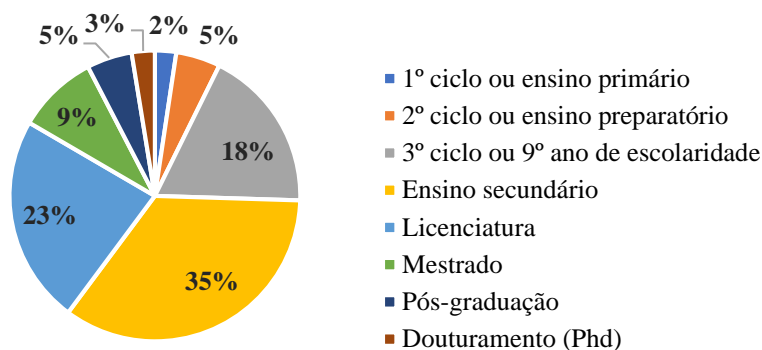


Figura 23 - Caracterização da amostra por habilitações literárias (%)

No que toca aos rendimentos anuais dos inquiridos (Figura 24), continuam a prevalecer os rendimentos mais baixos, com mais de metade da amostra (65%) a auferir rendimentos até às £30,000. Por contrário, apenas 6% dos respondentes auferem rendimentos anuais muito altos.

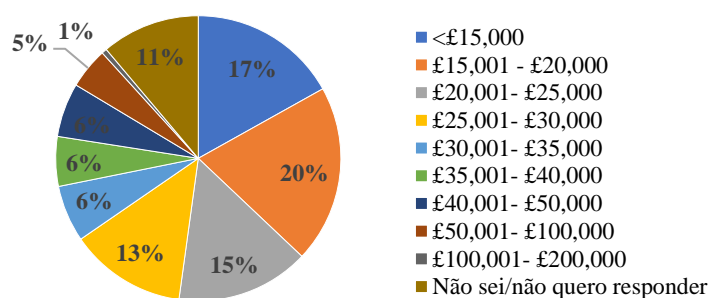


Figura 24 - Caracterização da amostra por rendimento anual (%)

Feitas as médias dos rendimentos anuais dos inquiridos e comparadas com as dos britânicos (Tabela 9) verifica-se, imediatamente, que existem grandes discrepâncias. Com efeito, os rendimentos médios anuais dos britânicos são, em todas as faixas etárias, superiores, sendo que essa diferença é mais notória na classe etária dos 18-24 anos, na qual os britânicos chegam a auferir quase o dobro dos emigrantes portugueses representados na amostra. Note-se, neste contexto, que 40% dos inquiridos frequentaram ensino superior e podem ser, por isso, considerados qualificados e altamente qualificados, ao passo que os nativos apresentam baixos níveis de qualificação (46%) e apenas 25% são altamente qualificados, como mostra a Tabela 7 (Lisenkova e Sanchez-Martinez, 2016). Assim, pode concluir-se que, claramente, verifica-se

⁶ Esta afirmação, à semelhança de outras apresentadas ao longo deste subcapítulo, foi deixada por um inquirido na última questão, aberta, no fim do questionário.

desqualificação profissional em muitos destes emigrantes portugueses, sendo essa situação mais evidente nos mais jovens. Através do cruzamento dos dados médios da amostra relativos aos rendimentos (Tabela 38, em anexo) verificou-se que à medida que as habilitações literárias aumentam, também os rendimentos anuais aumentam, contudo, esta tendência de subida inverte-se no grau de habilitações mais elevado (o doutoramento) sendo que o valor médio de rendimento anual neste grau de qualificação diminui para valores semelhantes aos que se assistem nas licenciaturas. Aparentemente, verifica-se que existe desqualificação profissional nos inquiridos altamente qualificados que, talvez por corresponderem a uma parte da amostra relativamente reduzida, auferem rendimentos que não são proporcionais às suas habilitações literárias. Neste contexto, Lulle *et al.* (2017) argumentam que o não reconhecimento das habilitações destes cidadãos europeus, associado ao fraco domínio da língua inglesa, traduz-se, em determinado período de tempo, pela perda aparente de qualificações (*downgrading*), facto que, segundo King (2017b), é prejudicial tanto para os imigrantes, como para a economia britânica.

Tabela 9 - Comparação dos rendimentos médios anuais dos inquiridos e dos britânicos (em £)

Faixa etária	Média rendimentos anuais amostra	Média rendimentos anuais britânicos
[18-24]	13 981	26 131
[25-34]	26 664	33 907
[35-44]	28 463	35 793
[45-54]	25 130	36 186
[55+]	23 795	30 916

Fonte: Office for National Statistics (2018a) Average incomes of household person (HRP), by age band for the financial year Ending 2017

A análise de dados da amostra revelou que 91% dos inquiridos estava a trabalhar antes de sair de Portugal⁷, 5,6% eram estudantes, 2,4% estavam desempregados e 1% estava a estagiar (estágio profissional). Tendo sido organizados por CAE os últimos trabalhos/empregos dos inquiridos e, sendo esta uma classificação muito específica, a distribuição dos inquiridos pelos vários grupos de CAE é muito diversa e dispersa. Dentro das secções de CAE, destacam-se, pela concentração de respondentes, a do comércio (16,3%), de alojamento e restauração (13,9%), as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (13%), a administração pública e defesa (10,2%) e as atividades de saúde humana e apoio social (9,6%) (Tabela 10). Neste sentido, é expectável que os empregos desempenhados em Portugal não difiram muito dos exercidos no RU. Com efeito, conforme apontam Peixoto *et al.* (2016), em 2014, 32% dos residentes portugueses no RU inseriam-se nas secções CAE de transportes e armazenagem e alojamento, restauração e similares, 21% nos setores financeiros e imobiliário e 18% na administração pública, educação e atividades de saúde humana e apoio social. O despoletar da crise económica em Portugal resultou

⁷ Os últimos empregos/trabalhos dos inquiridos em Portugal foram classificados em CAE, contudo, apenas 65,9% do total das ocupações referidas foram possíveis de classificar ao abrigo do CAE devido à informação incompleta fornecida que não permitiu identificar o CAE correspondente e, noutros casos, à ausência de resposta (ex.: vendedor, empresário).

num grande impulso à emigração e o RU foi o principal destino destes portugueses, especialmente, daqueles que se encontravam em situações precárias, muitas vezes devido às baixas qualificações e salários. Assim, ao analisar as grandes secções de atividade económica onde se inseriam os respondentes em Portugal, conclui-se que, efetivamente, a maioria destes empregos não exigiam altas qualificações. Efetivamente, os enfermeiros, bem como outros técnicos de saúde, engenheiros e professores portugueses estão bem representados no mercado de trabalho britânico, sendo que, na opinião deixada por um inquirido, em resposta aberta na última questão do questionário, o setor da saúde será o mais prejudicado [com o *brexít*] porque o mercado de trabalho britânico não tem trabalhadores qualificados suficientes na área. Para além deste, uma engenheira emigrante portuguesa comentou que há falta de engenheiros qualificados no RU, o que a faz sentir que “eles [os britânicos] precisam mais de mim do que eu deles e “se me quiserem dificultar o processo, saio”, deixando transparecer, de forma bem clara, a opção deliberada de manter em aberto várias hipóteses (Engbersen & Snel, 2013:33-35 cit. por King (2017b), característica principal da mobilidade líquida (Lulle *et al.*, 2017). Outro exemplo é o de um professor referiu que “os cortes brutais [na área da educação no Reino Unido] já se fazem sentir bem dentro da escola...entre professores despedidos, até mesmo falta de orçamento para material necessário”. Realça-se, assim, o facto de estes cidadãos, de elevado capital humano, serem facilmente atraídos por outras economias e a consequente necessidade de o RU fixar estes cidadãos de forma a garantir o bom funcionamento e inovação da economia britânica.

Tabela 10 - Classificação de Atividades Económicas (por secção) dos últimos empregos dos respondentes em Portugal

CAE	Nº	%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	109	16,3
Alojamento, restauração e similares	93	13,9
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	87	13,0
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	68	10,2
Actividades de saúde humana e apoio social	64	9,6
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	60	9,0
Indústrias transformadoras	59	8,8
Actividades de informação e de comunicação	29	4,3
Outras actividades de serviços	25	3,7
Transportes e armazenagem	18	2,7
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	13	1,9
Actividades financeiras e de seguros	12	1,8
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	10	1,5
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7	1,0
Construção	6	0,9
Actividades imobiliárias	4	0,6
Indústrias extractivas	2	0,3
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0,1
Total	667	100,0

n= 667

Conforme consta no Relatório da Emigração de 2013, 70% dos portugueses emigrados em Inglaterra e no País de Gales em 2011 eram ativos (empregados e desempregados), sendo apenas

25% inativos. A análise da condição perante o trabalho, já no RU, da amostra, englobando, contrariamente, a Escócia e o País de Gales, revela que são mais os inquiridos ativos (92,1%) e menos os inativos (7,9%). São 89,8% os inquiridos que têm como meio de vida, no RU, o trabalho, mostrando mais uma vez que esta é uma emigração essencialmente laboral. Para além disto, são relativamente poucos os portugueses inquiridos que recorrem, como meio de vida, a subsídios, pensões e apoios sociais (Tabela 39, em anexo), negando, mais uma vez, a perceção dos britânicos de que os imigrantes europeus que residem no RU vivem à custa de benefícios e subsídios estatais, recebendo mais do que contribuem sob a forma de pagamento de impostos (Dustmann e Frattini, 2014 cit. por Salfeld e Merritt, 2017). Neste sentido, muitos inquiridos partilham da mesma opinião acerca do diferente impacto do *brex*it nas vidas dos imigrantes no RU, comentando que aqueles que pagam os seus impostos, não têm antecedentes criminais nem problemas com a justiça, são honestos e trabalhadores, não têm de se preocupar com o *brex*it. Contrariamente, aqueles que vivem dos apoios e subsídios do Estado terão as suas vidas alteradas com o *brex*it e correm o risco de serem expulsos do RU. Também Lulle *et al.* (2017) recolheram um testemunho de uma cidadã europeia que assenta nessa mesma conceção, de que estes cidadãos, como ganham o seu próprio dinheiro, sem depender de subsídios estatais, consideravam que não estavam em risco num momento pós-*brex*it. Analisando tais opiniões, percebe-se que os respondentes pretendem distinguir-se dos cidadãos não europeus, na medida em que eles [os imigrantes europeus] tendem a contribuir mais do que a beneficiar do sistema fiscal britânico e os imigrantes não europeus recebem mais do Estado britânico sob forma de subsídios do que contribuem em impostos (Wadsworth, 2015).

Em resultado da análise do estado civil dos inquiridos percebe-se que mais de metade (53,7%) são casados ou vivem em união de facto, contrariamente aos 34,2% dos inquiridos são solteiros, 11,9% divorciados e 0,3% viúvos. São 60,2% da amostra os inquiridos que têm filhos. Apesar de estes valores poderem significar que é grande a percentagem de inquiridos que tem obstáculos à saída devido aos laços familiares, um total de 50% dos inquiridos não tem filhos ou tem filhos maiores, o que quer dizer que esta dependência pode ser relativa.

A segurança e estabilidade num RU pós-*brex*it pode ser resultado da documentação que cada um é portador e do estatuto que cada um desses documentos confere. Na amostra recolhida, 85,5% dos inquiridos não tinham adquirido o certificado de PR, 96,8% não tinham pedido a cidadania britânica mas, apesar disso, 56,1% estavam efetivamente registados no Consulado português. Com efeito, conforme referido anteriormente, as motivações que levam os cidadãos a adquirir cada um desses estatutos, assim como a registarem-se no Consulado, variam bastante, ainda para mais se se considerarem os seus custos desiguais (Sumption, 2017b). No caso dos emigrantes portugueses, à semelhança de todos os outros cidadãos europeus a residir no RU, a aquisição de PR não era obrigatória pois bastava ser cidadão europeu para ter direito à residência

no país e, por isso, são poucos os portugueses que efetivamente o possuem. Quanto à cidadania britânica, o reduzido número de emigrantes portugueses que a adquiriram justifica-se, por um lado, pela excessiva complexidade do processo e, por outro, pelo facto de a aquisição de nacionalidade do país de destino da migração, no caso português, ser mais frequente em países com uma história emigratória mais antiga com Portugal (Pires *et al.*, 2015). Salienta-se, neste contexto, que o facto de os inquiridos terem PR e/ou cidadania britânica significa que podem sair e entrar livremente no RU e, dessa forma, o impacto do *brexit* nesses respondentes e o seu efeito na alteração dos planos futuros, será inferior, conforme será abordado seguidamente.

Qual é a importância dada pelos inquiridos a estes documentos e registo? O PR é entendido por 62% dos inquiridos como importante ou muito importante (Figura 25), contudo, apenas 11,% o pediu efetivamente. A cidadania britânica, a forma mais segura de garantir a permanência no RU é, para 34% dos inquiridos, indiferente (Figura 26), sendo que, efetivamente, apenas 3,2% dos inquiridos a obteve. Por fim, o registo no Consulado português é considerado por 65% dos respondentes importante ou muito importante (Figura 27) e, neste caso, esta situação manifesta-se nos dados obtidos pois 56,1% dos inquiridos optou por fazer esse registo. Estes resultados podem ser, igualmente, uma consequência dos custos, burocracia exigida e morosidade de cada um destes documentos já que, contrariamente ao PR e à cidadania britânica, o registo consular é gratuito, apresenta um grau de complexidade muito reduzido e o seu registo é necessário, para todos os emigrantes, que desejem obter qualquer documento no RU. Alguns inquiridos expressaram, em resposta aberta, a sua opinião acerca da ineficiência do Consulado Português em Londres: “é lamentável a falta de apoio e lentidão de qualquer processo no Consulado português, por isso, quando preciso de algum documento, é preferível deslocar-me a Portugal para o obter”, quer através das redes sociais, acerca da forma como não oferece qualquer proteção para os emigrantes portugueses em contexto pós-*brexit*: “em caso de expulsão de cidadãos o consulado vai ser o último a conceder apoio”, a “segurança [da permanência no RU] de pouco ou nada tem até porque não existe qualquer tipo de oficialidade perante as autoridades britânicas” e, outro, “a minha experiência com o Consulado é muito negativa”. Efetivamente, o descontentamento com a ação do Consulado português no RU é generalizado.

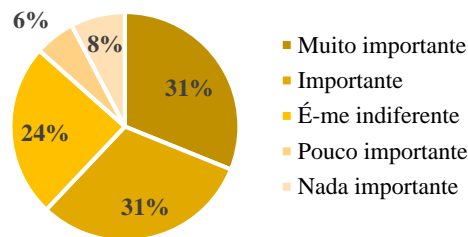


Figura 25 - Importância dada pelos inquiridos ao PR (%)

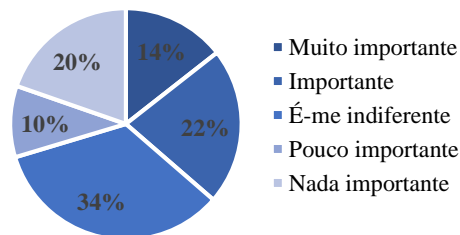


Figura 26 – Importância dada pelos inquiridos à aquisição de cidadania britânica (%)

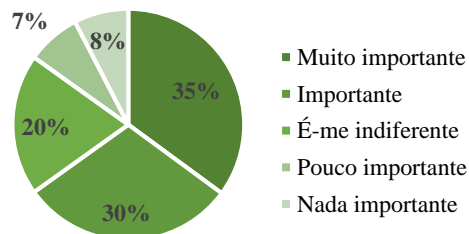


Figura 27 - Importância dada pelos inquiridos ao registo no Consulado português (%)

Cada um dos emigrantes portugueses inquiridos tem, pelo menos, cidadania portuguesa e europeia, salvo 3,2% da amostra que tem, simultaneamente cidadania britânica (fora as outras cidadanias). De forma a justificar os comportamentos e atitudes, foi necessário compreender que importância dão os inquiridos a cada uma destas três cidadanias. Em termos gerais, a cidadania mais valorizada é a portuguesa com 91% dos inquiridos a considerá-la importante ou muito importante, seguida da europeia com 88% e, a menos valorizada é a britânica (45%). Com efeito, são 14% os inquiridos que dão muito pouca importância à cidadania britânica, ao passo que apenas 2% e 1% respetivamente têm a mesma opinião acerca das cidadanias europeia e portuguesa. A menor importância relativa da cidadania britânica e a maior da portuguesa pode ser, em parte, um reflexo da pouca adesão destes portugueses emigrados à cidadania britânica, contrariamente à portuguesa que os 100% da amostra apresentam. A importância dada à cidadania europeia é, neste contexto, salientada pois o *brexit* significa que estes cidadãos a vão perder, assim como a possibilidade de usufruto dos direitos que esta confere. Neste sentido, comprova-se que os cidadãos se identificam muito mais com as cidadanias portuguesa e europeia do que a britânica, o que explica a pouca adesão dos respondentes à nacionalidade britânica, bem como o facto de os inquiridos não estabelecerem sentimentos de pertença para com o RU e, por isso, o efeito do *brexit*

nos sentimentos de pertença dos inquiridos, muitas vezes, não se manifestar, como será abordado no subcapítulo referente às representações do *brexít*.

6.2. Trajetórias e motivações migratórias

6.2.1. Trajetórias migratórias

A Figura 28 ilustra as estadias dos 19,8% da amostra que residiram noutros países para além de Portugal e do RU, sendo que 80,2% dos restantes inquiridos não residiram em mais nenhum país para além desses dois, não tendo, por isso, outra experiência migratória. Sabendo que houve inquiridos que residiram em vários países, 75,5% dos inquiridos fizeram-no noutros países da UE, das quais 50,3% dessas estadias ocorreram em Espanha, França e na Holanda. Para além destes, destaca-se o Brasil com 8% das estadias dos inquiridos. Essa mesma distribuição é visível na Figura 29 com a representação das trajetórias dos inquiridos por fluxos e na qual se salienta a grande concentração de tais fluxos (com origem e destino) na Europa.

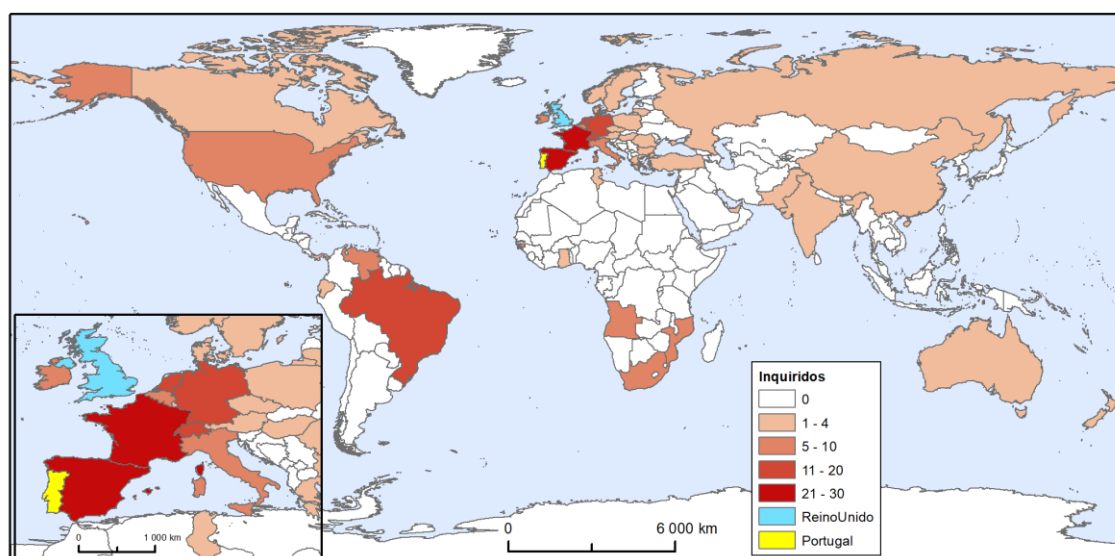


Figura 28 – Estadias dos inquiridos noutros países

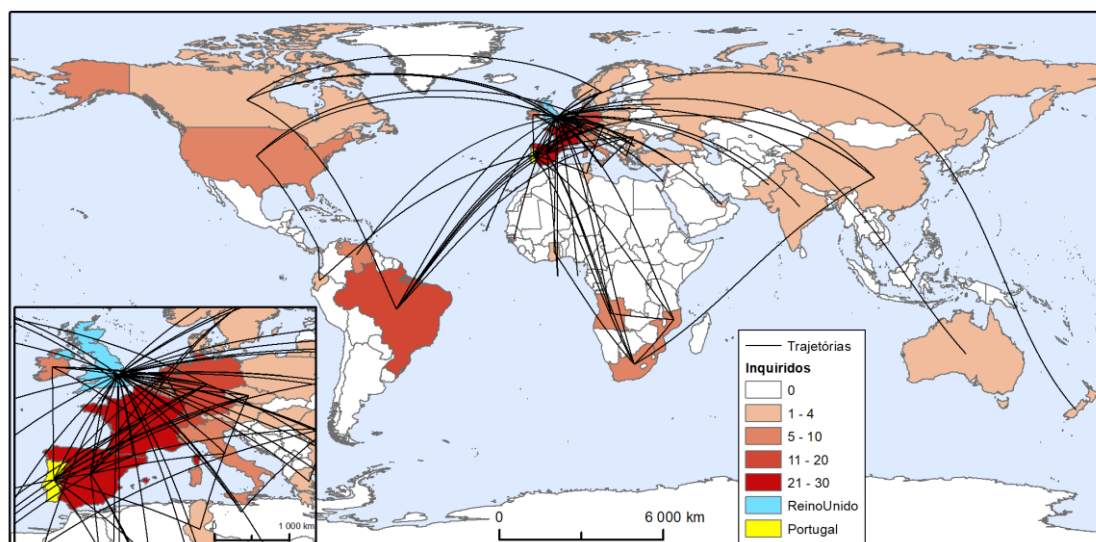


Figura 29 - Trajetórias migratórias dos inquiridos

6.2.2. Motivações migratórias

A principal motivação migratória dos jovens europeus, conforme sugerem Lulle *et al.* (2017), prende-se com a liberdade e flexibilidade da migração líquida. A análise das razões atribuídas à saída de Portugal permitiu concluir que são as questões económicas que mais levaram os inquiridos a deixar o país. Efetivamente, mais de metade dos inquiridos aponta razões de ordem económica (52%), seguidas das profissionais (27,9%), das afetivas (13,2%) e relacionadas com a formação académica (5,2%)⁸. Esta tendência vem confirmar o que Peixoto *et al.* (2016) referem acerca da predominância de razões de ordem económica e profissional mas que, no caso desta amostra, revela envolver uma maior complexidade de motivações migratórias. Registaram-se, em resposta aberta, comentários ao questionário relativos à pouca valorização das qualificações e oferta de emprego, remunerações insuficientes e pouca qualidade de vida em Portugal face ao RU e que sustentam os princípios neoclássicos que apontam para as diferenças geográficas da oferta e da procura de trabalho (diferenças económicas) enquanto fator determinante das migrações. Um inquirido, no espaço deixado para os respondentes inserirem os seus comentários, refere que “no meu grupo de amigos, qualificados e recém chegados, todos temos bons salários e uma qualidade de vida que não teríamos em Portugal”, outro sente que “aqui [no Reino Unido] valorizam as minhas qualificações, há um bom equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, em Portugal não”, referindo ainda que no RU há mais oferta de emprego, oferece-nos melhores condições profissionais, académicas e económicas, auferindo de bons salários, de maiores oportunidades de progressão na carreira e os sistemas nacionais de educação e saúde são excelentes. É necessário

⁸ A questão relativa ao motivo principal atribuído à saída dos respondentes de Portugal emigratório foi aferida por uma questão de escolha múltipla, na qual o inquirido tinha de optar entre 4 opções (razões afetivas, económicas, profissionais e de formação académica). Em seguida, de acordo com cada uma das opções de resposta escolhida os respondentes tinham hipótese de escolher várias respostas ou ainda responder outra, em resposta aberta.

relembrar que durante o período de crise económica em Portugal, a maior parte dos emigrantes saíram do país com motivações económicas e, com a posterior recuperação económica do país, a partir de 2013, assistiu-se a um abrandamento dos fluxos.

Dentro das razões económicas, o facto de Portugal não oferecer estabilidade económica é o que mais afasta os portugueses de Portugal (65,4%), a insatisfação com o estatuto socioeconómico (17,5%) e os salários baixos (33,3%) foram fatores determinantes da saída dos inquiridos de Portugal. Para além destes, os respondentes referem-se aos efeitos da austeridade no país, em resultado da crise económica, ao desemprego, bem como ao facto de, em Portugal, a partir de certa idade, não ser fácil arranjar trabalho⁹. Tais resultados confirmam os obtidos por Peixoto *et al.* (2016) que apontam para a ausência de perspetivas futuras (42,8%), o bloqueio na progressão na carreira (39%), o desemprego e os baixos salários (22,1%) como as principais razões atribuídas à saída. Acrescenta-se, neste contexto, o fator da idade dos trabalhadores. Na opinião de muitos inquiridos, Portugal não dá emprego a pessoas a partir de uma certa idade e “com 40 anos ainda se é novo para trabalhar no RU”. A justificar a saída, apontando razões profissionais, de 27,9% dos inquiridos de Portugal está a inadequação da remuneração (62,2%), a falta de trabalho na área de especialização (51,2%) e a pouca valorização profissional em Portugal (48,8%). Juntamente, alguns inquiridos justificam a saída do país com o surgimento de uma oportunidade profissional no RU, uma oportunidade de progressão na carreira e com a falta de estabilidade na carreira¹⁰. Sendo que as razões afetivas justificam a saída de Portugal de 13,2% da amostra, a emigração de amigos/familiares para o RU é a razão de ordem afetiva mais representativa (56%) e que engloba aqueles que, enquanto menores, emigraram para o RU com a família. Seguidamente, o desejo de emigrar para o RU para ter uma aventura e novas experiências representa 32,8% das razões afetivas¹¹. Também Peixoto *et al.* (2016) encontraram um peso menor das razões de saída associadas à reunificação familiar ou acompanhamento da família (8,6%) e ao desejo de realização de novas experiências (33,3%), em comparação com as razões económicas e profissionais. Por fim, as razões relacionadas com a formação académica são menos expressivas e apenas justificam a emigração de 5,3% da amostra, contudo, é possível verificar que é o facto de haver pouca valorização da área de estudos dos inquiridos (38,5%), não terem

⁹ A questão relativa ao tipo de razões económicas atribuídas à saída dos respondentes de Portugal foi aferida por uma questão de escolha múltipla, na qual o inquirido podia escolher mais do que uma opção, em 3 opções, ou ainda responder outra, em resposta aberta. As percentagens referem-se ao número de inquiridos que optaram por determinada resposta. Neste sentido, o somatório das percentagens é superior a 100%.

¹⁰ A questão relativa ao tipo de razões profissionais atribuídas à saída dos respondentes de Portugal foi aferida por uma questão de escolha múltipla, na qual o inquirido podia escolher mais do que uma opção, em 3 opções, ou ainda responder outra, em resposta aberta. As percentagens referem-se ao número de inquiridos que optaram por determinada resposta. Neste sentido, o somatório das percentagens é superior a 100%.

¹¹ A questão relativa ao tipo de razões afetivas atribuídas à saída dos respondentes de Portugal foi aferida por uma questão de escolha múltipla, na qual o inquirido podia escolher mais do que uma opção, em 2 opções, ou ainda responder outra, em resposta aberta. As percentagens referem-se ao número de inquiridos que optaram por determinada resposta. Neste sentido, o somatório das percentagens é superior a 100%.

possibilidade de prosseguir os estudos (28,8%) e não se sentirem academicamente valorizados (26,9%) em Portugal que os fez emigrar para o RU, em primeiro lugar, para estudar¹².

Tendo já sido apresentadas as razões de saída, é importante perceber o que justificou a atração do RU e que fez com que os inquiridos optassem por este e não por outro país. Estas razões apresentadas na Tabela 11 estão intrinsecamente relacionadas com as razões apresentadas anteriormente e, por isso, é previsível que os fatores de atração de ordem económica tenham mais peso na decisão de escolha do RU. Efetivamente, a maior disponibilidade de emprego (43,8%) e os melhores salários comparativamente a Portugal (43,3%) são as opções de resposta mais referidas, logo seguidas da opção relativa à família/amigos que já se encontram fixados no RU (39,1%), o domínio da língua inglesa/mais facilidade de a aprender (35,2%), a valorização das qualificações dos inquiridos (25,5%), a prosperidade económica (20,6%) e a diversidade cultural (13,7%). Com efeito, também Peixoto *et al.* (2016) apontaram, como maior fator de atratividade do RU, a procura existente no mercado de trabalho britânico e, consequentemente, a maior oferta de emprego (62,3%), porém, contrariamente, a amostra deste estudo revela uma maior importância dada à ação dos familiares e amigos já fixados no RU (39,1% face a 24,3% apontado por Peixoto *et al.* (2016), o que pode estar relacionado com o grau de qualificação mais elevado da amostra recolhida pelos autores, associado a uma menor dependência das redes migratórias, isto é, da ação de familiares e amigos.

Tabela 11 - Fatores de atração do Reino Unido (%)¹³

Fatores de atração do Reino Unido	% de respostas
A maior disponibilidade de emprego	43,8
Os melhores salários do que em Portugal	43,3
Tenho lá família e/ou amigos	39,1
O domínio da língua inglesa/mais facilidade de a aprender	35,2
A valorização das minhas qualificações	25,5
A prosperidade económica do Reino Unido	20,6
A diversidade cultural	13,7
A sociedade aberta e acolhedora	12,1
O estilo de vida alternativo e diferente de Portugal	11,0
Prosseguir com os meus estudos	8,9
Outros	4,0

n=1012

¹² A questão relativa ao tipo de razões de formação académica atribuídas à saída dos respondentes de Portugal foi aferida por uma questão de escolha múltipla, na qual o inquirido podia escolher mais do que uma opção, em 3 opções, ou ainda responder outra, em resposta aberta. As percentagens referem-se ao número de inquiridos que optaram por determinada resposta. Neste sentido, o somatório das percentagens é superior a 100%.

¹³ A questão relativa aos fatores que levaram os respondentes a escolher o Reino Unido como destino emigratório foi aferida por uma questão de escolha múltipla, na qual o inquirido podia escolher mais do que uma opção, em 10 opções, ou ainda responder outra, em resposta aberta. As percentagens referem-se ao número de inquiridos que optaram por determinada resposta. Neste sentido, o somatório das percentagens é superior a 100%.

6.3. As representações dos portugueses emigrados no Reino Unido acerca do *brexit*

Desconhecendo-se ainda o que será, efetivamente, o *brexit* e as suas implicações, é essencial perceber que representações fazem os emigrantes portugueses da situação, o que consideram que venha a ser o *brexit*, o seu impacto, o seu efeito nos sentimentos de pertença relativos ao RU e atratividade do país, bem como a sua influência no aumento dos ataques discriminatórios a cidadãos europeus e, consoante esses fatores, que medidas estão a pensar tomar para se precaverem. Formam 63,9% da amostra os respondentes que consideram que os britânicos tomaram uma decisão definitivamente errada quando optaram pelo *brexit* e outros 16,8% assumem que foi uma decisão parcialmente errada. Contrariamente, apenas 8,1% vê no *brexit* a resolução correta, o que não deixa de ser interessante se se tiver em conta que foi um voto contra os imigrantes. Apesar de disso, foi registado um comentário de um respondente, em resposta aberta, dizendo que “se pudesse votar, teria votado a saída”, compreendendo tanto a reação dos britânicos à imigração em massa que caracteriza o RU bem como o sentimento de insatisfação com a UE. Por outro lado, alguns inquiridos ainda esperam que haja um retrocesso na decisão [do *brexit*] e um deles refere que “se soubesse que o *brexit* ia acontecer, nem sequer tinha vindo para o Reino Unido”. Os inquiridos mais instruídos são mais propensos a considerar que foi uma decisão errada (89,3%) (Tabela 12), bem como aqueles que mais valorizam a cidadania europeia, contrariamente, os que auferem rendimentos mais baixos tenderam mais a considerar que foi uma decisão correta (Tabela 40 e Tabela 41, em anexo). Os inquiridos menos qualificados competem com outros imigrantes para os mesmos postos de trabalho, o que faz com que tenham uma perceção mais desagradável da imigração e, por isso, tendam a concordar com a saída (Clarke *et al.*, 2017). Para além disto, Ford e Goodwin (2017) argumentam que são os cidadãos menos instruídos, os menos informados, por consequência, os mais influenciados pelos meios de comunicação e partidos políticos, e igualmente os grandes apoiantes do UKIP que, por isso, consideram a decisão do *brexit* correta, adotando a opinião transmitida por esses meios. Contrariamente, os mais instruídos possuem mais capital humano, tirando, por isso, mais proveito da integração europeia por meio da mobilidade livre e das poucas barreiras em termos comerciais (Clarke *et al.*, 2017) e, por essa razão, não concordam com a decisão pelo *brexit*. Por outro lado, os respondentes que mais importância atribuem à cidadania europeia são aqueles que mais usufruem dos seus direitos e, por isso, os mais receosos de os perderem com o *brexit*.

Tabela 12 - Decisão do brexit, por habilitações literárias (%)

Habilitações literárias	Correta	Errada	Não sei/não tenho opinião	Nem correta nem errada	Total
1º e 2º ciclo	2,7	73	17,6	6,8	100
3º ciclo	11,4	71,7	9,8	7,1	100
Ensino secundário	9,1	81,5	5,4	4	100
Licenciatura	7,7	83	4,3	5,1	100
Outros graus de ensino superior	5,4	89,3	1,8	3,6	100
Total	8,1	80,7	6,2	4,9	100

n=1012. Chi square=40,964, df=12, p=0.000050

43,6% dos inquiridos selecionaram o termo “desiludido” como um dos que define a forma como se sentiram no momento em que ficou conhecido o resultado do referendo. Para além deste, as sensações de preocupação (39,8%), insegurança (29,8%), choque (21,6%), tristeza (20,8%), confusão (17,9%), rejeição (15,3%) e ansiedade (12,2%) são a expressão deste momento para um grande número de respondentes. Salientam-se, igualmente, os 11,6% dos inquiridos que disseram sentir-se indiferentes ao resultado. Por fim, apenas 3,1% dos inquiridos experienciaram sentimentos positivos quando souberam da decisão pelo *brexit* (entusiasmo e felicidade)¹⁴. Neste contexto, King (2017a) investigou igualmente as reações ao resultado do referendo dos jovens que estudou, assinalando os termos “choque”, “horror”, “raiva” e “tristeza”. Seria expectável que os inquiridos que residem há menos tempo no RU se sentissem mais confusos e preocupados¹⁵ porque estão, tendencialmente, menos integrados do que aqueles que residem há mais tempo e que, por isso, têm o seu estatuto e direitos mais bem definidos e estão mais integrados. No entanto, não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre as principais reações ao resultado do referendo e o tempo de residência¹⁶.

Num contexto pós-*brexit* as principais preocupações pós-*brexit* dos inquiridos prendem-se, por grau de importância, com questões económicas, como o impacto e a instabilidade económica (68,6%), a incerteza relativamente ao futuro (56,8%), as restrições à livre circulação europeia (41,5%) e com o receio de serem alvo de xenofobia/discriminação (34,8%). No contexto das preocupações pós-*brexit*, Lulle *et al.* (2017) identificaram, nos seus entrevistados, preocupações relativas às oportunidades de trabalho futuras e possível discriminação. Não foram encontradas

¹⁴ A questão relativa aos termos que melhor descrevem a reação dos respondentes ao *brexit* foi aferida por uma questão de escolha múltipla, na qual o inquirido podia escolher mais do que uma opção, em 16 opções, ou ainda responder outra, em resposta aberta. As percentagens referem-se ao número de inquiridos que optaram por determinada resposta. Neste sentido, o somatório das percentagens é superior a 100%.

¹⁵ De forma a aferir a existência de qualquer relação estatística entre a variável das reações ao *brexit* e o tempo de residência no RU, foram apenas tidos em consideração na análise os termos que registaram 100 ou mais respostas, tendo sido os restantes agrupados na categoria “outros”.

¹⁶ Chi square=39,942, df=32, p=0.4081.

relações estatisticamente significativas entre as principais preocupações pós-*brex* e o género¹⁷, a faixa etária¹⁸ e as habilitações literárias¹⁹ dos respondentes.

O *brex*, na maioria, não alterou os sentimentos de pertença dos inquiridos, com 53,6% da amostra a referir que não se sente nem indesejado nem desintegrado, o que pode significar que esses sentimentos de pertença, para com o país de destino, podem não ter sido estabelecidos com o RU, em primeiro lugar ou pode indicar que estes respondentes estão bem integrados e que compreendem as razões que justificaram o *brex*. Contudo, 28,9% confirmam que o *brex* os fez deixar de se sentir bem-vindos ao RU, afetando, assim, a sensação de pertença, enquanto traço identitário (Ortiz, 2013) que estabeleceram com o país. A criação deste sentimento para com o país de destino não é um processo imediato aquando da chegada, mas sim um processo que implica uma maior consolidação dos laços com o país, o que justifica o facto de os respondentes residentes no RU há um maior número de anos serem aqueles cujos sentimentos de pertença mais saíram afetados em consequência do *brex* (Tabela 13). A aquisição de PR, como meio ou não, de adquirir cidadania britânica “contribui para o desenvolvimento de sentimentos de pertença (...) com grande força simbólica” (Ortiz, 2013:171). Neste contexto, procuraram-se relações entre o efeito do *brex* nos respondentes com PR²⁰ e cidadania britânica²¹ que não são, no conjunto da amostra, estatisticamente significativas.

Tabela 13 - A forma como o *brex* afetou os sentimentos de pertença para com o Reino Unido, por tempo de residência no país (%)

Anos de residência	Fez-me sentir desintegrado, que não pertenço aqui	Fez-me sentir indesejado, que não me querem aqui	Não me fez sentir indesejado nem desintegrado	Não sei	Outros	Total
<1	12,5	25,0	56,3	6,3	0,0	100,0
[1-5[13,2	25,1	60,1	0,5	1,1	100,0
[5-10[14,2	31,2	52,6	0,4	1,6	100,0
[10-15[23,0	32,9	41,4	0,7	2,0	100,0
>=15	20,3	32,3	46,2	0,6	0,6	100,0
Total	16,0	28,9	53,3	0,6	1,3	100,0

n=1012. Chi square=33,402, df=16, p= 0.007

Nigel Farage, enquanto líder do UKIP, num dos seus polémicos discursos (abril de 2016), acusou os imigrantes europeus de, fruto de uma livre circulação incontrolável, afetarem a vida dos britânicos, representando ainda uma ameaça à segurança no clima de perigo e terror que a Europa enfrenta (Clarke *et al.*, 2016). No contexto desta afirmação, 32,6% dos inquiridos dizem discordar totalmente, 20,2% discordam parcialmente e uns surpreendentes 31,9% concordam

¹⁷ Chi square=2,915, df=3, p=0.405.

¹⁸ Chi square=6,585, df=12, p=0.8838.

¹⁹ Chi square=26,748, df=21, p=0.1794.

²⁰ Chi square=1,674, df=4, p=0.795.

²¹ Chi square=5,078, df=4, p=0.279.

parcial ou totalmente com estes argumentos. Os inquiridos mais instruídos são os mais propensos a discordar de tais argumentos (73,2%) (Tabela 14), relacionando-se esta questão, novamente, com o que Ford e Goodwin (2017) indicaram acerca do pouco nível de instrução dos apoiantes do UKIP.

Tabela 14 - Concordância com o discurso anti-imigratório de Nigel Farage, por habilitações literárias (%)

Habilitações literárias	Concordo	Discordo	Indiferente	Total
1º e 2º ciclo	29,7	37,8	32,4	100
3º ciclo	39,7	37	23,4	100
Ensino secundário	38,5	48,4	13,1	100
Licenciatura	26,4	61,7	11,9	100
Outros graus de ensino superior	18,5	73,2	8,3	100
Total	31,9	52,8	15,3	100

n=1012. Chi square= 80,236, df=8, p=0.000

Tornou-se interessante perceber se os inquiridos consideravam que o *brexite* iria ter algum impacto nas suas vidas em 2018 e, efetivamente, 43,3% referiram que provavelmente sim e outros 23,7% que provavelmente não, sendo, apesar disto, maior a percentagem daqueles que pensam que certamente o *brexite* terá impacto nas suas vidas este ano (22,4%) do que os que consideram, com certeza, que não terá (5,8%). Os inquiridos mais propensos a admitir que o *brexite* terá impacto nas suas vidas são aqueles que auferem rendimentos anuais inferiores (74,4%) (Tabela 15) e que são menos escolarizados (75,5%) (Tabela 16). Conforme testemunhado por alguns respondentes em respostas abertas, o custo de vida aumentou desde o referendo, sendo tal situação mais evidente nos preços das rendas e nos bens essenciais como a alimentação e, assim, os salários mais altos do RU [em comparação com os de Portugal] “estão a deixar de compensar devido ao aumento do custo de vida” e, logicamente, quem mais experiencia essa situação são os cidadãos que auferem rendimentos inferiores. Um outro inquirido comentou que um outro impacto do *brexite* visível é ao nível dos entraves que começam a ser colocados aos europeus, até a nível bancário, pois conhece “casos de europeus que querem abrir contas bancárias e deparam-se com mais obstáculos e restrições”. Apesar disto, os respondentes podem igualmente referir-se ao impacto do *brexite* na esfera legal, ao nível dos estatutos e direitos, essencialmente, enquanto cidadãos europeus, já que é nessa condição que a maioria dos inquiridos se encontram a residir no RU. Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre o impacto do *brexite* na vida dos respondentes e a faixa etária²², o estatuto de PR²³, de cidadão britânico²⁴ nem tempo de residência no RU²⁵.

²² Chi square=11,323, df=8, p=0.184.

²³ Chi square=1,550, df=2, p=0.461.

²⁴ Chi square=1,781, df=2, p=0.461.

²⁵ Chi square=10,025, df=8, p=0.263.

Tabela 15 - Impacto do brexit na vida dos respondentes em 2018, por rendimentos anuais (%)

Rendimento	Sim impacto	Não impacto	Ser-me-á indiferente	Total
Até £20,000	74,4	22,7	2,9	100,0
£20,001 - £30,000	57,8	37,3	4,9	100,0
£30,001 - £40,000	59,8	36,9	3,3	100,0
£40,001- £50,000	72,6	25,8	1,6	100,0
Igual ou superior a £50,001	64,2	26,4	9,4	100,0
NS/NR	60,2	28,3	11,5	100,0
Total	65,7	29,5	4,7	100,0

n=1012. Chi square= 41,001, df=10, p=0.000011

Tabela 16 - Impacto do *brexit* na vida dos respondentes em 2018, por habilitações literárias (%)

Habilitações literárias	Sim impacto	Não impacto	Ser-me-á indiferente	Total
1º e 2º ciclos	75,7	24,3	0,0	100,0
3º ciclo	71,2	22,8	6,0	100,0
Ensino secundário	64,1	29,6	6,3	100,0
Licenciatura	60,0	36,2	3,8	100,0
Outros graus de ensino superior	66,7	29,8	3,6	100,0
Total	65,7	29,5	4,7	100,0

n=1012. Chi square=16,999, df=8, p= 0.030

Desde o referendo, em junho de 2016, que os incidentes discriminatórios e atos xenofóbicos para com imigrantes europeus aumentaram e tornaram-se tão comuns que nem lhes é prestada a devida atenção (Lulle *et al.*, 2017), em consequência da atmosfera negativa criada pelo *brexit* (Lulle *et al.*, 2017), sendo que acontecem mesmo a imigrantes completamente documentados e legalizados (Remigi *et al.*, 2017), o que revela a falta de informação. No conjunto da amostra recolhida, 11,5%, uma percentagem razoável, foi, lamentavelmente, alvo de incidentes discriminatórios e/ou atos xenofóbicos, sendo que outros 19,4%, não os experienciando, conhecem casos dessa natureza. Contudo, é de salientar os 41% dos inquiridos que, não tendo sido alvo, não estão familiarizados com estas situações. No total, e sabendo que 116 inquiridos foram alvo deste tipo de incidentes, a criação de sentimentos de pertença para com o RU é dificultada (Ortiz, 2013).

Com efeito, alguns respondentes expressaram a sua opinião acerca da discriminação e xenofobia de que são alvos, dizendo, por exemplo que “a xenofobia que sofri aqui [no Reino Unido] não é diferente da que sofri quando cheguei a Portugal vinda de Moçambique” mas outros confirmando que desde o referendo “senti muito na pele o racismo da maioria dos ingleses e não só”, notando “uma maior liberdade para atacar imigrantes por parte dos cidadãos britânicos”. Neste contexto, Lulle *et al.* (2017) referem que os cidadãos europeus antes do referendo, auferiam um estatuto invisível (europeus, brancos e legais) e que, com referendo, ganharam visibilidade e

isso tornou-os comparáveis a todos os restantes imigrantes a residir no RU e alvos, na mesma medida, de xenofobia e discriminação.

O sentimento de revolta e injustiça pode levar a que os cidadãos assumam medidas de resistência (ao *brexít*) que passam pelo aumento da participação política, social, sob forma de protestos e, mas não só, com recurso às redes sociais. Este tipo de demonstrações são, contudo, uma minoria no conjunto da amostra recolhida. Com efeito, 92,2% dos inquiridos diz não ter adotado medidas de resistência. Os restantes 7,8% da amostra que optaram pela sua adoção apontaram para um aumento da participação política em 81% dos casos sob forma de participação nas eleições locais e intensificação da participação em manifestações públicas em 36,7% desses inquiridos. Para além destas, os respondentes apontam ainda outras formas de protesto social contra o *brexít* (dentro e fora das redes sociais) que passam pela demonstração do descontentamento aos britânicos, organização de grupos de apoio a cidadãos europeus, destacando um dos inquiridos que foi o primeiro português a organizar uma campanha deliberada contra o *brexít* mesmo antes do referendo e, enquanto deputado, apelou à maior participação dos europeus na cena política e social. Neste sentido, os resultados confirmam o que Pont e Peta (2017) referem acerca de os cidadãos europeus se terem tornado, em resultado do *brexít*, mais ativos social e politicamente, apesar de a adoção deste tipo de medidas não ter tido uma adesão significativa no seio da amostra (apenas 7,8%).

Os inquiridos com idades entre os 35 ou mais anos (Tabela 42, em anexo) e que residem no RU há mais tempo (10 ou mais anos) (Tabela 17) são os mais favoráveis à adoção de medidas de resistência. Os respondentes que residem há mais tempo no RU já estabeleceram, à partida, mais laços com o país e, dessa forma, são os que mais têm a perder com o *brexít*. Para além disso, a oposição à adoção de medidas de resistência pode manifestar-se como uma característica da migração líquida (Lulle *et al.*, 2017) pois distingue uma mobilidade jovem, instruída e que, pela sua imprevisibilidade intencional, tende a não prolongar muito as suas estadias, o que, neste contexto, significa que residem há menos tempo no RU. Nesta perspetiva, os inquiridos mais favoráveis à adoção de medidas de resistência são também aqueles que dão mais importância à cidadania europeia (Tabela 43, em anexo) pois, sendo que o *brexít* coloca em risco os privilégios de que estes cidadãos auferem por fazerem parte da UE, os respondentes tendem a reforçá-los (através do exercício do direito, enquanto cidadão europeu no RU, a votar nas eleições locais) e a manifestarem-se contra o *brexít*. Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre a adoção de medidas de resistência e os rendimentos²⁶ e as habilitações literárias²⁷.

²⁶ Chi square=4,836, df=4, p=0.436.

²⁷ Chi square=3,610, df=4, p=0.461.

Tabela 17 - Adoção de medidas de resistência, por tempo de residência no Reino Unido (%)

Anos residência	Não medidas resistência	Sim medidas resistência	Total
<1	100,0	0,0	100,0
[1-5[94,3	5,7	100,0
[5-10[93,5	6,5	100,0
[10-15[87,5	12,5	100,0
>=15	88,0	12,0	100,0
Total	92,2	7,8	100,0

n=1012. Chi square=13,241, df=4, p=0.010

As muitas dúvidas acerca da relação do RU com a EU e, em consequência disso, dos estatutos dos cidadãos europeus a residirem no país, por agora, podem colocar em causa a atratividade do RU para os imigrantes europeus. Com efeito, o RU continua um destino atrativo (43,6%) e muito atrativo (26,2%), sendo que são poucos os inquiridos que consideram que perdeu toda a sua atratividade (3,9%). Assim, estes resultados coincidem com aqueles apresentados pela empresa de consultoria KPMG (2017), onde consta que o RU perdeu alguma da sua atratividade mas continua desejável. Os inquiridos mais propensos a considerar que o RU continua a ser atrativo são os que residem há menos tempo (no máximo há 4 anos) (Tabela 18) e que auferem rendimentos anuais superiores (83%) (Tabela 44, em anexo). Não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa entre o efeito do *brexit* na atratividade do RU e as habilitações literárias²⁸. Efetivamente, conforme discutido no capítulo referente ao contexto migratório britânico, o mercado de trabalho britânico é extremamente atrativo para cidadãos qualificados e não qualificados, no entanto, existe uma grande necessidade de mão de obra desqualificada para o mercado de trabalho secundário que, de acordo com a teoria de Piore (1986), é caracterizado por baixos rendimentos e pela mão de obra imigrante. Neste sentido, é expectável que as necessidades deste mercado de trabalho se mantenham e, dessa maneira, se mantenha igualmente a capacidade de o país atrair mão de obra imigrante, na mesma medida em que atraía antes do referendo. Esta perceção relativamente à atratividade pós-referendo do RU difere, contudo, para aqueles que lá residem pois tende a diminuir com o aumento do tempo de residência. Com efeito, os respondentes que já vivem no RU há mais tempo tendem a perder esta perceção porque, possivelmente, já assistiram a fases de crescimento económico superior, marcadas por uma maior disponibilidade de emprego, melhores salários e um custo de vida inferior ao verificado atualmente. Contrariamente, os respondentes que chegaram nos últimos 4 anos ao RU não têm essa perceção pois já o fizeram num período de relativa recuperação e crescimento económico (depois de 2014) em resultado da aplicação de medidas de austeridade e, consequente, aumento do emprego.

²⁸ Chi square=9,841, df=8, p=0.276.

Tabela 18 - O efeito do brexit na atratividade do Reino Unido, por tempo de residência no país (%)

Anos de residência	Atrativo	Nem atrativo nem pouco atrativo	Pouco atrativo	Total
<1	81,3	12,5	6,3	100,0
[1-5[75,9	13,7	10,5	100,0
[5-10[64,0	20,6	15,4	100,0
[10-15[68,4	21,1	10,5	100,0
>=15	62,0	17,7	20,3	100,0
Total	69,8	17,1	13,1	100,0

N=1012. Chi square=13,241, df=4, p=0.010

Tendo em conta que a atratividade do RU não foi, na opinião da maioria dos inquiridos, comprometida pela decisão pelo *brexit*, é coerente que os mesmos queiram continuar a residir no RU. Efetivamente, essa situação confirma-se com 49% da amostra a manifestar a vontade, ainda que imediata, de permanecer no RU e a incerteza de 17% dos inquiridos. Moreh *et al.* (2016) investigaram, no contexto dos planos futuros e as estratégias de integração dos imigrantes - portugueses, romenos e polacos - a residir no RU à luz do *brexit*, num momento anterior ao referendo e verificaram que os cidadãos das três nacionalidades manifestaram intenções de permanecer no RU. Porém, os restantes 34% pensaram em sair do RU mal souberam do resultado do referendo. De acordo com KPMG (2017), são os cidadãos europeus mais qualificados, jovens e com melhores remunerações que tendem mais a decidir sair do RU. Efetivamente, são os inquiridos mais instruídos (48,2%) (Tabela 19) e que apresentam rendimentos médios (44,3%) (Tabela 20) os mais favoráveis à saída do país. Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre a concordância com a saída do RU e o tempo de residência²⁹ e a faixa etária³⁰. Com efeito, são os cidadãos europeus com maior capital humano que mais ponderam deixar o RU e rumar a outra grande economia concorrente. Assim, o RU corre sério risco de sofrer uma “fuga de cérebros” (KPMG, 2017), colocando em causa a inovação e crescimento económico britânico, o que exige um maior esforço da parte do governo no desenvolvimento de um regime migratório atrativo para estes cidadãos e uma lei de cidadania facilitada, reconhecendo a necessidade de fixar tais talentos (Murray, 2016).

Tabela 19 - Concordância com a sua saída, enquanto imigrante, do Reino Unido, por rendimentos anuais (%)

Rendimentos anuais	Concordo com a saída	Discordo da saída	Não sei	Total
Até £20,000	30,1	48,0	21,9	100,0
£20,001 - £30,000	34,5	53,7	11,8	100,0
£30,001 - £40,000	44,3	40,2	15,6	100,0
£40,001- £50,000	33,9	59,7	6,5	100,0
Igual ou superior a £50,001	36,2	46,8	17,0	100,0
NS/NR	29,2	45,1	25,7	100,0
Total	33,4	49,2	17,4	100,0

n=1012. Chi square=29,802, df=10, p=0.001

²⁹ Chi square=7,768, df=8, p=0.456.³⁰ Chi square=13,231, df=8, p=0.104.

Tabela 20 - Concordância com a sua saída, enquanto imigrante, do Reino Unido, por habilitações literárias (%)

Habilitações literárias	Concordo com a saída	Discordo da saída	Não sei	Total
1º e 2º ciclo	24,3	41,9	33,8	100,0
3º ciclo	26,1	49,5	24,5	100,0
Ensino secundário	27,1	54,1	18,8	100,0
Licenciatura	40,9	47,2	11,9	100,0
Outros graus de ensino superior	48,2	44,6	7,1	100,0
Total	33,4	49,2	17,4	100,0

n=1012. Chi square=58,683, df=8, p=0.000000

6.4. Os planos futuros

6.4.1. Obstáculos à saída

Na mesma medida em que existem obstáculos à fixação num país, existem simultaneamente obstáculos à saída. Remigi *et al.* (2017) contribuem para esta questão, coletando testemunhos de cidadãos europeus, de diversas nacionalidades, acerca do efeito do *brexite* nas suas vidas e na sua identidade, deixando de saber onde pertencem e onde a sua presença é desejada, vivendo, por isso, no limbo. Com efeito, são muitos os motivos que atrasam e dificultam a tomada de decisão de deixar um país, obrigando os cidadãos, muitas vezes, a permanecer num país no qual já não querem residir e que não os valoriza mas que não têm possibilidades de o fazer (Remigi *et al.*, 2017). No entanto, muitos desses obstáculos não são reais e baseiam-se na simples falta de informação. No conjunto da amostra, 67% dos inquiridos refere que não existem obstáculos à saída, sendo que apenas 33% reconhecem a sua existência. Tais resultados poderão ser justificados por uma eventual interpretação menos correta da pergunta do questionário por parte dos respondentes que apenas consideraram obstáculos formais e/ou podem não querer assumir que estes existem. Apesar disto, os 339 inquiridos que referem que existem efetivamente obstáculos destacam como principais a questão dos descontos para a reforma (22,5%), o facto de se ter filhos a cargo (20,2%) e possuir uma casa (14,8%), sendo também de salientar o facto de ter contas bancárias em bancos britânicos. Um respondente que entrou em contacto, num momento posterior à resposta ao questionário, disse que considera “que se vai assistir a uma enorme vaga de europeus a sair do Reino Unido depois do período escolar acabar (...) devido ao facto de muitos europeus terem filhos na escola”. Porém, é possível concluir que muitos destes obstáculos estão apoiados, efetivamente, numa generalizada falta de informação prestada a estas pessoas pois, tanto os descontos para a reforma como o dinheiro em contas bancárias no RU, são transferíveis para outro país europeu (exclui-se, nesta questão, a hipótese de futuramente estas facilidades serem diminuídas em consequência da saída britânica da UE) e, neste contexto, a sua portabilidade não é tida em conta. Com efeito, alguns respondentes, na resposta aberta do questionário, assumem que o único entrave é a situação patrimonial, “tenho casa, bom carro, bom

trabalho”, realçando o grande investimento que fizeram no RU e que podem não ter possibilidade de reaver se deixarem o país.

Um terço dos inquiridos admite a existência de obstáculos à saída. São os respondentes mais jovens (18-34 anos) aqueles que consideram que existem mais obstáculos à saída (Tabela 45, em anexo). Contrariamente, os inquiridos que não têm PR (Tabela 21) nem cidadania britânica (Tabela 22) são menos propensos a admitir que existem obstáculos à saída. Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre a existência de obstáculos e o género³¹, o tempo de residência³², o estado civil³³, o facto de se ter filhos³⁴ e a condição perante o trabalho³⁵. Para os mais jovens, o futuro tende a ser mais incerto, devido à maior imprevisibilidade do que aquela que os mais velhos assistiram, o que os impede de fazer planos a longo prazo pois, também em consequência dos ciclos económicos mais instáveis, as oportunidades de emprego são menores e oferecem menos estabilidade. Assim sendo, os mais velhos veem, com uma maior facilidade, a saída do RU, ao passo que os mais novos tendem a ser mais cautelosos e a ter mais em consideração os obstáculos. Para além disto, são também os respondentes com esta idade os mais propensos a terem filhos a cargo. Por outro lado, os inquiridos que adquiriram PR e/ou cidadania britânica tendem mais a achar que existem obstáculos pois, apesar de isso significar que podem sair e regressar ao RU sem impedimentos, sempre que o desejarem, esse foi um investimento monetário, identitário e cultural. Desta forma, são, à partida, os respondentes que mais se identificam e estabeleceram sentimentos de pertença para com o RU, aqueles que mais reconhecem os obstáculos à saída, isto é, quanto maior for o vínculo ao RU, maior serão os obstáculos à saída dos inquiridos do país. Neste sentido, e sendo que a mobilidade líquida confere espontaneidade às decisões migratórias, assume-se que é responsável pelos restantes dois terços dos respondentes que argumentam não ter obstáculos à saída.

Tabela 21 - Obstáculos à saída, por respondentes com PR (%)

Tem PR	Não obstáculos	Sim obstáculos	Total
Não	67,6	32,4	100,0
Sim	57,8	42,2	100,0
Total	66,5	33,5	100,0

n=1012. Chi square=4,496, df=1, p=0.34

Tabela 22 - Obstáculos à saída, por respondentes com cidadania britânica (%)

Tem cidadania britânica	Não obstáculos	Sim obstáculos	Total
Não	67,2	32,8	100,0
Sim	43,8	56,3	100,0
Total	66,5	33,5	100,0

³¹ Chi Square=1,791, df=1, p=0.181.

³² Chi Square=9,423, df=4, p= 0.051.

³³ Chi Square=3,845, df=3; p=0.279.

³⁴ Chi Square=0,462, df=1, p=0.497.

³⁵ Chi square=2,343, df=1, p=0.126.

Previsto para 29 de março de 2019 a saída oficial do RU da UE, estima-se que exista um período de transição de cerca de dois anos, a decorrer até março de 2021, no qual se prevê que algumas diretivas europeias se mantenham em vigor como é o caso da livre circulação. Os planos futuros foram, desta forma, divididos em dois períodos.

6.4.2. Planos futuros até 2019

Sendo que este primeiro período de análise está menos distante, as respostas dos inquiridos são dadas com um maior grau de certeza e, assim, é possível concluir, como mostra a Figura 30, que a grande maioria pretende permanecer no RU (52%) e uma outra grande parte da amostra vai aguardar até à data do fim das negociações para tomar a decisão de ficar ou sair do RU (42%). São visivelmente poucos os inquiridos que pretendem sair do RU antes de o *brex* se efetivar (6%). Com efeito, estes resultados coincidem com os da empresa de consultoria KPMG (2017) sendo que a maioria dos envolvidos nessa investigação (45% face aos 52% da amostra) pretendem permanecer no RU, um grande número de inquiridos prefere aguardar antes de tomar uma decisão (35% face a 42% da amostra) e poucos decidem deixar o país em resultado do *brex* (8% face a 6% da amostra). Estes resultados coincidem igualmente com o que King (2017a) expôs relativamente ao facto de a maioria dos respondentes da sua investigação terem referido que o *brex* não alterou os seus planos futuros mas também uma grande percentagem dos inquiridos ter adotado a estratégia *wait and see*, estando a decisão da saída dependente do resultado final do *brex*.

Muitos destes inquiridos que dizem planear ficar no RU, independentemente do *brex*, justificam essa decisão com razões intrínsecas a Portugal, confirmando o que Pereira (2014) argumenta, como o facto de “estou aqui [no Reino Unido] porque Portugal não conseguiu fazer por mim o que aqui consegui”, “Portugal continua a não criar condições para o retorno dos emigrantes”, “assim que o meu país adquirir condições para trabalhar, eu pretendo voltar” e “só volto para Portugal se for obrigada”. Um outro respondente refere que, num contexto pós-*brex* mais restritivo relativamente à fixação de imigrantes, “se sair do RU e procurar emprego noutro país nesta altura, será muito mais difícil voltar a entrar”. Por outro lado, alguns respondentes afirmaram, manifestando o efeito do *brex* nos seus sentimentos de pertença, que “não estou pronto para afundar num país que não me deseja” e que “se não me querem aqui, por que vou insistir?”.

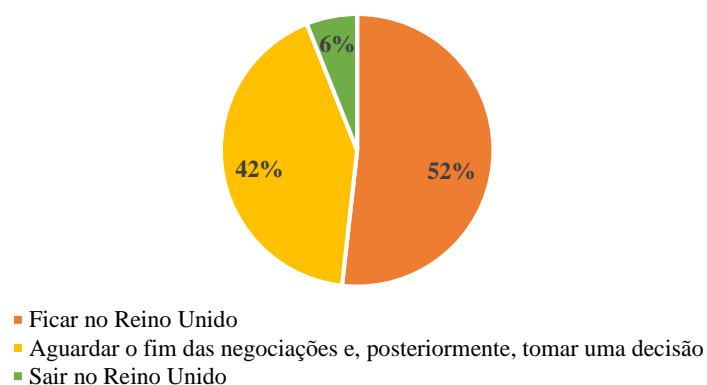


Figura 30 - Planos futuros até março de 2019 (%)

Os inquiridos mais favoráveis à saída até 2019, confirmando o que se verificou com a análise da variável concordância com a sua saída do país e contrariando ligeiramente o indicado pelo estudo da consultora KPMG (2017), são aqueles que auferem rendimentos anuais médios (Tabela 23). Estes respondentes, com estatuto económico mais baixo, serão, tendencialmente, mais afetados pelas consequências económicas do *brex*it, como a perda de valor da libra, o aumento do custo de vida e a redução dos salários e, por isso, consideram que a permanência no RU deixa de compensar. Não se verificaram relações estatisticamente significativas entre os planos futuros até 2019 e a faixa etária ³⁶ e o tempo de residência no RU ³⁷. Um respondente, em diálogo através das redes sociais, justificou a sua saída do RU neste período com o facto de “tendo mulher e filho não vou querer viver nessa insegurança de, de um momento para o outro, trocarem as regras para ganho político”, referindo-se à prioridade da definição do estatuto dos cidadãos europeus “como moeda de troca” durante as negociações, confirmando o que Remigi *et al.* (2017) apontam relativamente à sensação, entre muitos europeus, de que o governo tirou partido da sua presença no RU com o objetivo de conseguir um melhor acordo com a EU.

Tabela 23 - Planos futuros até março de 2019, por rendimentos anuais dos respondentes (%)

Rendimentos anuais	Aguardar o fim das negociações	Ficar no RU	Sair do RU	Total
Até £20,000	43,2	50,9	5,9	100,0
£20,001 - £30,000	41,5	51,6	7,0	100,0
£30,001 - £40,000	37,7	54,1	8,2	100,0
£40,001- £50,000	32,1	61,5	6,4	100,0
Igual ou superior a £50,001	31,9	66,0	2,1	100,0
NS/NR	56,6	41,6	1,8	100,0
Total	42,2	51,8	6,0	100,0

n=1012. Chi square=22,810, df=10, p=0.011

³⁶ Chi square=6,673, df=8, p= 0.572.

³⁷ Chi square=6,769, df=8, p=0.562.

Apesar de 52% dos inquiridos desejarem ficar no RU até 2019 (fora os que ainda vão aguardar mais progressos nas negociações antes de tomar uma decisão), 51,9% planeiam adotar estratégias de integração³⁸ nesse período³⁹. Contudo, Moreh *et al.* (2016) descobriram que os portugueses (e os polacos) se mostram mais dispostos a adotar estratégias de integração cívica, por corresponder a vagas mais antigas de imigração (face aos polacos e romenos) e por terem mais a perder caso saiam do RU.

Os inquiridos que auferem rendimentos mais baixos e médios são os mais favoráveis à adoção de estratégias de integração (Tabela 24), bem como aqueles que não têm cidadania britânica (53%) (Tabela 25). Os respondentes com rendimentos anuais mais reduzidos são, tendencialmente, os menos instruídos e que mais têm a recear quando for aplicado um novo regime migratório que, conforme prevê Vargas-Silva (2016), estará dependente das qualificações e rendimentos dos imigrantes dos imigrantes. Neste contexto, King (2017a), refere que esse conjunto de imigrantes, os menos qualificados e remunerados, podem não ter condições económicas para provar a residência nem toda a burocracia que o processo envolve. Assim, compreende-se que estes respondentes, que apresentam condições económicas mais desfavoráveis, sejam mais propensos a adotar estratégias de integração até à saída oficial do RU da UE. Juntamente, são os respondentes que não adquiriram cidadania britânica e, por isso, sem pleno acesso à residência no RU, que mais tendem a adotar estratégias de integração, das quais se destacam a própria aquisição de cidadania britânica. Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre a adoção de estratégias de integração e a faixa etária⁴⁰, a posse de PR⁴¹ e o tempo de residência no RU⁴². Com efeito, 46,2% dos inquiridos pretendem solicitar o certificado de PR, 17,4% desejam adquirir a cidadania britânica e 12,2% planeiam registar-se no consulado português, havendo outros inquiridos a referir que vão passar a estar sem se ausentar, durante períodos mais longos do RU, sendo esse um requisito essencial à obtenção de PR. No estudo conduzido por Moreh *et al.* (2016), 48% dos portugueses desejam pedir a cidadania britânica. O recurso aos certificados de PR pode indicar que estes inquiridos optaram por seguir o Conselho do Consulado em Londres acerca da aquisição de documentação que comprove a residência enquanto aguardam por novos desenvolvimentos (Agência Lusa, 2017b). A pouca importância relativa da aquisição de nacionalidade britânica, enquanto estratégia de resistência neste período até março de 2019, pode justificar-se nas palavras de uma entrevistada por Lulle *et*

³⁸ Neste sentido, as estratégias de integração assumem um carácter legal, cívico e não social, isto é, envolvem a integração dos respondentes pela via da aquisição de documentação que comprove o estatuto e a residência no RU.

³⁹ A questão relativa à adoção de estratégias de integração até março de 2019 apenas foi direccionada aos inquiridos que responderam positivamente (ficar no RU) à questão anterior acerca dos Planos futuros até esta mesma data, excluindo assim os respondentes que optaram pela resposta “aguardar pelo fim das negociações e, posteriormente, tomar uma decisão” e “sair do RU”.

⁴⁰ Chi square=2,718, df=4, p=0.60612.

⁴¹ Chi square=3,660, df=1, p=0.05575.

⁴² Chi square=7,060, df=4, p=0.13274.

al. (2017): “para adquirir cidadania britânica, primeiro tens de aferir as condições em que te encontras, se compensa ser um cidadão britânico depois do *brex*it e futuramente”.

Tabela 24 - Adoção de estratégias de integração até março de 2019, por rendimentos anuais dos inquiridos (%)

Rendimentos	Não estratégias de integração	Sim estratégias de integração	Total
Até £20,000	42,9	57,1	100,0
£20,001 - £30,000	56,1	43,9	100,0
£30,001 - £40,000	39,4	60,6	100,0
£40,001- £50,000	38,9	61,1	100,0
Igual ou superior a £50,001	61,1	38,9	100,0
Total	47,6	52,4	100,0

n=477. Chi square=11,4, df=4, p=0.02196

Tabela 25 - Adoção de estratégias de integração até março de 2019, por inquiridos com cidadania britânica (%)

Tem cidadania britânica	Não estratégias de integração	Sim estratégias de integração	Total
Não	47,0	53,0	100,0
Sim	70,8	29,2	100,0
Total	48,1	51,9	100,0

n=524. Chi square=5,211, df=1, p=0.02245

A maioria desses 61 inquiridos (6%) que desejam sair do país até essa data, aponta como razão principal da saída o facto de ser a favor da livre circulação e contra o *brex*it (50,8%), o facto de o RU ter deixado de ser atrativo (45,9%), a perda do valor da libra (39,3%) e a deterioração da economia britânica e o aumento do desemprego (27,9%). Para além destas, a pouca valorização profissional destes emigrantes, a dificuldade crescente de arranjar emprego num país com políticas anti-imigratórias e de garantir documentação que comprove a residência afasta alguns dos inquiridos da permanência no país. Veja-se que, no mínimo, 67,2% dos respondentes justificam a saída do RU com razões de ordem económica, na mesma medida em que são as razões económicas (52%) que justificam a vinda, em primeiro lugar, para o RU. Neste sentido, seria expectável que os respondentes que emigraram para o RU com outras motivações, que não económicas e profissionais, não desejassem sair do RU na mesma medida que aqueles que apresentaram razões económicas e profissionais, no entanto, não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre os planos futuros até 2019 e as principais motivações migratórias dos respondentes⁴³.

Para onde se dirigem os 6% dos inquiridos que pretendem sair, nesta fase, do RU? A maioria pretende regressar a Portugal (65,6%) ou pretende fixar-se noutro país da UE (23%) (Figura 31), destacando-se, desses, a Alemanha, Espanha e a Holanda.

⁴³ Chi square=10,326, df=10, p=0.412.

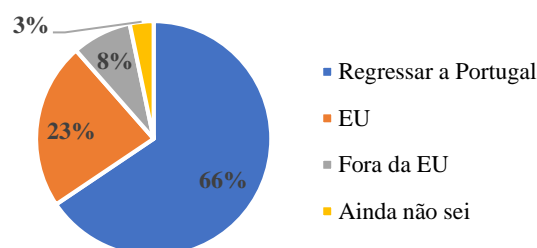


Figura 31 – Destino migratório dos respondentes que pretendem sair do Reino Unido até março de 2019 (%)

6.4.3. Planos futuros até 2021

Aos inquiridos que mostraram ter como planos futuros a permanência até 2019 e optaram pela abordagem *wait and see* (Lulle *et al.*, 2017), aguardando novos desenvolvimentos nas negociações, foi novamente questionado acerca dos planos futuros até março de 2021⁴⁴. Para este período, 77% da amostra revela que pretende permanecer definitivamente no RU e os restantes 23% desejam sair do país. São os inquiridos menos jovens (35 ou mais anos) os mais favoráveis a permanecer no RU e os mais jovens (25-34 anos) os mais propensos a sair do país neste período (Tabela 26). Os planos futuros dos respondentes para este período coincidem com aqueles apresentados no estudo da consultora KPMG (2017), cujos resultados apontam para a saída do RU, em maior número, de jovens europeus em consequência do *brexit*. Estes jovens, quando instruídos e com altos rendimentos, são característica da mobilidade líquida apresentada por Lulle *et al.* (2017) e facilmente têm outras oportunidades de emprego noutros países com economias concorrentes à do RU (KPMG, 2017). Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre os planos futuros até 2021 e os rendimentos anuais⁴⁵ e tempo de residência dos respondentes no RU⁴⁶.

Tabela 26 - Planos futuros até março de 2021, por faixa etária dos inquiridos (%)

Faixa etária	Ficar no Reino Unido	Sair do Reino Unido	Total
[18 - 24]	84,7	15,3	100,0
[25 - 34]	70,1	29,9	100,0
[35 - 44]	78,0	22,0	100,0
[45 - 54]	86,7	13,3	100,0
[55 +]	82,5	17,5	100,0
Total	77,4	22,6	100,0

n=951. Chi square=20,726, df=4, p=0.00036

⁴⁴ A questão relativa aos planos futuros dos respondentes até março de 2021 apenas foi direcionada aos inquiridos que, na questão anterior equivalente aos planos até março de 2019, responderam positivamente à permanência no país (“ficar no RU” e/ou “aguardar pelo fim das negociações e, posteriormente, tomar uma decisão”), excluindo assim os respondentes que optaram pela resposta “sair do RU” e que, efetivamente, para este segundo período contam já ter saído do país.

⁴⁵ Chi square=2,0, df=4, p=0.72800603.

⁴⁶ Chi square=5,387, df=4, p=0.24984.

Relativamente à adoção de estratégias de integração⁴⁷, é de realçar que, até 2021, 60,4% dos inquiridos prevê adotar alguma medida de integração. À semelhança do período aferido anteriormente até março de 2019, este, até março de 2021, apresenta resultados idênticos mas que evidenciam um crescimento do número de respondentes que pretende adotar este género de táticas. São os inquiridos que auferem rendimentos anuais inferiores os mais favoráveis à adoção de estratégias de integração (66,4%) (Tabela 27), assim como aqueles que não têm cidadania britânica são mais suscetíveis de adotar estratégias de integração (61,7%) (Tabela 28). Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre a adoção de estratégias de integração e a faixa etária⁴⁸, os respondentes que possuem PR⁴⁹ e o tempo de residência⁵⁰.

Tabela 27 - Adoção de estratégias de integração até março de 2021, por rendimentos anuais dos inquiridos (%)

Rendimentos	Não estratégias de integração	Sim estratégias de integração	Total
Até £20,000	33,6	66,4	100,0
£20,001 - £30,000	45,9	54,1	100,0
£30,001 - £40,000	38,7	61,3	100,0
£40,001- £50,000	39,5	60,5	100,0
Igual ou superior a £50,001	53,8	46,2	100,0
Total	39,8	60,2	100,0

n=656. Chi square=10,9, df=4, p=0.0277

Tabela 28 - Adoção de estratégias de integração até março de 2021, por respondentes com cidadania britânica (%)

Tem cidadania britânica	Não estratégias de integração	Sim estratégias de integração	Total
Não	38,3	61,7	100,0
Sim	73,1	26,9	100,0
Total	39,5	60,5	100,0

n=736. Chi square=12,682, df=1, p=0.0004

As diferenças observadas entre o desejo mostrado pelos inquiridos em adotar estratégias de integração nos dois períodos analisados – até 2019 (51,9%) e até 2021 (60,4%) – podem estar relacionadas com o facto de o segundo período ser mais distante e coincidir com o fim do período transitório depois do *brexite* (altura que se espera que seja menos incerta relativamente aos estatutos e direitos dos europeus no RU), onde as restrições à imigração serão maiores, bem como a seleção de imigrantes com base nas suas qualificações e rendimentos (Vargas-Silva, 2016) e, por essa razão, os respondentes considerem que, contrariamente ao primeiro período, seja mais necessário adotar estratégias de integração de forma a garantir a sua permanência no país depois do *brexite*.

⁴⁷ A questão relativa à adoção de estratégias de integração até março de 2021 apenas foi direccionada aos inquiridos que responderam positivamente (Ficar no RU) à questão anterior acerca dos Planos futuros até esta mesma data, excluindo assim os respondentes que optaram pela resposta “sair do RU”, tanto até março de 2019 como 2021.

⁴⁸ Chi square=5,193, df=4, p=0.268.

⁴⁹ Chi square=2,281, df=1, p=0.130988149.

⁵⁰ Chi square=3,050, df=4, p=0.5495.

À semelhança do que foi apurado da análise do período anterior até março de 2019, as razões de ordem económica são as que mais justificam a saída do RU até março de 2021, com 49,3% dos inquiridos a considerar que a perda de valor da libra reduz a atratividade do país, que o estado da economia vai piorar e o desemprego aumentar (44,2%), que os respondentes são a favor da UE e da livre circulação e contra ao *brex* (41,4%), que o RU perdeu atratividade com o *brex* (21,4%), que não se sentem bem-vindos e valorizados (20,5%), que não sabem se a sua permanência vai ser autorizada (19,1%), que o processo de adquirir PR é muito complexo (16,7%) e que vai ser muito mais complicado arranjar emprego enquanto cidadão europeu/estrangeiro (19,7%). Para além destes, alguns inquiridos referem como razões da saída motivos extrínsecos ao *brex* como o facto de já planearem sair e o desejo de regressar a Portugal, sendo que, nestes casos, o *brex* não teve qualquer influência nas decisões respeitantes aos planos futuros, realçando a representatividade da mobilidade líquida na amostra, cujas migrações são temporárias e imprevisíveis (Lulle *et al.*, 2017).

Desses 77% dos inquiridos que ambicionam ficar até 2021 no RU, 52,3% pretendem adotar como estratégias de integração a aquisição do PR, 19,8% a obtenção de cidadania britânica e 16,3% pensam registar-se no consulado. Mais uma vez, na Figura 32, os padrões de resposta repetem-se com 66% dos inquiridos a referir que desejam regressar a Portugal e 18% a optar por outro país europeu, destacando a Holanda, a Suíça, a Espanha, a França e o Luxemburgo. A Espanha e a Suíça, enquanto países apresentados como alternativas de residência ao RU, coincidem com os que Peixoto *et al.* (2015) referem como sendo, para além do RU, países que têm registado um grande crescimento rápido de emigrantes portugueses. Dentro do grupo de inquiridos que planeia emigrar para países fora da UE destacam-se a Austrália, os EUA e o Canadá.

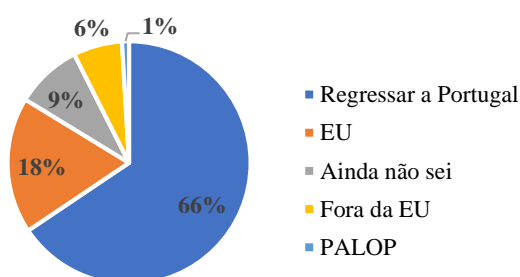


Figura 32 – Destino migratório dos inquiridos que vão sair o Reino Unido até março de 2021 (%)

6.4.4. Novo estatuto para cidadãos europeus

O RU e a UE chegaram a acordo relativamente ao estatuto dos imigrantes europeus a residir no RU em dezembro de 2017 – o *settled status*. Tendo em conta que este foi o desfecho de uma

parte importante das negociações em dezembro de 2017 e que o questionário começou a ser divulgado em maio de 2018, seria expectável que os respondentes estivessem informados acerca de uma questão de extrema importância para todos os cidadãos europeus a residir no RU. No entanto, quase um terço dos inquiridos (32%) referem não estar a par deste novo estatuto, o que significa que a informação não se faz chegar a estes emigrantes portugueses, não tendo estes acesso a ela e/ou que existe pouco interesse da parte dos mesmos em acompanhar o rumo das negociações e do próprio país onde residem. Contudo, salientam-se os 68% da amostra efetivamente informados acerca do *settled status*. Neste contexto, vários inquiridos manifestaram a sua opinião acerca desta questão da pouca informação que lhes chega na resposta aberta do questionário: “a informação do *brexit* não está a ser divulgada para as massas” e “as notícias que nos chegam são contraditórias”. Note-se, neste contexto, que numa fase mais inicial, o conselho do Consulado português era o de regularizar a situação de residência (isto é, adquirir PR) (Agência Lusa, 2017b) e, mais recentemente, é o de adquirir PR apenas se os emigrantes desejarem prosseguir para a aquisição de cidadania britânica.

São os inquiridos entre os 35-44 anos (72,4%) (Tabela 46, em anexo) e os mais instruídos (80,4%) (Tabela 29) os mais informados acerca do novo estatuto. Por contrário, os inquiridos com rendimentos mais baixos estão menos informados acerca do estatuto (40,3%) (Tabela 30). Os adultos com estas idades tendem a estar mais informados, bem como os mais instruídos, porque se preocupam mais com o futuro, em termos profissionais e familiares, como apresentam uma maior facilidade de acesso a meios digitais que, neste sentido, informam os utilizadores. Os mais jovens, embora também tenham essa mesma facilidade, habitualmente, estão menos interessados nessas questões, o que indicia o que Lulle *et al.* (2017) afirmam acerca da migração líquida (jovem e instruída), livre e imprevisivelmente intencional que, com o efeito do *brexit*, tende a solidificar-se. Por outro lado, os inquiridos que auferem rendimentos mais baixos têm um acesso à informação mais dificultado e, muitas vezes, essa informação chega-lhes de forma distorcida, para além de que, podem estar menos interessados em questões políticas e legais. Não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa entre o conhecimento acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido e a região do país em que residem os respondentes⁵¹.

⁵¹ Chi square=1,926, df=3, p=0.588.

Tabela 29 - Conhecimento acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por habilitações literárias (%)

Habilitações literárias	Não, não tinha conhecimento	Sim, tinha conhecimento	Total
1º e 2º ciclo	45,9	54,1	100,0
3º ciclo	45,7	54,3	100,0
Ensino secundário	33,6	66,4	100,0
Licenciatura	23,8	76,2	100,0
Outros graus de ensino superior	19,6	80,4	100,0
Total	32,1	67,9	100,0

n=1012. Chi square=41,710, df=4, p=0.000000

Tabela 30 - Conhecimento acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por rendimentos anuais (%)

Rendimentos	Não, não tinha conhecimento	Sim, tinha conhecimento	Total
Até £20,000	40,3	59,7	100,0
£20,001 - £30,000	27,2	72,8	100,0
£30,001 - £40,000	20,5	79,5	100,0
£40,001- £50,000	24,2	75,8	100,0
Igual ou superior a £50,001	11,3	88,7	100,0
NS/NR	44,2	55,8	100,0
Total	32,1	67,9	100,0

n=1012. Chi square=41,126, df=5, p=0.000000

Sendo que os 32% da amostra, que desconheciam o novo estatuto, foram informados aquando da resposta ao questionário, o que pretendem os respondentes fazer relativamente ao *settled status*? A Figura 33 mostra que a maioria dos inquiridos não pretende tomar qualquer ação, aguardando novos progressos nas negociações (47%) e outros ainda não sabem, estão indecisos (16%), o que espelha o clima de incerteza e a desconfiança nas instituições britânicas e europeias, não esquecendo que a obtenção deste estatuto requer que os cidadãos cumpram, apesar de que de forma menos complexa, os requisitos exigidos para PR. Assim, esta abordagem de não tomar qualquer ação, aguardando mais desenvolvimentos, pode significar que os inquiridos vão avaliar, enquanto aguardam, se vale ou não a pena adquirir esta documentação e enfrentar toda a burocracia tendo em conta o rumo que as negociações estão a tomar, se favoráveis ou desfavoráveis aos cidadãos europeus. Já 31% dos inquiridos referem que sim, que vão solicitar o estatuto, deixando bem claro que pretendem permanecer no RU devidamente documentados num período pós-*brex*it.

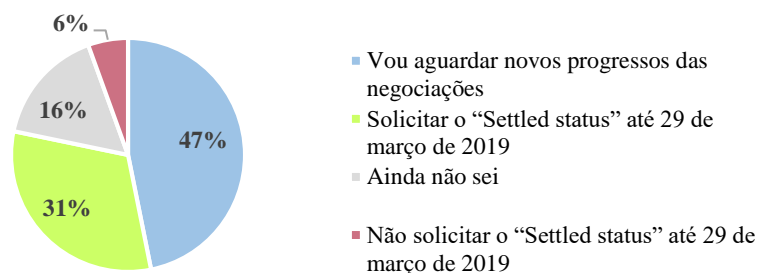


Figura 33 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido (%)

Nesta fase, até 29 de março de 2019, são os inquiridos menos instruídos os menos favoráveis a solicitar o novo estatuto (2,7%), contrariamente aos mais instruídos (10,7%) (Tabela 47, em anexo). Para além disto, são igualmente os inquiridos que auferem rendimentos mais altos (39,6%), os mais propensos a solicitar este novo estatuto (Tabela 48, em anexo), assim como os que residem no RU há mais tempo (no mínimo há 5 anos) (Tabela 31) e os que têm PR (39,7%) (Tabela 49, em anexo). Os respondentes menos instruídos, que são, simultaneamente, os menos informados, e aqueles que, tendencialmente auferem rendimentos mais baixos, são os que se encontram numa situação mais precária caso não tenham PR, apesar de, devido ao seu elevado custo, muitos não terem a possibilidade de o adquirir, pondo em risco a sua permanência no RU, num contexto pós-*brexite* cujo regime migratório, ao que tudo indica, dará preferência aos imigrantes qualificados (Vargas-Silva, 2016). A mesma situação verifica-se com os respondentes que vivem no RU há mais tempo e que têm mais a perder se a sua permanência no país não for mais permitida, optando assim por solicitar o novo estatuto. Por fim, os inquiridos que têm atualmente PR são os mais privilegiados, no sentido em que apenas necessitam de o trocar pelo novo estatuto, sem custos associados e, assim, percebe-se que sejam os que têm PR os mais propensos a pedir o *settled status*. Não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa entre a aquisição do novo estatuto e a faixa etária⁵² dos respondentes.

Tabela 31 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por tempo de residência no país (%)

Anos de residência	Não solicitar o “Settled status”	Solicitar o “Settled status”	Vou aguardar novos progressos das negociações	Ainda não sei	Total
<1	12,5	25,0	43,8	18,8	100,0
[1-5[7,1	27,8	50,6	14,6	100,0
[5-10[5,7	39,3	41,3	13,8	100,0
[10-15[3,3	35,5	44,7	16,4	100,0
>=15	2,5	25,9	47,5	24,1	100,0
Total	5,5	31,4	46,8	16,2	100,0

n=1012. Chi square=27,245, df=12, p=0.007

⁵² Chi square=15,820, df= 12, p=0.200.

Independentemente da decisão de solicitar ou não o novo estatuto, 54,6% dos inquiridos reconhecem o esforço do governo no sentido de simplificar o processo de aquisição do *settled status* e de, até março de 2019, assegurar o estatuto e direitos atuais dos cidadãos europeus, revelando que tal atitude é importante e determinante na decisão que tomaram/vão tomar. Contrariamente, 29% referem que estes esforços do governo não são significantes nem alteram as suas atitudes, confirmando, mais uma vez, os resultados do estudo da KPMG (2017) onde se conclui que mais de metade dos participantes considera que as propostas do governo em nada alteram as suas perceções. Com efeito, alguns inquiridos consideram que “o esforço deste governo é mínimo”, que acham “estranho a falta de ação com o aproximar do *brexit*” e que o país tem mostrado ser “uma desilusão em civismo e respeito pelas pessoas”, transparecendo a forma como os respondentes se sentem - desvalorizados, desprotegidos e indesejados. A juntar a isto, salienta-se a falta de confiança nas instituições, bem como a sensação de os seus direitos não estarem a ser valorizados. Efetivamente, a confiança do público no sistema político foi erodida com os sucessivos fracassos e governos em controlar a imigração, bem como noutras áreas de governação (McLaren, 2003 cit. por Clarke *et al.*, 2017). Os inquiridos que residem no RU há menos tempo (no máximo há 4 anos) (50%) são mais propensos a admitir que os esforços do governo são indiferentes na decisão que tomaram/vão tomar (Tabela 32) pois, estando a residir há menos tempo, mais facilmente saem do país, sem se preocupar com os esforços do governo em simplificar o processo de aquisição do *settled status*.

Tabela 32 - Importância dos esforços do governo nas perceções dos respondentes, por tempo de residência, em anos (%)

Anos de residência	Não, não fazem qualquer diferença na decisão que tomei/vou tomar	Sim, são importantes e determinantes na decisão que tomei/vou tomar	Não sei	Total
<1	50,0	31,3	18,8	100,0
[1-5[29,6	55,6	14,8	100,0
[5-10[31,6	55,1	13,4	100,0
[10-15[25,0	57,9	17,1	100,0
>=15	24,7	50,6	24,7	100,0
Total	29,0	54,6	16,4	100,0

n=1012. Chi square=16,138, df=8, p=0.040

7. Conclusões

A livre circulação europeia permitiu aumentar a mobilidade europeia, uma mobilidade livre e fluída sem fronteiras. Os cidadãos europeus, principalmente os mais jovens, familiarizados desde sempre com a realidade europeia, usufruem dos direitos da livre circulação europeia e auferem um estatuto legal e invisível (Lulle *et al.*, 2017). Com os progressivos alargamentos europeus, a escala e diversidade desta mobilidade foram largamente incrementados e a imigração começou a ser encarada, em muitos países, como um mal europeu. Aqueles que mais se opõem à imigração são os que a identificam como um símbolo de mudança social rápida, pois, enquanto desafio cultural (Clarke *et al.*, 2017), a sua diversidade constitui uma ameaça às identidades e valores tradicionais britânicos (Ford e Goodwin, 2017). Assim se associa a imigração europeia à insatisfação dos britânicos com a EU, pela incapacidade de a controlar, que culminou no *brexit* (Alfano *et al.*, 2016; Ford e Goodwin, 2017). Está, efetivamente, comprovado que imigrantes europeus a residir no RU são essenciais ao crescimento económico britânico (Simionescu *et al.*, 2017b), ajudam a reduzir o défice na medida em que contribuem mais do que aquilo que efetivamente tiram proveito, recorrendo menos aos serviços públicos porque são, maioritariamente, mais jovens que os britânicos (Wadsworth *et al.*, 2016b). Contrariamente ao exposto pelo UKIP e Wadsworth (2015), a imigração europeia não é exclusivamente desqualificada, com efeito encontra-se igualmente dividida em cargos altamente qualificados e desqualificados. Para além disto, a imigração europeia não tem impactos negativos no emprego e salários dos nativos, nas despesas com a saúde e educação, nem na criminalidade (Simionescu *et al.*, 2017b), nem sequer é responsável pela lotação e pouca eficiência dos serviços públicos britânicos. Pelo facto de oferecerem ao RU capacidades e qualificações adquiridas nos países de origem, os imigrantes europeus contribuem para a produtividade e inovação da economia britânica. Neste sentido, conclui-se que o maior impacto negativo da imigração europeia reside nas perceções públicas (Wadsworth, 2015). Foram precisamente o oposto destas perceções públicas que, transmitidas pelos media e líderes políticos em período de campanha eleitoral, moldando as atitudes dos britânicos relativamente à imigração europeia, determinaram o desfecho do referendo. Apesar do papel da imigração e das perceções públicas na decisão do *brexit*, os fundamentos dessas ideias já estavam enraizadas na identidade dos britânicos, o que, no referendo, expôs e aprofundou todo um conjunto de clivagens muito mais culturais, de identidade e valores, do que económicas (Swales, 2016; Clarke *et al.*, 2017; Ford e Goodwin, 2017).

A decisão pelo *brexit* contribuiu para a criação de uma nova política migratória na medida em que, deixando a imigração europeia de se fazer ao abrigo da livre circulação europeia, o RU tornar-se-á automaticamente responsável por todo o conjunto de imigrantes que se dirige ao país. Prevê-se que o novo regime migratório a ser aplicado à imigração europeia esteja, à semelhança

do que acontece com a imigração não europeia, dependente das qualificações e rendimentos dos migrantes (Vargas-Silva, 2016), retirando aos europeus o privilégio da mobilidade líquida (Lulle *et al.*, 2017). Dentro de dois anos, em março de 2021, o governo tem, obrigatoriamente, de definir um novo regime e, até lá, é provável que tenha de manter a livre circulação dos cidadãos europeus (Clarke *et al.*, 2017; Gamble, 2017) – a fase de implementação do novo regime (Owen, 2017). Ao sujeitar a imigração europeia ao tipo de seleção a que são sujeitos os cidadãos não europeus, a migração laboral para o RU será alvo de grandes alterações (Sumption, 2017a) e solidificar-se-ão os fluxos da mobilidade líquida para o país (Lulle *et al.*, 2017).

Em 2016, com 30,6 mil entradas, o RU era o principal destino da emigração portuguesa (Pires *et al.*, 2017) e a comunidade portuguesa residente no país revelava, progressivamente, um maior grau de qualificação (Pires *et al.*, 2015). Se num período anterior, a emigração era essencialmente económica e desqualificada, este novo impulso dos fluxos portugueses para o RU, apesar de continuar a ser laboral, representa um bom exemplo da mobilidade líquida para o país pois é uma mobilidade europeia, maioritariamente jovem e instruída. Esta imigração intensificou-se, particularmente, em 2011 com o despoletar da crise económica em Portugal e atingiu o seu pico máximo de crescimento em 2013 tendo, a partir daí, vindo a diminuir devido à progressiva recuperação económica do país. Neste contexto, o *brexite* pode, igualmente, ter desacelerado estes fluxos para o que hoje é o principal destino emigratório para os portugueses (Pires *et al.*, 2017). O número de emigrados no RU assistiu a um decréscimo e ambas as reduções (no número de entradas e de portugueses residentes) podem ter sido determinadas pelo *brexite* (Pires *et al.*, 2017). Com efeito, a influência do *brexite* nesta comunidade residente manifestou-se, apesar da redução dos fluxos, num aumento do número de emigrantes a adquirir documentação que comprove a residência no país e nacionalidade britânica, de maneira a garantir a permanência no país pós-*brexite*.

Os rendimentos anuais, o grau de instrução e o tempo de residência dos respondentes mostraram-se determinantes na formação de opinião, alteração de atitudes e aspirações migratórias. Os portugueses a residir no RU são contra o *brexite* (80,7%), em especial os mais instruídos e os que auferem melhores rendimentos pois, aqueles menos qualificados e cujos salários são mais baixos, competem pelos mesmos empregos do que os restantes imigrantes, são mais influenciados pelo sensacionalismo dos media e mediatismo do UKIP (Ford e Goodwin, 2017) e correspondem igualmente aos *left behind* do processo da globalização, os que não tiram partido da integração europeia e das poucas barreiras comerciais propiciadas pela livre circulação (Clarke *et al.*, 2017) e, assim, formam uma ideia mais desagradável acerca da imigração e integração europeias. Os portugueses emigrados no RU experienciaram negativamente o *brexite*, sentindo-se desiludidos com o país para o qual contribuem, preocupados e inseguros relativamente ao estatuto e permanência no país e em choque devido à imprevisibilidade do

resultado. A comunidade portuguesa residente no RU, em particular os indivíduos em situação económica mais desfavorável, vai sentir os efeitos do *brexit* ainda em 2018, com quase dois terços dos respondentes a revelar que o *brexit* vai impactar as suas vidas, antes mesmo da data oficial da saída do RU da UE. São efetivamente os emigrantes que se encontram em situações económicas mais precárias que, em primeiro lugar, menos têm possibilidades financeiras e apoio social para provar a residência no país e, em segundo, aqueles cuja permanência no país mais fica em risco se o novo regime migratório der, conforme se prevê, prioridade aos imigrantes qualificados e com melhor estatuto socioeconómico (Vargas-Silva, 2016). Apesar disso, a maioria dos respondentes não considera adotar medidas de resistência ao *brexit* e a ínfima parte dos respondentes que, efetivamente, as adotam estão mais fixados no RU. A oposição à adoção de medidas de protesto contra o *brexit* parece ser resultado do carácter temporário, do ponto de vista da duração das estadias, da mobilidade líquida (King, 2017b). Por outro lado, a atratividade do RU não foi comprometida pelo *brexit*, especialmente no caso desta migração económica e líquida, pois o país mantém-se atrativo para aqueles que o procuram pelos seus salários superiores aos de Portugal e igualmente para aqueles com uma maior mobilidade europeia (espontânea e temporária) que o procuram com o objetivo de alcançar determinado estatuto socioeconómico e/ou ambição profissional. Partindo, igualmente, dos princípios da mobilidade líquida, um terço dos respondentes são favoráveis à sua saída do RU em consequência do *brexit*, confirmando os dados já apresentados por outro estudo semelhante direcionado a cidadãos europeus a residir no país (KPMG, 2017), revelando que os mais instruídos e com melhores rendimentos, e médios no caso da amostra deste estudo, são os mais propensos a sair do RU.

A maioria dos respondentes, não se identificando com a cidadania britânica por comparação às portuguesa e europeia, revelam que não estabeleceram sentimentos de pertença para com o RU e, nesse sentido, o *brexit* pouco influenciou a identidade e pertença dos emigrantes residentes no país. No entanto, quanto maior é o tempo de residência dos respondentes, maior mostrou ser o contributo do *brexit* para a alteração desses sentimentos. Esta reduzida manifestação dos sentimentos de pertença destes cidadãos com o RU parece justificar-se, mais uma vez, pela natureza individualista e espontânea da decisão migratória à luz da mobilidade líquida que não implica um compromisso com o país de destino, nem a nível legal nem identitário, nem tão pouco uma estadia prolongada.

O *brexit* não alterou as aspirações migratórias e os planos de vida futura dos emigrados no RU. Com efeito, cerca de metade dos respondentes deseja permanecer no país, até à saída oficial, e outra metade a aguardar novos progressos nas negociações entre a UE e o RU antes de tomar uma decisão, destacando a opção pela abordagem *wait and see* exposta por Lulle *et al.* (2017). A oficialização do *brexit* e o fim do período transitório apenas concedem um maior grau de certeza aos planos futuros destes cidadãos, com quase 80% dos respondentes a optar pela permanência

no RU até março de 2021. A permanência no país deve ser acompanhada pela adoção de estratégias de integração cívica, devido à incerteza que caracteriza o momento pós-referendo do *brexít*, no entanto, só cerca de metade dos respondentes as adota e, os que o fazem são, tipicamente, aqueles mais desfavorecidos economicamente. O número de inquiridos que optou pela abordagem *wait and see* e pela adoção de estratégias de integração revela que o *brexít* é responsável por um sentimento de insegurança no seio da comunidade portuguesa residente no RU. Apesar disto, conclui-se que o fraco papel do *brexít* na alteração das aspirações migratórias dos portugueses no RU se justifica, como Lulle *et al.* (2017) indicam, pela peculiaridade relativamente à sua natureza europeia, jovem, elevado grau de qualificação destes migrantes, espontaneidade e imprevisibilidade dos respetivos fluxos e carácter temporário das suas estadias desta referida mobilidade líquida. Por fim, neste sentido, o *brexít* representa uma ameaça à continuação destes fluxos portugueses para o RU.

Para investigação futura, mostrar-se-ia interessante conduzir um estudo comparativo entre as representações do *brexít* desta comunidade e de outra com realidades sociais diferentes como é o caso dos cidadãos romenos, espanhóis ou italianos residentes no RU e completar a abordagem metodológica com a realização de entrevistas presenciais, de forma a aprofundar a análise qualitativa acerca das representações do *brexít* de diferentes conjuntos de cidadãos europeus residentes no país.

Bibliografia

- AFP (2018). *Quais são as próximas etapas da negociação do Brexit?* In press, Exame online. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/quais-sao-as-proximas-etapas-da-negociacao-do-brexit/>, acessado a 19/04/2018.
- Agência Lusa (2017a). *Governo mantém conselho para portugueses no Reino Unido pedirem documentos de residência*. Jornal de negócios, in press. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/brexit-pedidos-de-residencia-e-passaporte-britanico-por-portugueses-dispararam-apos-junho-de-2016-8955628.html>, acessado a 18/05/2018.
- Agência Lusa (2017b). *Brexit: Pedidos de residência e passaporte britânico por portugueses dispararam após junho de 2016*. Diário de Notícias, in press. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/brexit-pedidos-de-residencia-e-passaporte-britanico-por-portugueses-dispararam-apos-junho-de-2016-8955628.html>, acessado a 18/05/2018.
- Alfano, M., Dustmann, C., & Frattini, T. (2016). *Immigration and the UK: Reflections After Brexit*. Refugees and Economic Migrants, p. 55-79. Disponível em http://www.osegiuntella.com/resources/Refugees_and_economic_migrants.pdf#page=65.
- Allen, W. L. (2016). *A Decade of Immigration in the British Press*. COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford. Disponível em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/reports/decade-immigration-british-press/>.
- Bianchini, K. (s/d). *Resettlement to the UK, Rights in exile Programme*. Disponível em <http://www.refugeelegalaidinformation.org/resettlement-uk>
- Borjas, G. J. (1999). *Immigration and welfare magnets*. Journal of labor economics, 17(4), 607-637.
- Carl, N. (2017). *CSI Brexit 2: Ending Free Movement as a Priority in the Brexit Negotiations*. Centre for Social Investigation, <http://csi.nuff.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2017/10/CSIBrexit-2-Free-Movement.pdf>.
- Carmel, E. (2017). *Division, austerity, the gig economy: migration isn't our biggest labour market problem*. LSE Brexit. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/72839/1/blogs.lse.ac.uk-Division%20austerity%20the%20gig%20economy%20migration%20isnt%20our%20biggest%20labour%20market%20problem.pdf>.
- Castles, S. (2010). *Understanding global migration: A social transformation perspective*. Journal of ethnic and migration studies, 36(10), 1565-1586.
- Clarke, H. D., Goodwin, M., & Whiteley, P. (2017). *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Coleman, D. (2016). *A Demographic Rationale for Brexit*. Population and Development Review, 42(4), 681-692. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/padr.12014/full>.
- Coles, M., Kirk, A., Krol, C. (2016). *EU referendum results and maps: Full breakdown and find how your area voted*. The Telegraph. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/2016/06/23/leave-or-remain-eu-referendum-results-and-live-maps/>.
- Comissão Europeia (s/d). *Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen*. Migração e Assuntos Internos, União Europeia. Disponível em <https://ec.europa.eu/home->

affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf].

Conselho Europeu, Conselho da União Europeia. *Brexit*, Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-uk-after-referendum/>.

Crafts, N. (2016). *The Growth Effects of EU Membership for the UK: a Review of the Evidence*. Competitive Advantage in the Global Economy (CAGE), Global Perspectives Series: Paper, 7. Disponível em <http://www.smf.co.uk/wp-content/uploads/2016/04/SMF-CAGE-The-Growth-Effects-of-EU-Membership-for-the-UK-a-Review-of-the-Evidence-.pdf>.

Curtice, J. (2017). *Half - Time In the Brexit Negotiations: The Voters's Scorecard*. What UK Thinks. The UK in a Changing Europe, NatCen. Disponível em <https://whatukthinks.org/eu/wp-content/uploads/2017/12/EU-Briefing-Paper-11-Half-time-brexit-negotiations.pdf>.

D'Angelo, A., & Kofman, E. (2017). *UK: large-scale European migration and the challenge to EU free movement*, in *South-North Migration of EU Citizens in Times of Crisis* (pp. 175-192). Springer International Publishing. Disponível em <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-39763-4.pdf>.

Department for Exiting the European Union, Foreign & Commonwealth Office and UK Visas Immigration (2017). *The United Kingdom's exit from the European Union: safeguarding the position of EU citizens living in the UK and UK nationals living in the EU*. Policy Paper, disponível em <https://www.gov.uk/government/publications/safeguarding-the-position-of-eu-citizens-in-the-uk-and-uk-nationals-in-the-eu/the-united-kingdoms-exit-from-the-european-union-safeguarding-the-position-of-eu-citizens-living-in-the-uk-and-uk-nationals-living-in-the-eu>, acedido a 20/11/2018

De Mars, S., Murray, C., O'Donoghue, A., Warwick, B. (2017). Policy paper. *The Common Travel Area: prospects after Brexit*. Disponível em <http://dro.dur.ac.uk/20869/1/20869.pdf>.

Dodds, L. (2015). *David Cameron will never hit his immigration target. Here's why*. Telegraph, The Politics Blog. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/news/general-election-2015/politics-blog/11602078/Immigration-how-will-the-Conservatives-tackle-it.html>, acedido a 11/03/2018.

Dustmann, C., & Frattini, T. (2014). *The fiscal effects of immigration to the UK*. The economic journal, 124(580). Disponível em <http://www.cream-migration.org/files/FiscalEJ.pdf>.

European Commission (2017a). *EU Citizens' rights and Brexit*. EU publications, União Europeia, Luxemburgo. Disponível em https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/b54182cf-6dbf-11e7-b2f2-01aa75ed71a1/language-en?WT.mc_id=Selectedpublications&WT.ria_c=677&WT.ria_f=926&WT.ria_ev=search.

European Commission (2017b). *EU position on the rights of EU citizens in the UK after Brexit*. EU publications, União Europeia. Disponível em https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/2fa562e3-a40c-11e7-9ca9-01aa75ed71a1/language-en?WT.mc_id=Selectedpublications&WT.ria_c=677&WT.ria_f=926&WT.ria_ev=search.

Ford, R., & Goodwin, M. (2017). *A Nation Divided*. Journal of Democracy, 28(1), 17-30. Disponível em https://kar.kent.ac.uk/60489/3/Ford_Goodwin_A_Nation_Divided.pdf.

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (2014). *Relatório da Emigração 2013*, Portal das Comunidades Portuguesas, Lisboa, Disponível em <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/destaques/529-relatorio-da-emigracao-2013>.

- Gamble, A. (2017). *British Politics after Brexit*. Political Insight. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2041905817702715>.
- Golec de Zavala, A., Guerra, R., & Simão, C. (2017). *The relationship between the Brexit vote and individual predictors of prejudice: collective narcissism, right wing authoritarianism, social dominance orientation*. *Frontiers in psychology*, 8.
- Haines, L., Nicholl, A. (2015). *EU Membership: Benefits and Challenges for Wales*. Engino CIC, Cardiff.
- Hawkins, O. (2017). House of Commons Library. *Briefing paper SN06077, 10 October 2017. Migration Statistics*. Disponível em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN06077#fullreport>.
- Healy, C. (2011). *Cidadania portuguesa: A nova lei da nacionalidade de 2006* (Vol. 45). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.
- Henderson, A., Jeffery, C., Liñeira, R., Scully, R., Wincott, D., & Wyn Jones, R. (2016). *England, englishness and brexit*. *The Political Quarterly*, 87(2), 187-199. Disponível em http://www.centreonconstitutionalchange.ac.uk/sites/default/files/papers/Henderson_et_al-2016-The_Political_Quarterly.pdf.
- Hough, K. L. (2017). *Brexit: a 'not welcome' sign for forced migrants*. Open Democracy, disponível em <https://www.opendemocracy.net/beyondslavery/karen-laticia-hough/brexit-not-welcome-sign-for-forced-migrants>.
- King, R. (2017a). 'What have I done to deserve this? 'The aftershocks of Brexit for London's EU migrants. *LSE Brexit*. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/73323/1/blogs.lse.ac.uk-What%20have%20I%20done%20to%20deserve%20this%20The%20aftershocks%20of%20Brexit%20for%20Londons%20EU%20migrants.pdf>.
- King, R. (2017b). *Theorising new European youth mobilities*. *Popul Space Place*; 24:e2117. Disponível em <https://doi.org/10.1002/psp.2117>.
- KPMG (2017). *The Brexit effect on EU nationals: a Survey on what European workers will do now*. Disponível em <https://home.kpmg.com/uk/en/home/insights/2017/08/the-brexit-effect-on-eu-nationals.html>.
- Lisenkova, K., Sanchez-Martinez, M. (2016). *The long-term macoeconomic effects of lower Migration to the UK*. NIESR Discussion Paper No. 460. National Institute of Economic and Social Research. Disponível em <http://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2016/05/The-Long-term-macroeconomic-effects-of-lower-migration-to-the-UK.pdf>.
- LSE Growth Commission. (2017). *More talent, please: a blueprint for the UK's future migration policy*. LSE Brexit. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/72840/1/blogs.lse.ac.uk-More%20talent%20please%20a%20blueprint%20for%20the%20UKs%20future%20migration%20policy.pdf>.
- Lulle, A., Moroşanu, L., King, R. (2017). *And then came Brexit: Experiences and future plans of young EU migrants in the London region*. *Popul Space Place*; 24:e2122. Disponível em <https://doi.org/10.1002/psp.2122>.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). *Theories of international migration: A review and appraisal*. *Population and development review*, 431-466.

McGovern, P. (2016). *Five problems with UK immigration control post-Brexit*. LSE Brexit. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/73027/1/blogs.lse.ac.uk-Five%20problems%20with%20UK%20immigration%20control%20post-Brexit.pdf>.

Meleady, R., Seger, C. R., & Vermue, M. (2017). *Examining the role of positive and negative intergroup contact and anti-immigrant prejudice in Brexit*. British Journal of Social Psychology. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/bjso.12203/full>.

MIPEX (2015). Disponível em <http://mipex.eu/key-findings>.

Moreh, C., McGhee, D., & Vlachantoni, A. (2016). *Should I stay or should I go? Strategies of EU citizens living in the UK in the context of the EU referendum*. Disponível em https://eprints.soton.ac.uk/394152/1/BP35_Should_I_stay_or_should_I_go.pdf.

Murray, C. (2016). *Becoming one of us: Reforming the UK's citizenship system for a competitive, post-Brexit world*. Disponível em https://www.ippr.org/files/publications/pdf/becoming-one-of-us_August2016.pdf.

Office for National Statistics (2018a). *Average incomes of household person (HRP), by age band for the financial year Ending 2017*, Effects of taxes and benefits on UK household income: financial year Ending 2017.

Office for National Statistics (2018b). *Immigration to the UK by citizenship, years ending December 2007 to June 2017*, Migration since the Brexit vote: what's changed in six charts. Disponível em <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/articles/migrationsincethebrexitvotewhatschangedinsixcharts/2017-11-30>.

Office for National Statistics (2018c). *UK net migration by citizenship, years ending December 2007 to June 2017*, Migration since the Brexit vote: what's changed in six charts. Disponível em <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/articles/migrationsincethebrexitvotewhatschangedinsixcharts/2017-11-30>

Office for National Statistics (2018d). *UK net migration, years ending December 2007 to June 2017*, Migration since the Brexit vote: what's changed in six charts. Disponível em <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/articles/migrationsincethebrexitvotewhatschangedinsixcharts/2017-11-30>

Oliver, C. (2017b). *Unleashing Demons: The Bestselling Inside Story of Brexit*. Hodder, London.

Oliver, T. (2017a). *Fifty Shades of Brexit: Britain's EU Referendum and its Implications for Europe and Britain*. The International Spectator. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03932729.2017.1259802?scroll=top&needAccess=true>.

Ortiz, A. (2013). *Identidades, pertencças e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa*. Migrações: Revista do Observatório da Imigração, (11), 157-184.

Owen, J. (2017). *Implementing Brexit: Immigration*. Disponível em https://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/Brexit_immigration_WEB.pdf.

Peixoto, J., Oliveira, I., Azevedo, J., Marques, J., Góis, P., Malheiros, J., Madeira, P. (orgs.) (2016). *Regresso ao Futuro – A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*. Gradiva, Lisboa.

Pereira, C. (2014). *O crescimento de emigração para o Reino Unido: entrevista a Fernando Figueirinhas*. Observatório da Emigração, 30 de maio de 2013. Disponível em <http://observatorioemigracao.pt/np4/4675.html>.

Pereira, C. (2015). *Vidas Partidas: Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro*. Lusodidacta.

Piore, M. J. (1986). *The Shifting Grounds for Immigration*, Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 485, in *Foreign Workers to Settlers? Transnational Migration and the Emergence of New Minorities*, p.p. 23-33

Pires, Pena, R., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., e Moura Veiga, C. (2017). *Emigração Portuguesa - Relatório Estatístico 2017*. Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMRE042017. Disponível em http://observatorioemigracao.pt/np4/file/5926/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatist.pdf.

Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Espírito Santo, I., Vidigal, I. (2015). *Emigração portuguesa - Relatório Estatístico 2015*. Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, Lisboa. Disponível em http://observatorioemigracao.pt/np4/file/4447/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatist.pdf.

Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Espírito Santo, I., Vidigal, I. (2016). *Emigração portuguesa - Relatório Estatístico 2016*. Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, Lisboa. Disponível em http://observatorioemigracao.pt/np4/file/5751/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatist.pdf.

Pont, M., Peta, D. (2017). *What do Citizens Want from Brexit? Survey Findings*. ECAS (European Citizen Action Service), Citizen Brexit Observatory, Brussels.

Portes, J., & Forte, G. (2017). *The economic impact of Brexit-induced reductions in migration*. Oxford Review of Economic Policy, 33(suppl_1), S31-S44. Disponível em https://academic.oup.com/oxrep/article-abstract/33/suppl_1/S31/3066076?redirectedFrom=fulltext.

Portes, J., Forte, G. (2016). *The Economic Impact of Brexit-induced reductions in Migration*. The UK in a Changing Europe, Economic and Social Research Council. National Institute of Economic and Social Research. Disponível em https://academic.oup.com/oxrep/article-abstract/33/suppl_1/S31/3066076?redirectedFrom=fulltext.

Reich, M., Gordon, D. M., Edwards, R. C. (1973). *Dual Labor Markets: A Theory of Labour Market Segmentation*, Economics Department Faculty Publications, 3.

Remigi, E., Martin, V., Sykes, T. (2017). *In Limbo: Brexit testimonies from EU citizens in the UK*. Segunda edição. Byline Books, Reino Unido.

Ritzen, J., Kahanec, M., & Haas, J. (2017). *EU Mobility* (No. 125). Institute for the Study of Labor (IZA). Disponível em <http://ftp.iza.org/pp125.pdf>.

Runciman, D. (2016). *A win for “proper people”? Brexit as a rejection of the networked World*. Juncture, Volume 23, Issue 1.

Salfeld, B., & Merritt, M. (2017). *European Disunion: How Brexit Weakens the United Kingdom*. Disponível em http://www.bancroftschool.org/uploaded/library/Senior_Thesis_2017/Benjamin_Salfeld_Senior_Thesis.pdf.

Santiago, D. (2017). *Líderes europeus viabilizam passagem à fase dois nas negociações do BREXIT*. In press, Jornal de negócios online. Disponível em

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/lideres-europeus-viabilizam-passagem-a-fase-dois-nas-negociacoes-do-brexit>, acedido a 19/04/2018.

Sassen, S. (2005). *The Global City: Introducing a Concept*, The Brown Journal of World Affairs, Volume XI, Issue 2, University of Chicago.

Simionescu, M., Bilan, Y., Smrcka, L., & Vincúrová, Z. (2017b). *The effects of european economic integration and the impact of Brexit on the UK immigrants from the CEE countries*. E+M Ekonomie a Management. Disponível em <https://dspace5.zcu.cz/xmlui/bitstream/handle/11025/25723/Simionescu.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Simionescu, M., Strielkowski, W., & Kalyugina, S. (2017a). *The impact of brexit on labour migration and labour markets in the United Kingdom and the EU*. Disponível em <http://ecsocman.hse.ru/data/2017/03/25/1251074728/Terra%2015.1-10.pdf>.

Somai, M. (2017). *Brexit: Risks and opportunities of Desintegration*. Unia Europejska. pl, 243(2), 9. Disponível em <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-101af6a1-299f-415f-9e61-d994f02ad77d>.

Somai, M., & Biedermann, Z. (2016). *Brexit: Reasons and challenges*. Acta Oeconomica, 66(s1), 137-156. Disponível em http://real.mtak.hu/43079/7/Brexit_Somai_Biedermann_utolso_onlektoralt_pdf_u.pdf.

Somerville, W. (2016). *When the Dust Settles: Migration Policy after Brexit*. Commentary, Migration Policy Institute (MPI). Disponível em <https://www.migrationpolicy.org/news/when-dust-settles-migration-policy-after-brexit>.

Sumption M. (2017b). *The Burden of Proof: How Will the Application Process Work for Citizens After Brexit?* COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford. Disponível em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/reports/burden-of-proof-eu-citizens-after-brexit/>.

Sumption, M. (2017a). *Labour Immigration after Brexit: Trade-offs and Questions about Policy Design*. Migration Observatory. Disponível em https://www.barrowcadbury.org.uk/wp-content/uploads/2017/01/Labour_Immigration_Policy_Brexit_Migration_Observatory.pdf.

Swales, K. (2016). *Understanding the leave vote*. London: NatCen Social Research. Online at: http://whatukthinks.org/eu/wp-content/uploads/2016/12/NatCen_Brexplanationsreport-FINAL-WEB2. Disponível em https://whatukthinks.org/eu/wp-content/uploads/2016/12/NatCen_Brexplanations-report-FINAL-WEB2.pdf.

Tecedeiro, H. (2017). *Fase II do brexit arranca em fevereiro. E é ainda mais difícil*. In press, Diário de notícias online. Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/interior/fase-ii-do-brexit-arranca-em-fevereiro-e-e-ainda-mais-dificil-8973101.html>, acedido a 19/04/2018.

Teixeira Lopes, J., Vaz, H., Cerdeira, L., Ganga, R., Machado, M. L., Magalhães, D., Cabrito, B., Patrocínio, T., Silva, S., Brites, R., Peixoto, P. (2015). *Fuga de cérebros: Retratos da emigração portuguesa qualificada*. Bertrand Editora, Lisboa.

The Migration Observatory (2016). *Here today, gone tomorrow? The status of EU citizens already living in the UK*. COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford. Disponível em http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/08/commentary-status_EU_citizens.pdf.

The Migration Observatory (2017a). *Brexodus? Migration and uncertainty after the EU referendum*. COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford. Disponível em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2017/06/Commentary-Brexodus.pdf>.

The Migration Observatory (2017b). *Number 10 – the biggest Number in the UK's Migration debate*. COMPAS, Universidade de Oxford. Disponível em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2017/05/Commentary-Manifesto.pdf>.

The Migration Observatory (2017c). *Responding to uncertainty? EU citizens scramble for permanent residence while others decide to go home*. Disponível em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/press/responding-uncertainty-eu-citizens-scramble-permanent-residence-others-decide-go-home/>.

The UK in a Changing Europe (2016a). *Pulling power: Why are EU citizens migrating to the UK?* Economic and Social Research Council. COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford. Disponível em <http://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Pulling-power-Why-are-EU-citizens-migrating.pdf>.

The UK in a Changing Europe (2016b). *What would UK Immigration Policy look like after Brexit?* COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford. Disponível em <http://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2016/06/Commentary-Immigration Policy-1.pdf>.

Vargas-Silva, C. (2016). *EU Migration to and from the UK After Brexit*. Intereconomics. Disponível em https://www.ceps.eu/system/files/IEForum52016_2.pdf.

Vargas-Silva, C., Mcneil, R. (2017). *The net Migration target and the 2017 election*. COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford. Disponível em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2017/05/Commentary-net-and-election17.pdf>.

Vertovec, S. (2007). *Super-diversity and its implications*. Etnia and racial studies, 30(6), 1024-1054.

Wadsworth, J. (2015). *'Immigration and the UK Labour Market'*, Centre for Economic Performance Election Analysis No. 1. Disponível em <http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/EA019.pdf>.

Wadsworth, J., Dhingra, S., Ottaviano, G., & Van Reenen, J. (2016b). *Brexit and the Impact of Immigration on the UK*. Centre for Economic Performance. LSE, 34-53. Disponível em <http://www.kenwitsconsultancy.co.uk/wp-content/uploads/2016/09/BREXIT-2016-Policy-Analysis-from-the-Centre-for-Economic-Performance.pdf#page=50>.

Wadsworth, J., Dhingra, S., Ottaviano, G., Van Reenen, J. (2016a). *BREXIT 2016: Policy analysis from the Centre for Economic Performance*. paper n. CEPBREXIT08, Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science. Disponível em http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit08_book.pdf.

Anexos

Tabela 33 - Naturalidade dos respondentes

País	Nº	%
Portugal	888	87,7
Angola	32	3,2
Moçambique	22	2,2
Brasil	11	1,1
Venezuela	10	1,0
França	9	0,9
África do Sul	6	0,6
Alemanha	5	0,5
São Tomé e Príncipe	5	0,5
Cabo Verde	4	0,4
Suíça	4	0,4
Bélgica	2	0,2
Guiné Bissau	2	0,2
Rússia	2	0,2
Antilhas Holandesas	1	0,1
Equator	1	0,1
Holanda	1	0,1
Inglaterra	1	0,1
Jersey (Ilhas Channel)	1	0,1
Malawi	1	0,1
Moldávia	1	0,1
Namíbia	1	0,1
Panamá	1	0,1
Roménia	1	0,1
Total	1012	100,0

Tabela 34 - Nacionalidade dos respondentes, por naturalidade

Nacionalidade	Naturalidade	Nº	%
Portuguesa	Portugal	872	86,2
Portuguesa	Angola	29	2,9
Portuguesa	Moçambique	21	2,1
Portuguesa;Britânica	Portugal	12	1,2
Portuguesa	Brasil	10	1,0
Portuguesa	França	9	0,9
Portuguesa	Venezuela	9	0,9
Portuguesa	África do Sul	6	0,6
Portuguesa	Alemanha	5	0,5
Portuguesa	São Tomé e Príncipe	5	0,5
Portuguesa	Suíça	4	0,4
Portuguesa	Cabo Verde	3	0,3
Portuguesa	Bélgica	2	0,2
Portuguesa	Guiné Bissau	2	0,2
Portuguesa;Brasileira	Portugal	2	0,2
Portuguesa;Britânica	Angola	2	0,2
Britânica	Portugal	1	0,1
Portuguesa	Antilhas Holandesas	1	0,1
Portuguesa	Equador	1	0,1
Portuguesa	Holanda	1	0,1
Portuguesa	Inglaterra	1	0,1
Portuguesa	Jersey (Ilhas do Canal)	1	0,1
Portuguesa	Malawi	1	0,1
Portuguesa	Namíbia	1	0,1
Portuguesa	Panamá	1	0,1
Portuguesa	Roménia	1	0,1
Portuguesa	Rússia	1	0,1
Portuguesa;Angolana	Angola	1	0,1
Portuguesa;Britânica	Cabo Verde	1	0,1
Portuguesa;Britânica	Moçambique	1	0,1
Portuguesa;Britânica;Brasileira	Brasil	1	0,1
Portuguesa;Grega	Portugal	1	0,1
Portuguesa;Moldava	Moldávia	1	0,1
Portuguesa;Russa	Rússia	1	0,1
Portuguesa;Venezuelana	Venezuela	1	0,1
Total Geral		1012	100,0

Tabela 35 - Caracterização da amostra por regiões da Escócia

Regiões da Escócia	Nº	%
Aberdeen	1	2,1
Angus Aberdeenshire	1	2,1
Daundee	2	4,2
Dumfries and Galloway	1	2,1
Edimburg	11	22,9
Fife	5	10,4
Glasgow	11	22,9
Highland	6	12,5
Moray	2	4,2
North Lanarkshire	1	2,1
Renfrewshire	2	4,2
Scottish Borders	1	2,1
West Dunbartonshire	1	2,1
West Lothian	3	6,3
Total	48	100

Tabela 36 - Caracterização da amostra por regiões do País de Gales

Regiões do País de Gales	Nº	%
Cardiff (Caerdydd)	13	37,1
Carmarthenshire (Sir Gaerfyrddin)	2	5,7
Conwy	1	2,9
Gwynedd	1	2,9
Merthyr Tydfil (Merthyr Tudful)	2	5,7
Newport (Casnewydd)	2	5,7
Rhondda Cynon Taf	1	2,9
Swansea (Abertawe)	4	11,4
Torfaen	2	5,7
Wrexham (Wrecsam)	7	20,0
Total	35	100

Tabela 37 - Caracterização da amostra por regiões da Irlanda do Norte

Regiões da Irlanda do Norte	Nº	%
Antrim	2	16,7
Armagh	3	25,0
Belfast	4	33,3
Cookstown	1	8,3
Craigavon	1	8,3
Dungannon e South Tyrone	1	8,3
Total	12	100

Tabela 38 - Média de rendimentos anuais dos respondentes, por habilitações literárias

Habilitações literárias	Média de rendimentos anuais amostra
1º ciclo ou ensino primário	15238,1
2º ciclo ou ensino preparatório	16062,5
3º ciclo ou 9º ano de escolaridade	21233,8
Ensino secundário	22215,2
Licenciatura	30453,5
Pós-graduação	35304,9
Mestrado	39073,0
Doutoramento (Phd)	31304,3

Tabela 39 - Meio de vida dos respondentes no Reino Unido

Meio de vida no Reino Unido	Nº	%
A cargo da família	27	2,7
Apoio social	8	0,8
Outra situação	33	3,3
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	15	1,5
Reforma/pensão	10	1,0
Rendimento da propriedade ou empresa	4	0,4
Rendimento social de inserção	1	0,1
Subsídio de desemprego	5	0,5
Trabalho	909	89,8
Total	1012	100,0

Tabela 40 - Decisão do brexit, por rendimentos anuais (%)

Rendimentos anuais	Correta	Errada	Não sei	Nem correta nem errada	Total
Até £20,000	7,5	78,9	7,2	6,4	100,0
£20,001 - £30,000	9,4	81,2	3,5	5,9	100,0
£30,001 - £40,000	5,7	86,1	4,9	3,3	100,0
£40,001- £50,000	11,3	80,6	3,2	4,8	100,0
Igual ou superior a £50,001	9,4	83,0	5,7	1,9	100,0
NS/NR	7,1	78,8	13,3	0,9	100,0
Total	8,1	80,7	6,2	4,9	100,0

n=1012. Chi square=25,285, df=15, p=0.046

Tabela 41 - Decisão do brexit, por importância da cidadania europeia (%)

Importância da cidadania europeia	Correta	Errada	Não sei	Nem correta nem errada	Total
Importante	6,6	82,6	6,2	4,6	100,0
Pouco importante	27,3	63,6	3,0	6,1	100,0
É-me indiferente	16,1	67,8	8,0	8,0	100,0
Total	8,1	80,7	6,2	4,9	100,0

n=1012. Chi square=30,651, df=6, p=0.000030

Tabela 42 - Adoção de medidas de resistência, por faixa etária (%)

Faixa etária	Não medidas resistência	Sim medidas resistência	Total
[18 - 24]	93,8	6,3	100,0
[25 - 34]	95,3	4,7	100,0
[35 - 44]	91,8	8,2	100,0
[45 - 54]	87,1	12,9	100,0
[55 +]	89,4	10,6	100,0
Total	92,2	7,8	100,0

n=1012. Chi square=11,811, df=4, p=0.019

Tabela 43 - Adoção de medidas de resistência, por importância da cidadania europeia (%)

Importância da cidadania europeia	Não medidas de resistência	Sim medidas de resistência	Total
Importante	91,4	8,6	100,0
Pouco importante	97,0	3,0	100,0
É-me indiferente	98,9	1,1	100,0
Total	92,2	7,8	100,0

n=1012. Chi square=7,248, df=2, p=0.027

Tabela 44 - Atratividade do Reino Unido, por rendimentos anuais (%)

Rendimentos	Atrativo	Nem atrativo nem pouco atrativo	Pouco atrativo	Total
Até £20,000	65,3	20,5	14,1	100,0
£20,001 - £30,000	76,3	15,0	8,7	100,0
£30,001 - £40,000	68,0	12,3	19,7	100,0
£40,001- £50,000	75,8	14,5	9,7	100,0
Igual ou superior a £50,001	83,0	11,3	5,7	100,0
NS/NR	60,2	20,4	19,5	100,0
Total	69,8	17,1	13,1	100,0

n=1012. Chi square=27,773, df=10, p=0.002

Tabela 45 - Existência de obstáculos à saída, por faixa etária (%)

Faixa etária	Não obstáculos	Sim obstáculos	Total
[18 - 24]	48,4	51,6	100,0
[25 - 34]	65,5	34,5	100,0
[35 - 44]	71,0	29,0	100,0
[45 - 54]	66,1	33,9	100,0
[55 +]	66,7	33,3	100,0
Total	66,5	33,5	100,0

n=1012. Chi square=12,794, df=4, p=0.12

Tabela 46 - Conhecimento acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por faixa etária (%)

Faixa etária	Não, não tinha conhecimento	Sim, tinha conhecimento	Total
[18 - 24]	46,9	53,1	100,0
[25 - 34]	33,4	66,6	100,0
[35 - 44]	27,6	72,4	100,0
[45 - 54]	32,7	67,3	100,0
[55 +]	33,3	66,7	100,0
Total	32,1	67,9	100,0

n=1012. Chi square=10,110, df=4, p=0.039

Tabela 47 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por habilitações literárias (%)

Habilitações literárias	Não solicitar o "Settled status"	Solicitar o "Settled status"	Vou aguardar novos progressos das negociações	Ainda não sei	Total
1º e 2º ciclo	29,7	2,7	28,4	39,2	100,0
3º ciclo	19,6	3,3	33,2	44,0	100,0
Ensino secundário	16,8	4,3	30,8	48,1	100,0
Licenciatura	12,3	6,4	33,6	47,7	100,0
Outros graus de ensino superior	10,7	10,7	29,2	49,4	100,0
Total	16,2	5,5	31,4	46,8	100,0

n=1012. Chi square=29,964, df=12, p=0,200

Tabela 48 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por rendimentos anuais (%)

Rendimentos	Não solicitar o "Settled status"	Solicitar o "Settled status"	Vou aguardar novos progressos das negociações	Ainda não sei	Total
Até £20,000	5,1	33,3	44,5	17,1	100,0
£20,001 - £30,000	6,6	31,0	47,7	14,6	100,0
£30,001 - £40,000	6,6	27,9	56,6	9,0	100,0
£40,001- £50,000	9,7	33,9	43,5	12,9	100,0
Igual ou superior a £50,001	5,7	39,6	43,4	11,3	100,0
NS/NR	0,9	24,8	45,1	29,2	100,0
Total	5,5	31,4	46,8	16,2	100,0

n=1012. Chi square=31,871, df=15, p=0.007

Tabela 49 - O que pretendem os respondentes fazer relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por respondes com PR (%)

Tem PR	Não solicitar o "Settled status"	Solicitar o "Settled status"	Vou aguardar novos progressos das negociações	Ainda não sei	Total
Não	5,9	30,4	48,1	15,6	100,0
Sim	2,6	39,7	37,1	20,7	100,0
Total	5,5	31,4	46,8	16,2	100,0

n=1012. Chi square=9,178, df=3, p=0.027